

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

JULIANA CAROLINA TEIXEIRA

O TURISMO E O MUNDO DO CAMPESINATO NA MESORREGIÃO CENTRO-
OCIDENTAL PARANAENSE

MARINGÁ - PR

2011

JULIANA CAROLINA TEIXEIRA

O TURISMO E O MUNDO DO CAMPESINATO NA MESORREGIÃO CENTRO-
OCIDENTAL PARANAENSE

Dissertação de Mestrado apresentada a
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia, área de concentração:
Análise Regional e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

MARINGÁ - PR

2011

**“O TURISMO E O MUNDO DO CAMPESINATO NA MESORREGIÃO CENTRO-
OCIDENTAL PARANAENSE”.**

Dissertação de Mestrado apresentada a
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia, área de concentração:
Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em **20 de abril de 2011.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elpídio Serra
Orientador e Presidente

Profa. Dra. Angela Maria Endlich
1º Examinador

Profa. Dra. Maria Del Carmen Matilde Huertas Calvente
2º Examinador

MARINGÁ - PR

2011

Dedico este trabalho à minha família, pelo amor imensurável, pela paciência, pela compreensão e por todos os momentos que foram únicos, os quais proporcionaram meu desenvolvimento pessoal e profissional e a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, de muitas formas, auxiliaram na progressão de cada passo dado nesta caminhada. Todas as manifestações de força, carinho, credibilidade, apoio, entre outras maneiras de possibilitar mais este crescimento, foram guardadas na memória e no coração. Agradeço especialmente:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Elpídio Serra, pela credibilidade depositada neste trabalho e em mim. Pelo vasto conhecimento e experiência pacientemente ofertados e dedicados a esta pesquisa, proporcionando rico crescimento acadêmico nesta jornada.

Aos meus familiares, meu porto seguro, sem os quais não haveria a possibilidade de concretização deste trabalho.

A Filipe Tonet Assad, companheiro, que esteve ao meu lado em todos os momentos, do início ao fim da pesquisa, com apoio irrestrito e atenção incondicional.

Aos meus amigos Rafael Gazques Campos Pelegrini, Andressa Herranz, Renan Barbosa Portela e Lilian Stulzer Machado pela compreensão e apoio.

Ao apoio financeiro fornecido pela CAPES, com o qual houve a possibilidade de avançar com a pesquisa.

Aos profissionais da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela organização administrativa de nossos trabalhos, pela atenção e carinho com que sempre fui bem atendida.

Aos colegas do Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da UEM, os quais, de muitos modos, deram suporte a esta caminhada.

A todos aqueles que dedicaram seu tempo e paciência, fornecendo entrevistas, entre outros dados, sem os quais essa pesquisa não se realizaria.

Aos professores da banca, pelas contribuições.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

Na mesma medida em que avança o processo de urbanização, cresce também a valorização das representações da vida do campo. O aumento da demanda, caracterizada por habitantes citadinos, que buscam o cenário bucólico do mundo rural, torna esses espaços, e a vida cotidiana que neles ocorre, objeto de consumo a ser mercantilizado por meio do turismo. Nesse contexto, inflamam os discursos que tratam da atividade como meio de desenvolvimento de regiões, as quais sofreram com os resultados do desenvolvimento desigual promovido pela modernização da agricultura. A concentração fundiária e o êxodo rural, como resultados de uma agricultura moderna, comprometeram a permanência de agricultores camponeses, que buscaram alternativas para a sua manutenção. Dessa forma, o turismo, uma das atividades não agrícolas que, gradativamente, se multiplicam no campo, conferindo também a esse espaço acentuado grau de urbanização, passa a ser apontado como atividade alternativa de renda para camponeses de áreas rurais menos favorecidas. É preciso, contudo, compreender que o turismo, enquanto prática econômica e social que ocorre no espaço, também se coloca como mais um dos desdobramentos do capitalismo no campo e, pautado nas relações de consumo, transforma em mercadoria o espaço e tudo o que está contido nele. Em contraposição, está a ordem moral camponesa, pautada no direito das pessoas e não no das coisas, em que a terra é terra de trabalho e não de negócio. Baseada nesses pressupostos, a presente pesquisa, portanto, teve como objetivo avaliar a presença do turismo como atividade alternativa de renda junto aos camponeses da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná. O método dialético foi utilizado para a realização no estudo desse objeto, uma vez que ele pressupõe a interpretação dinâmica e totalizante da realidade, dando aporte para a análise de suas contradições. Os resultados finais apontaram que as contradições existentes entre as características econômicas e sociais da atividade turística e as representações dos atores sociais camponeses impedem o avanço da atividade com a participação desses mesmos atores na Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná.

Palavras-chave: Campesinato. Turismo. Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná.

ABSTRACT

In the same proportion that the process of urbanization advances, grows as well the valorization of the field's life representations. The growth of the demand, characteristic by urban citizens, whom search for the bucolic scenario of countryside, turns these spaces and the quotidian lifestyle in it, objects of consumption to be exchange as a mercantile product through the tourism business. In this context, explode the speeches about the activity as a developing tool to the regions, which suffered with the results of unequal growing promoted by the modernization of agriculture. The rural demography and the rural flight, as result of a modernized agriculture, have compromised the permanency of agriculture workers, whom searched for alternatives to its maintenance. This way, the tourism, one of the non-agricultural activities those, gradually, multiply in the countryside, giving as well to this space a high level of urbanization, stars to be pointed as alternative activity of income to peasants of poorer areas of fields. It is necessary, however, to comprehend that the tourism, as an economic and social business that occurs in this space, also puts itself as another activity of capitalism in the field and, based on the consumption relations, turns the space and everything contained in it into a mercantile product. On the contrary, there is the moral peasant order, based on the rights of people, not in the rights of stuff, where the land is for working, not for business. Supported by this assumptions, this research had as objective to evaluate the presence of tourism as alternative activity of incoming to the peasants of the Central-Occident Mesoregion in Paraná. The dialectical method was used to the realization of this object's study, once it presumes the dynamic and panoramically interpretation of the facts, supporting the analysis of its contradictions. The final results pointed that the existing contradictions between the economic and the social characteristics in the touristic activities and he representations of peasant social actors impedes the growth of the activity with the participation of those same actors in the Central-Occident Mesoregion in Paraná.

Keywords: Peasant groups. Tourism. Central-Occident Mesoregion in Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Mesorregião Centro-Ocidental paranaense	21
Figura 2: Paraná - Distribuição percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza, 2000	26
Figura 3: Paraná - Frentes de ocupação do território paranaense, 1968	30
Figura 4: Vídeo institucional da TV Globo Minas	61
Figura 5: Paraná - Regiões Turísticas do Paraná, 2008	87
Figura 6: Microrregião Turística Coração do Paraná	88

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Produção de eucalipto	23
Fotografia 2: Criação de gado	23
Fotografia 3: Produção de soja	35
Fotografia 4: Pequenas propriedades de gado	35
Fotografia 5: Estrutura de banheiros construída para receber visitantes	98
Fotografia 6: Propriedade em Luiziana	100
Fotografia 7: Galpão de gado leiteiro	100
Fotografia 8: Horta cercada e galinhas soltas	100
Fotografia 9: Pomar	100
Fotografia 10: Antiga casa de colonos adaptada para turistas	109
Fotografia 11: A produção do espaço para o turismo	110
Fotografia 12: Infraestrutura de piscina construída para os turistas	111
Fotografia 13: Calçamento para chegar às margens do rio	113
Fotografia 14: Descanso em meio à natureza	114
Fotografia 15: Estrutura parcial do Thermas de Jurema Resort Hotel	116
Fotografia 16: Estrutura da piscina com bar do Thermas de Jurema Resort Hotel	118
Fotografia 17: Charrete preparada para receber turistas	119
Fotografia 18: Horta do Thermas de Jurema Resort Hotel	120
Fotografia 19: Pose simulada para foto	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor em relação à agricultura familiar – Paraná – 2006	39
Tabela 2: Estabelecimento e área da agricultura familiar, na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná – 2006	40
Tabela 3: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à agricultura familiar e mesorregião geográfica – Paraná – 2006	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACICAM	Associação Comercial de Campo Mourão
APROCOR	Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COOVRCAN	Cooperativa do Vale do Rio Cantu
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FECEA	Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
FES	Floresta Estacional Semidecidual
FOM	Floresta Ombrófila Mista
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RETUR	Rede de Turismo Regional
SETU	Secretaria de Estado do Turismo do Paraná
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL DO PARANÁ: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E SOCIOECONÔMICAS	20
1.1 A OCUPAÇÃO HUMANA E A ECONOMIA AGRÍCOLA	27
1.2 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O ESPAÇO DA PEQUENA PROPRIEDADE	35
1.3 O CAMPONÊS COMO CATEGORIA SOCIAL E REGIONAL	41
2 O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DO LOCAL E DO CAMPONÊS	53
2.1 A REVALORIZAÇÃO DAS RURALIDADES E O TURISMO COMO ATIVIDADE NÃO AGRÍCOLA	57
2.2 A PLURIATIVIDADE DO UNIVERSO AGRÍCOLA E O TURISMO COMO ATIVIDADE ALTERNATIVA DE RENDA	66
2.3 O TURISMO NO ESPAÇO RURAL	75
3 O TURISMO NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL DO PARANÁ	83
3.1 A PROPRIEDADE CAMPONESA E O TURISMO COMO COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA	91
3.2 EMPRESAS TURÍSTICAS: SIMULAÇÕES DO MODO DE VIDA E PRODUÇÃO CAMPESINA	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

A modernização excludente do setor agropecuário avança, desenvolvendo, de maneira desigual, inúmeras áreas rurais do território brasileiro. Dessa forma, essa modernização das atividades no campo alavanca o crescimento econômico em regiões com características propícias para o trabalho mecanizado, e nas demais localidades acentuam-se os níveis de pobreza. Nesse quadro, de concentração fundiária e de êxodo rural como resultados de uma agricultura moderna, houve o comprometimento da permanência de agricultores camponeses no campo. Assim, a partir desse cenário, esses atores sociais buscam alternativas para a sua resistência e manutenção nesse espaço.

A Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná, objeto deste estudo, ilustra esse quadro de desenvolvimento desigual. Como reflexo da modernização da agricultura, segundo Hespanhol (1990), enquanto poucas cidades, a exemplo de Campo Mourão, crescem economicamente, outras pequenas cidades sofrem, atualmente, com os baixos índices de desenvolvimento humano. É, porém, em toda a região, possível encontrar exemplos de resistência frente à expansão da concentração fundiária e ao êxodo rural, como o trabalho camponês, o qual possui grande importância regional, como demonstraram os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009).

Em regiões como a Mesorregião Centro-Ocidental paranaense, o turismo é apontado como uma possível saída na busca de alternativas. Em detrimento da crescente urbanização e da inserção de atividades não agrícolas no campo, a citada atividade se coloca, para o poder público, como um dos fatores de desenvolvimento e de fixação da população rural nessas áreas. Nesse sentido, o segmento turístico do agroturismo é visto como uma forma de auxiliar a renda familiar na propriedade camponesa. Esse segmento, segundo Tulik (2004), compreende a visita e a interação de turistas ou visitantes com as atividades realizadas no interior de pequenas propriedades.

É preciso, contudo, compreender que o turismo, enquanto prática econômica e social que ocorre no espaço, também se coloca como mais um dos desdobramentos do capitalismo no campo e, pautado nas relações de consumo, transforma em mercadoria o espaço e tudo o que nele está contido. A atividade, nesse sentido, que ocorre na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense, assim

como em inúmeros outros lugares em que ele se manifesta, deve ser observada e interpretada como mais um desdobramento da produção e da reprodução ampliada do capital. Assim, a atividade turística, que avança cooptada pelo mercado e está assentada na lógica capitalista, deve ser refletida impreterivelmente a partir de suas contradições.

A atividade turística faz parte da sociedade moderna e se coloca como uma de suas características marcantes. Isso ocorre porque, essa atividade está baseada nas relações de consumo ao transformar o lazer em mercadoria, que, por sua vez, se torna objeto de consumo durante as viagens. Dessa forma, é necessário compreender que o turismo, como atividade econômica capitalista, possui especificidades, que, por vezes, dificultam sua implementação em propriedades camponesas. Cruz (2000) assevera que é necessária uma infraestrutura mínima para receber turistas com uma estrutura específica para a atividade, superando as expectativas de uma demanda ávida pelas características do cenário bucólico do mundo rural.

Além disso, é preciso compreender a inserção da atividade turística dentro dos conflitos já vividos pelos camponeses, como demonstrou Martins (1991), diante das questões agrárias. As lutas políticas, de resistência, para ter acesso à terra e manter-se na terra por meio de alternativas, em um país marcado pelo latifúndio, apontam as tensões vividas nesse espaço. Considerando assim, as dificuldades vividas pelos atores sociais do campo brasileiro, as especificidades da ordem moral camponesa, pautada no direito das pessoas e não no das coisas, e as características de consumo da atividade turística, nos questionamos sobre a possibilidade da implementação dessa atividade como outra opção de renda para as famílias camponesas. Devemos ressaltar que o conceito de camponês é uma decisão epistemológica e metodológica, resultado de nosso posicionamento teórico.

Dessa forma, baseado nesses pressupostos, o presente trabalho, teve como objetivo analisar a presença do turismo como atividade alternativa de renda junto aos camponeses de nosso recorte espacial a Mesorregião Centro-Ocidental paranaense. Isso porque, suas características físicas e socioeconômicas, trouxeram para a região discursos e iniciativas de implementação do turismo como atividade de desenvolvimento para a localidade e alternativa de renda para os agricultores camponeses. Nesse sentido, a delimitação temporal deste trabalho foi estabelecida historicamente a partir do ano de 1994, quando foram iniciadas as atividades na

região voltadas para o desenvolvimento do turismo, lideradas pelo sr. Jacó Gimenes, secretário da Indústria, Comércio e Turismo da época, até os dias atuais.

Nas áreas de colinas e morrarias, o processo de modernização da agricultura não avançou com facilidade em função da impossibilidade de utilizar maquinários agrícolas nessas regiões. Para essas áreas se deslocaram, com maior intensidade, as pequenas propriedades e o modo de vida e produção camponês, em função da concentração fundiária. As características da paisagem e a permanência de pequenos agricultores camponeses nesses locais deram origem a iniciativas de revalorização das mesmas e de seus atores para o turismo, que funcionaria, ao mesmo tempo, como alternativa de desenvolvimento regional.

O turismo na região, então, começa a ser incentivado por volta do ano de 1994, a partir da iniciativa do secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Campo Mourão da época, sr. Jacó Gimenes, o qual atualmente é presidente da Rede de Turismo Regional (RETUR), Instância de Governança do Turismo no Noroeste do Paraná. Por iniciativa do sr. Jacó Gimenes, criou-se o Projeto de Turismo Coração do Paraná Morros & Colinas na Mesorregião. O citado projeto foi desenvolvido pela necessidade de geração de emprego e renda regional e para organizar e planejar o turismo regional.

A discussão realizada nesta pesquisa está baseada na utilização do método dialético. A dialética, segundo Lakatos et alii (2007), é um método de interpretação dinâmico e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser analisados fora de um contexto social, político, econômico, etc. É a análise da complexa realidade social que pressupõe contradições. Nesse sentido, baseamos a análise das contradições contidas entre turismo e campesinato no presente método.

O referencial teórico-metodológico deste trabalho está baseado principalmente em técnicas qualitativas. Utilizamos a pesquisa bibliográfica ao tratarmos dos questionamentos a respeito do turismo como fator de desenvolvimento e alternativa de renda para agricultores camponeses nessa Mesorregião Centro-Occidental.

Os referenciais bibliográficos foram detalhadamente levantados e, a partir deles, buscamos apresentar e refletir a respeito dos aspectos que versaram sobre: as características da região em questão e que são propostas como atrativos para o turismo; sobre o fenômeno social do campesinato, sua recriação e resistência frente ao avanço do capital no campo, o qual o poder público pretende fortalecer por meio

da atividade turística; e sobre os aspectos do próprio turismo que ocorre no campo, enquanto atividade submetida à lógica do capital apontada como atividade que pretende alavancar o desenvolvimento nas áreas rurais.

Também foram coletados dados junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), instituto que foi de extrema importância para esta pesquisa, uma vez que apresentou informações a respeito das características físicas e socioeconômicas da região de estudo. Para além, buscamos o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que auxiliou na compreensão da resistência da propriedade e agricultura camponesa na Mesorregião. Os dados do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural/Regional (EMATER) também auxiliaram na busca por respostas ligadas ao campesinato e ao turismo como alternativa de renda. Por fim, buscamos elementos de estudos junto aos órgãos que organizam e planejam a atividade do turismo nas mais diversas escalas, a exemplo dos dados do Ministério do Turismo, da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU), da Rede de Turismo Regional (RETUR) e do Conselho Municipal de Turismo de Campo Mourão. Todas essas informações foram captadas por meio de fontes primárias e ou secundárias.

Os estudos empíricos foram captados por meio de observações em campo, entrevistas e obtenção de imagens. A metodologia de trabalho utilizada para a pesquisa de campo foi, portanto, baseada na observação sistemática, conforme tratam Lakatos et alii (2007), uma vez que houve a necessidade de traçar parâmetros de análise para manter objetividade nos estudos realizados em campo. As entrevistas, do tipo semiestruturadas, corresponderam à aplicação de questionamentos abertos, que seguiram a um roteiro preestabelecido para manter o objetivo, mas respeitando sempre as falas dos depoentes, permitindo a elas maior riqueza de detalhes e informações. Nesse sentido, baseamos a captação das entrevistas na história oral, a qual trata das riquezas existentes nos depoimentos dos entrevistados, sempre “[...] oferecendo um terreno rico para apreensão de padrões sociais e culturais e suas transformações” (KHOURY, 2004, p. 129). Destacamos que não identificamos os entrevistados (exceto aqueles que ocupam ou ocuparam cargos públicos), em função de nossa opção metodológica, em preservar suas identidades, para manter a ética do trabalho.

A obtenção de imagens também foi parte fundamental deste trabalho, com as quais capturamos, por meio das fotografias, variáveis importantes para as discussões realizadas nesta pesquisa. Não apresentamos, portanto, apenas imagens meramente ilustrativas, mas fontes de análise para a compreensão de fatos sociais, como tratou Martins (2008).

Importante é ressaltar que as entrevistas foram realizadas com três grupos distintos. O primeiro grupo refere-se aos representantes do poder público que organizam e planejam a atividade do turismo na região. Nesse sentido, buscamos informações com o presidente da Rede de Turismo Regional (RETUR), instância de governança responsável pelo turismo na região noroeste do Paraná; com a ex-presidente do Conselho Municipal de Turismo de Campo Mourão, sra. Isolde Silveira Tonet, conselho o qual se encontra atualmente desativado e que era responsável pelas ações de turismo na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense; e com o Diretor do Centro de Produção do município de Iretama, sr. Aparecido José da Silva, o qual é proponente e responsável pelas ações de implementação do turismo como alternativa de renda para os agricultores camponeses do município.

O segundo grupo diz respeito aos proprietários dos equipamentos de turismo no espaço rural da região em questão. Nesse sentido, foram quatro propriedades pesquisadas, em que entrevistamos seus proprietários ou gerentes, propriedades com as seguintes denominações: Hotel-fazenda Água Azul, Pousada A Fazendinha, Pousada Parque das Gabirobas e o Thermas de Jurema Resort Hotel.

O terceiro e último grupo refere-se aos agricultores camponeses que a) buscam implementar o turismo como alternativa de renda em suas propriedades e b) aqueles que já passaram por esse processo. Para isso nos baseamos no Projeto de Turismo Morros & Colinas, proposto pela RETUR, que ocorre na Mesorregião em questão. Participam do projeto oito municípios e, em média, estão envolvidas quinze propriedades rurais em cada um deles.

Na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense, existem grupos isolados de agricultores camponeses que buscam implementar a atividade em suas propriedades, a exemplo de agricultores do município de Iretama. Ocorre, porém, que tanto EMATER quanto a prefeitura de cada município não possuem dados numéricos oficiais bem definidos sobre quantos agricultores estão buscando o turismo como alternativa.

Para a exequibilidade desta pesquisa, selecionamos duas famílias de agricultores camponeses. Isso porque, ao observarmos situações de repetição nas entrevistas realizadas, confirmadas pelo Diretor do Centro de Produção de Iretama sr. Aparecido José da Silva, optamos pela pesquisa em apenas duas propriedades, aprofundando, assim, a técnica qualitativa deste trabalho. A primeira família localiza-se no município de Iretama e foi indicada pelo poder público do município como propriedade a ser visitada para a realização da pesquisa. A outra família, situada no município de Luiziana, apesar de não compor o quadro de participantes do Projeto Morros & Colinas, foi indicada pela ex-presidente do COMTUR de Campo Mourão, sra. Isolde S. Tonet, como exemplo de agricultores camponeses que já passaram pela experiência em receber visitantes em suas propriedades, uma vez que os integrantes do Projeto ainda não atravessaram esse processo.

Nesse sentido, a partir dessas questões, dividimos o trabalho em três partes. Na primeira parte abordamos as questões acerca da região de estudo, a Mesorregião Centro-Ocidental paranaense. Versamos a respeito de seus aspectos físicos, apresentando dados sobre a configuração de sua paisagem, de seu clima, dentre outros aspectos que delegam a região características únicas fortemente utilizadas pelo discurso público como potencial turístico. Posteriormente descrevemos as condições socioeconômicas da região de estudo, em um esforço para demonstrar as grandes disparidades existentes entre os municípios da região em que os resultados do processo de modernização da agricultura favoreceram e ainda favorecem o desenvolvimento de alguns e a depressão econômica de muitos.

O contexto histórico e a ocupação humana dessa região, também são discutidos nessa primeira parte do trabalho, uma vez que esses pressupostos apontam para a forma como a região definiu e continua definindo sua paisagem e a distribuição de seus atores sociais, seus traços culturais e territoriais em virtude da ocupação desse espaço. Em seguida tratamos da sua conformação fundiária e a resistência da pequena propriedade e da produção camponesa nesse contexto, que busca alternativas para se manter nesse território, a exemplo das atividades ligadas ao turismo. Por fim, realizamos reflexões sobre as características de resistência e de recriação do campesinato como categoria social e regional.

Na segunda parte debatemos sobre a atividade do turismo como fator de desenvolvimento para regiões pouco desenvolvidas e como alternativa de renda para a agricultura camponesa. Apresentamos, no decorrer da segunda parte,

portanto, a crescente revalorização dos aspectos rurais em decorrência do avanço da urbanização. Em consequência dessa revalorização apontamos que atividades não agrícolas, a exemplo do turismo, aumentam no campo, promovendo o contato de cidadãos com as características do mundo rural.

Em contrapartida, refletimos sobre as permanências do campo, que ainda possui dificuldades como o êxodo rural e a concentração fundiária. Nesse sentido, posteriormente, tratamos da pluriatividade do universo agrícola e do turismo apontado como alternativa de renda para a agricultura camponesa, em uma tentativa de reverter esse quadro vivido no campo brasileiro. Ao final da segunda parte discutimos sobre o turismo, seus conceitos e características, além do discurso do poder público em apontar essa atividade como vetor de desenvolvimento no campo.

Na terceira e última parte deste trabalho tratamos da manifestação do turismo na Mesorregião Centro-Ocidental. Refletimos de maneira sucinta sobre as políticas públicas para o setor. Em seguida assinalamos os desdobramentos dessas políticas que dão origem a projetos turísticos, como ocorre na região em que o presente estudo foi realizado. Tratamos das primeiras iniciativas que buscaram desenvolver o turismo como alternativa de desenvolvimento e renda para seus atores e dos órgãos atualmente existentes para o planejamento da atividade na região.

Por fim, apontamos a existência de agricultores camponeses que desejam trabalhar com a atividade turística como forma de complementação de renda e manutenção de suas famílias no campo. Refletimos sobre os impasses e possibilidades em implantar o turismo como alternativa, a exemplo da falta de recursos financeiros e as disparidades entre sua ordem moral e as características da atividade. E, ainda sobre a conformação atual do turismo regional, que avança a partir de empresas turísticas simulando o modo de vida e produção camponês.

1 MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL DO PARANÁ: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E SOCIOECONÔMICAS

A Mesorregião Centro-Ocidental (Figura 1) é uma das dez Mesorregiões do Estado do Paraná¹ e, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2004), ocupa uma área de 1.191.893,6 hectares (que equivale a 6,0% de toda a área do Paraná), contando com uma população de 331.303 habitantes (IBGE, 2007). Essa região faz fronteira ao norte com a Mesorregião Noroeste, a oeste com a Mesorregião Oeste, ao sul com as Mesorregiões Oeste e Centro Sul e a leste com as Mesorregiões Centro Sul e Norte Central.

Os 25 municípios que compõem a região estão divididos entre a microrregião de Campo Mourão (composta pelos municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa) e a microrregião de Goioerê (composta pelos municípios de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubitarã). O município polo é Campo Mourão por sua densidade populacional e expressão econômica na região (IPARDES, 2004). Sua divisão político-administrativa pode ser visualizada na Figura 1, a seguir:

¹ Delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as Mesorregiões são subdivisões dos Estados brasileiros que congregam municípios em função de suas semelhanças econômicas, sociais, físicas, dentre outras.

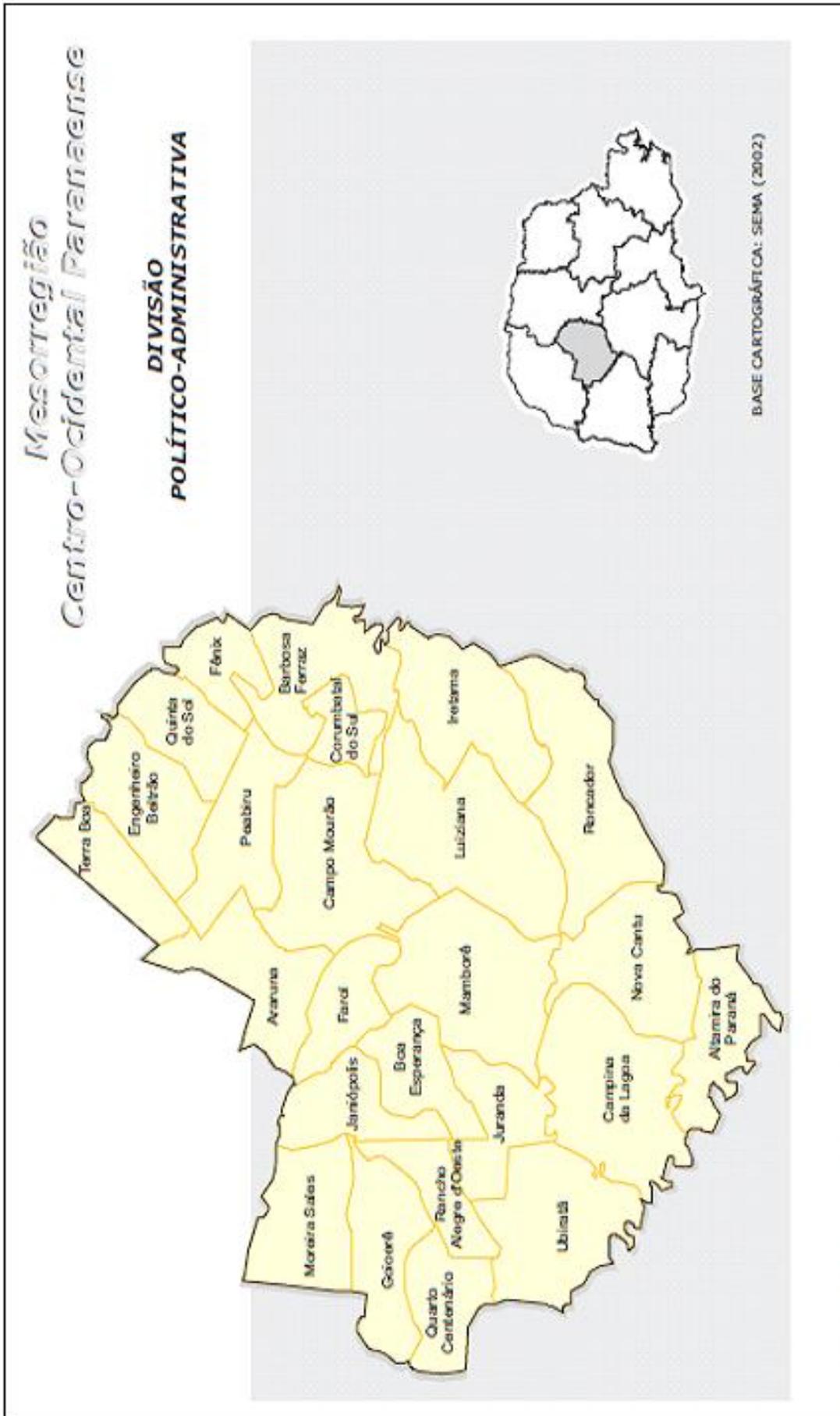


Figura 1: Localização da Mesorregião Centro-Ocidental paranaense. Fonte: IPARDES (2004)

Situada no Terceiro Planalto Paranaense, a Mesorregião em questão atinge altitudes de 1150 metros, declinando a 225 metros. O relevo regional apresenta certa heterogeneidade. Da totalidade do território, 70% da área constitui-se em relevo plano a ondulado, com declives de 0% a 10%, em que Campo Mourão é um dos municípios que compõem essa faixa do território. Nos 30% restantes, o relevo é ondulado a fortemente ondulado, com declividades de 10% a 45%, o que torna os solos inaptos ao uso agrícola, em que Iretama é um dos municípios que compõem essa faixa (IPARDES, 2004).

Conforme citado, a região localiza-se no Terceiro Planalto, o qual apresenta dois tipos de decomposição das rochas: areníticas e basálticas (MAACK, 1981). As ocorrências de solo basáltico, apesar da maior fertilidade do solo, estão localizadas em áreas com declividade mais profunda, ao contrário das localidades onde ocorrem os solos de arenito Caiuá, em que o terreno é mais plano, porém a fertilidade é menor. Nesse sentido, “A relação entre paisagem e solo é muito estreita, ou seja, o cenário de uma paisagem está inteiramente conectado ao tipo de solo que a compõe” (ANDRADE, 2005, p. 30).

As características da Mesorregião Centro-Ocidental estão também associadas ao seu clima. Segundo as Cartas Climáticas do Estado do Paraná (IAPAR, 1978), utilizando a classificação de Köeppen, a região tem, na sua maior parte, clima subtropical mesotérmico. A média de temperatura no mês mais frio é inferior a 18^oC e a temperatura média no mês mais quente fica acima de 22^oC, com verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, contudo sem estação seca definida. Segundo Andrade (2005), as pesquisas realizadas pela Estação Climatológica de Campo Mourão apontam que a pluviosidade média da região é de 1700 mm, enquanto a média térmica fica em torno de 19^oC. O regime de chuvas e o clima, nesse sentido, são propícios para a cultura de grãos, dentre outras atividades referentes à agricultura.

Com relação à hidrografia, a Mesorregião abriga dois grandes rios, que são o Rio Ivaí e o Rio Piquiri (IPARDES, 2004). Apesar da grandiosidade, eles não são totalmente navegáveis. Em função de áreas com relevo de profunda declividade, esses rios possuem quedas d'água (cachoeiras e corredeiras) que inviabilizam a navegação. Além disso, um grande número de pequenos rios, quedas e minas d'água existem espalhadas pela região em função da vegetação nativa ainda existente.

A Mesorregião está localizada em uma área de encontro de três biomas distintos. Originalmente a área era coberta por 69,5% de Floresta Estacional Semidecidual (FES), 30% de Floresta Ombrófila Mista (FOM) e 0,5% de Cerrado. Dessa formação original presentemente restam apenas 5,3% da vegetação. Esse vasto desmatamento foi consequência do processo de ocupação com a extração de madeiras nobres por meio da indústria madeireira e, posteriormente, o avanço da agricultura, que exterminou a cobertura vegetal existente (IPARDES, 2004).

Hoje é, porém, possível encontrar paisagens que ainda possuem parte da vegetação original preservada. Esse é o caso de municípios como Roncador, Terra Boa e Luiziana. Um dos motivos para a manutenção de área parcial com mata nativa é a impossibilidade de avanço de áreas agricultáveis nesses locais. Ocorre, porém, que novas formas de exploração, propícias para essas áreas de relevo acentuado, avançam nessa paisagem, a exemplo do reflorestamento de eucaliptos e a criação de gado leiteiro no município de Iretama, como demonstram as Fotografias 1 e 2 a seguir:



Fotografia 1: Produção de eucalipto
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Janeiro de 2010



Fotografia 2: Criação de gado
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Janeiro de 2010

Nesse sentido, as atividades econômicas realizadas na região estão diretamente ligadas às suas características físicas. Enquanto nas áreas de relevo acentuado o terreno é utilizado em atividades como a criação de gado, a exemplo do município de Iretama, retratado na Fotografia 2, em regiões de relevo propício, em que as áreas são mais planas, as culturas de grãos avançaram. O município de Iretama possui uma das maiores produções de gado leiteiro da região de Campo

Mourão, enquanto nos municípios de Engenheiro Beltrão e no próprio município de Campo Mourão soja, milho e trigo respondem pela maior produção agrícola desses grãos.

A produção de grãos, especialmente de soja, milho e trigo, está no topo das principais atividades econômicas da região. Em segundo plano estão as produções de cana-de-açúcar, mandioca, algodão, melancia, maracujá e limão. Em relação à produção pecuária, a produção de aves está no topo da lista, seguida da produção de bovinos (IBGE, 2006). No município de Campo Mourão está localizada a maior Cooperativa Agroindustrial da América Latina (COAMO) e a empresa aviária multinacional Tyson do Brasil.

A COAMO, fundada na década de 1970, como Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., hoje registrada como COAMO Agroindustrial Cooperativa, é a maior Cooperativa da América Latina em todos os aspectos, a exemplo do seu número de cooperados, do número de entrepostos, do faturamento, da produção, do patrimônio bruto e líquido, dentre outros. A Cooperativa reúne hoje um total de mais de 4 mil funcionários e 19 mil cooperados, entre pequenos, médios e grandes proprietários, somando quase 4 milhões de hectares de terra. A produção da cooperativa gira principalmente em torno de grãos como milho, soja, trigo e de produtos industrializados como margarinas, óleo de cozinha, farinha de trigo, entre outros.

Hoje, a cooperativa possui entrepostos em 60 municípios no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, distribuindo produtos para todo o Brasil e para o exterior. Para o ano de 2010, a Cooperativa prevê uma exportação de dois milhões de toneladas de produtos, dentre eles soja, farelo de soja, milho e trigo. No ano de 2009, a cooperativa encerrou seu balanço com uma receita de R\$ 4,67 bilhões de receitas globais e R\$ 289,61 milhões de sobras líquidas (COAMO, 2010).

A Tyson Foods é uma empresa multinacional do ramo alimentício, que possui sede nos Estados Unidos da América e outras filiais no exterior. No Brasil, a Tyson Foods possui duas unidades, sendo uma em Santa Catarina e outra no Paraná, no município de Campo Mourão, onde processa carne de frango. A Tyson do Brasil produz, atualmente, para o mercado doméstico e exporta produtos principalmente para Hong Kong, Japão e países do Oriente Médio. A agroindústria faturou, em 2008, o total de 27 bilhões de dólares (TYSON FOODS, 2010).

Sobre a expansão agroindustrial na região lembramos que:

No lugar do café, poucos anos depois das geadas de 1975, vão despontar no Noroeste do Paraná as lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho, que passam a ocupar preferencialmente as áreas de domínio do solo sobre o basalto e as zonas de contato arenito-basalto, enquanto que os solos sobre o arenito (Formação Arenito Caiuá) passam a ser ocupados, num primeiro momento, pelas lavouras de algodão, seguidos por pastagens plantadas, tendo em vista a criação de gado de corte como atividade econômica predominante. Define-se desta forma na região uma nova dinâmica do uso do solo, fortemente atrelada ao Complexo Agroindustrial, localizando-se o setor agrícola como base de sustentação econômica de dois setores estruturados no espaço urbano: a montante o de bens para a lavoura (produzindo tratores e outras máquinas, equipamentos, implementos, insumos agrícolas em geral) e a jusante a indústria de transformação, ou agroindústria, esta fortemente atrelada às cooperativas de produtores rurais. (SERRA, 2010, p. 95).

Os demais setores, portanto, estão intimamente ligados à produção agropecuária. A exemplo disso, mencionamos o avanço das agroindústrias, a exemplo da COAMO e da TYSON DO BRASIL. Para além, citamos ainda a SABARÁLCOOL (usina produtora de álcool e açúcar, localizada no município de Engenheiro Beltrão), a PINDUCA (responsável pela produção de derivados da mandioca, localizada no município de Araruna), entre outras. Um indicativo da forte ligação dos demais setores à agropecuária é que 33% da população dependem dessa atividade ou da exploração florestal (IPARDES, 2004).

Em contrapartida, mesmo com a maior parte da população envolvida com o setor agropecuário, apenas uma pequena parcela da população concentra a posse da terra. Isso porque a região possui um dos maiores índices de Gini², com 0,733 (IPARDES, 2004) do Estado do Paraná. Além do alto índice de Gini, a região é uma das regiões com o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Estado, o que se contrapõe ao crescimento agroindustrial da região.

Na Mesorregião Centro-Occidental nenhum município atinge a média de IDH-M do Estado (0,787). O maior IDH- M na região está em 0,774 e o menor em 0,677. Nesse quadro, a região apresenta umas das mais altas taxas de pobreza do Estado, superiores a 30% do total de famílias. É importante ressaltar, neste trabalho, que,

² O Índice de Gini é um coeficiente matemático muito utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda e também para outras situações a exemplo do grau de concentração de terra. Conforme esclarece Serra (1991), esse índice, pode variar numa escala de 0 (zero) a 1 (um), em que, quanto mais próximo de zero é mais igualitária a repartição da terra e quanto mais próximo de um, maior é a concentração da terra.

segundo os dados do IPARDES (2004), dos municípios da Mesorregião que possuem menor IDH, predominam aqueles com menor área territorial com maior número da população rural. A Figura 2 aponta a localização do maior percentual no Estado de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza:

Mapa 2: Distribuição percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, 2000

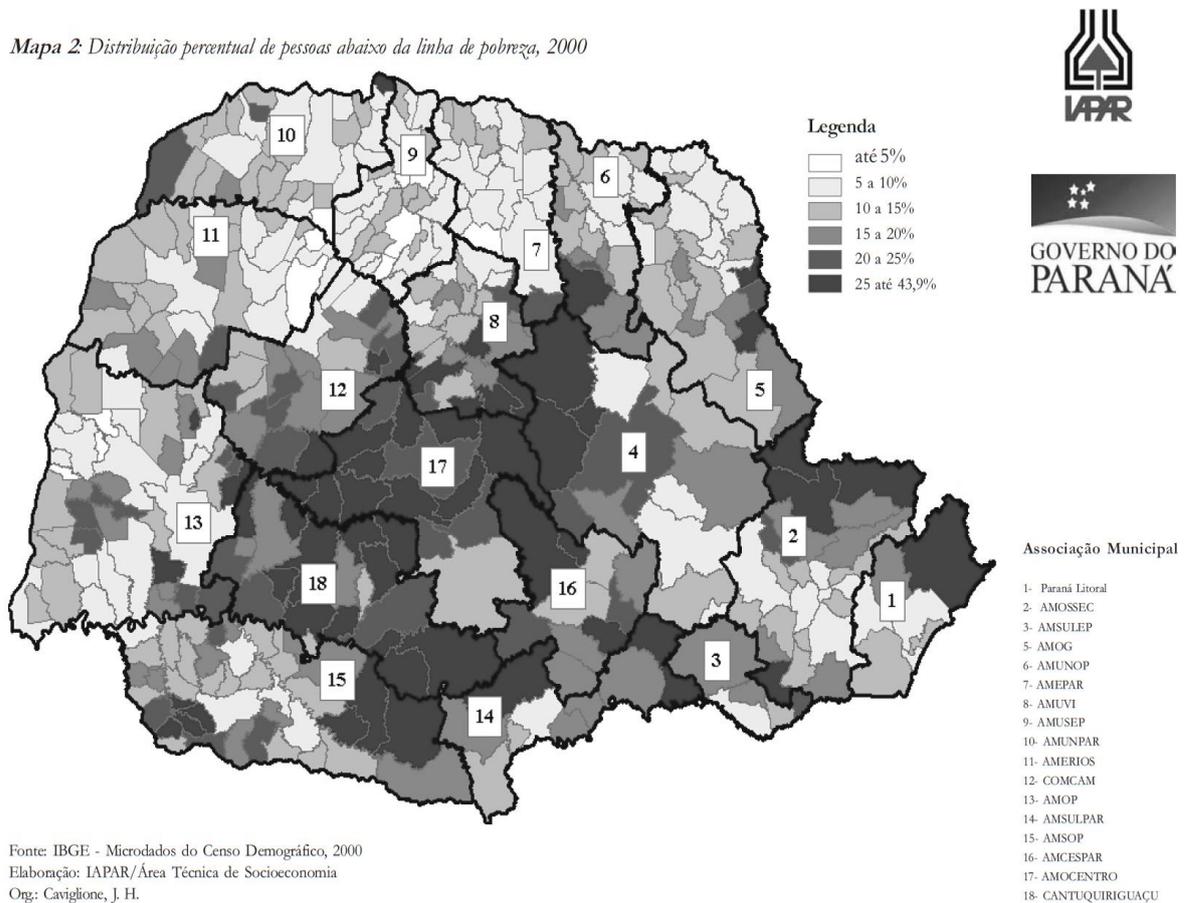


Figura 2: Paraná - Distribuição percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza, 2000
 Fonte: Doretto et alii, 2003

De acordo com estudo realizado por Doretto et alii (2003), os maiores percentuais de pobreza estão localizados na faixa central do Estado, estendida da região Nordeste a região Centro-Oeste. Segundo a pesquisa, nessas regiões as ocupações do território são recentes, o que confere a esses municípios baixa fertilidade em recursos naturais e dificuldades referentes à mecanização do trabalho agrícola, uma vez que, em muitas localidades, o relevo é muito acentuado, limitando o avanço dos maquinários (DORETTO et alii, 2003).

Nas áreas onde predomina a agricultura moderna das regiões Norte, Oeste, cidades polo do Sudoeste e no eixo Curitiba – Ponta Grossa ocorrem os menores

índices de pobreza. Na região de Campo Mourão, em que a modernização da agricultura avançou em municípios de relevo propício, e provocou grande êxodo rural, predomina acentuado percentual de pobreza, em que Campo Mourão abriga um dos maiores índices da região, com 33, 14% da população classificada como pobre (DORETTO et alii, 2003).

Esse processo de avanço da modernização da agricultura (trazendo consigo a proliferação de agroindústrias, as monoculturas, a concentração fundiária, dentre outros fatores) não encontra, com homogeneidade, espaços com características propícias para a sua propagação. Esse é o caso da Mesorregião Centro-Ocidental, que, ao mesmo tempo em que possui municípios completamente atrelados à modernização do campo, acentua, em outra ponta, determinadas dificuldades vividas pelos demais municípios.

1.1 A OCUPAÇÃO HUMANA E A ECONOMIA AGRÍCOLA

A atual configuração da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná é resultado dos encontros de diversas culturas e das ações dessas culturas sobre esse território. Grupos indígenas, exploradores espanhóis, bandeirantes paulistas, caboclos e colonos foram protagonistas dos embates pela posse da terra e permanência nela. Os encontros entre essas diversas culturas e suas ações na mesorregião resultaram hoje na conformação de sua paisagem atual.

As primeiras incursões ao território da Mesorregião Centro-Ocidental ocorreram durante o século XVII com as explorações de espanhóis e de bandeirantes paulistas (SERRA, 1991). Exemplo disso são as ruínas das missões jesuíticas encontradas no município de Fênix, onde hoje se localiza o Parque Estadual Vila Rica. Com o domínio espanhol dessa porção do território brasileiro, foram construídas também reduções jesuíticas entre os Rios Ivaí e Piquiri (SORIANO, 2002).

A Mesorregião Centro-Ocidental teve como primeiros habitantes a população indígena, a qual lutou contra a dominação dos colonizadores. Essa região foi palco da luta violenta entre a dominação e a resistência, em que a “[...] exploração das populações indígenas pelos conquistadores não foi sem obstáculos [...] e a

conquista dos seus territórios também não ocorreu de forma pacífica” (MOTA, 1997, p. 191). Ocorreu, porém, que, após as explorações espanholas, também bandeirantes paulistas disputam o território e a mão de obra nativa, avançando para a região em questão. O resultado da batalha foi o genocídio da população indígena, a destruição das reduções jesuíticas e a tomada de poder dos portugueses sobre esse território (SORIANO, 2002).

Durante o século XVIII, como território português e província de São Paulo, a Mesorregião Centro-Occidental era local apenas de circulação de tropas militares. Já no século XIX inicia-se o interesse pela ocupação da área. Tais interesses estavam relacionados a dois fatores: quanto ao primeiro, estavam relacionados à procura de uma via fluvial que ligasse o Paraná com a província de Mato Grosso até o Paraguai. A segunda dizia respeito ao “[...] interesse dos fazendeiros guarapuavanos em estender as atividades pastoris para novas áreas” (SORIANO, 2002, p. 66).

Essa segunda questão está ligada com o esgotamento das frentes pioneiras de ocupação paranaenses: frente pioneira do Paraná Tradicional, frente pioneira da Região Norte e frente pioneira da Região Sudoeste. A frente pioneira do Paraná Tradicional é fruto do regime de sesmarias que deu origem às grandes propriedades dos fazendeiros guarapuavanos, acima citados. O avanço dessa frente para a Mesorregião Centro-Occidental, com direção do Sul para o Norte, ocorreu em detrimento de inúmeros problemas:

Entre esses problemas se destacam: a) o esgotamento das terras de campo para onde a pecuária poderia continuar avançando; b) a queda na produção das fazendas, consequência do enfraquecimento das terras aliado à escassez de recursos técnicos para a recuperação da fertilidade natural; c) a perda dos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo para outras zonas de criação; d) a concorrência das estradas de ferro que passaram a transportar o gado a partir da divisa com São Paulo e em seguida no próprio território paranaense (SERRA, 1991, p. 24).

A decadência do tropeirismo, que consistia na criação extensiva do gado nas fazendas originadas pelas sesmarias, levou a frente pioneira em direção à região de matas de araucária, onde “[...] as economias baseadas na extração e beneficiamento de madeira e erva-mate entram em ascensão” (SERRA, 1991, p. 24). Nesse sentido, os fazendeiros guarapuavanos, sobretudo eles, avançaram para a região norte do Estado em busca de novas terras. As primeiras incursões à região

de Campo Mourão iniciam em 1840, mas os fazendeiros guarapuavanos intensificam as expedições em 1880.

Com relação à frente pioneira da Região Sudoeste, compreendemos que seu esgotamento se deu a partir do avanço dos caboclos da região e dos colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em direção à região norte. Esse avanço se deu em função de incentivos públicos e privados. Esse avanço ocorreu em função da disparidade cultural entre caboclos e colonos³, uma vez que, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os colonos vieram se instalar ao lado dos caboclos que já residiam no sudoeste do Paraná. Não se adaptando à cultura dos colonos sulistas, os caboclos iniciaram avanço para dentro dos sertões (SERRA, 1991). Depois, foi somente na década de 1940 que essa frente se movimenta consideravelmente para o norte do Estado, uma vez que:

Com a criação em 1943, da Colônia Agrícola Nacional General Osório, avançou o povoamento até a zona conhecida pela denominação de Marrecas, onde, em fins de 1948, a população já era de 4621 pessoas. Constituiu-se aí uma frente pioneira ativa, avançando a um mesmo tempo para oeste e para o vale do Iguaçu, ao norte. (L. BERNARDES, 2007, p. 156).

Para Serra (1991), é nesse contexto então que se encontram as frentes pioneiras do Sudoeste e a do Norte. O avanço da frente pioneira do Norte ocorreu em função da expansão da cafeicultura. O seu povoamento ocorreu em meados de 1860, quando pioneiros mineiros e na sua maioria paulistas adentraram ao território norte paranaense (N. BERNARDES, 2007). A colonização ocorreu por meio de projetos do Estado e, principalmente, por meio da iniciativa privada com a Companhia de Terras Norte do Paraná nas décadas seguintes. A Companhia dividiu o território em pequenos lotes, que, na sua maioria, possuíam entre 5 a 25 alqueires, mas era possível encontrar algumas fazendas de 200 alqueires (MONBEIG, 2007).

A expansão da cafeicultura com o predomínio de pequenas propriedades avança para as margens do Rio Ivaí até o Piquiri, adentrando os territórios da Mesorregião Centro-Occidental. É nesse quadro que, em 1940, o território da Mesorregião Centro-Occidental é efetivamente povoado, com forte impulso nas décadas de 1950 e 1960 (HESPANHOL, 1990). Foi, de fato, nesse período mais

³ Os conceitos de caboclo e de colono, inseridos no contexto da ocupação e colonização das terras paranaenses, referem-se a indivíduos oriundos de localidades diferenciadas, porém pertencentes à mesma categoria camponês, questão sobre a qual discutiremos em seguida.

nesse contexto, os conflitos foram inevitáveis. Bragueto (2007), ao tratar do comportamento territorial do norte paranaense como frente de expansão e como frente pioneira, apresenta essa questão. Para esse pesquisador, a frente pioneira se exprime como fronteira econômica que “[...] significa essencialmente a transformação da terra em propriedade privada, em mercadoria que intermediará o homem e a sociedade sob relações capitalistas” (BRAGUETO, 2007, p. 145).

Na frente de expansão, por sua vez, a terra não assume o “[...] equivalente de mercadoria, figurando o posseiro como personagem principal desta área geográfica” (BRAGUETO, 2007, p. 145). A frente de expansão, porém, não está completamente desligada das relações de mercado uma vez que há produção e comercialização de excedentes: “Trata-se de uma economia do excedente, com dedicação principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca de produto que pode ser obtida com os fatores que excedem às suas necessidades” (BRAGUETO, 2007, p. 144).

Nesse sentido, a venda e compra de terras por pequenos ou grandes proprietários provenientes de diferentes regiões do Brasil e do Paraná, na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense, confrontou-se com os caboclos que abriram suas posses na região. Conforme L. Bernardes (2007), o povoamento dessa área foi se expandindo de maneira irregular e espontânea, sem garantia da posse da terra. A agricultura de subsistência, a criação de porcos e a abertura de novas terras, para posterior venda aos colonos, eram as atividades principais desses caboclos.

Conforme Soriano (2002), com a chegada dos fazendeiros guarapuavanos, essas terras de caboclos, em seus ranchos, começaram a ser vasculhadas e ocupadas. Assim, as terras, que, até então, pertenciam ao Paraná, foram registradas por meio de uma declaração coletiva entregue ao próprio estado da “posse mansa e pacífica” dessa área ocupada por esses fazendeiros e suas famílias. As primeiras posses particulares começam a ser abertas na região, bem como são abertas as primeiras estradas ligando o norte e o sul do Paraná.

Posteriormente, em 1939 iniciam-se projetos de colonização do governo das terras que ainda não foram povoadas no oeste paranaense. Isso tudo ocorreu com o interesse do estado em aproveitar as matas ainda existentes e em conter a expansão das famílias de caboclos que habitavam a área. Assim, foram criadas, na região, as colônias de Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, Manuel Ribas, Muquidão

e Mourão. Em cada colônia foi planejado um centro urbano e seus lotes rurais (L. BERNARDES, 2007). Mais tarde, no ano de 1947, Campo Mourão é desmembrado do município de Pitanga, contando com distritos como Peabiru, Engenheiro Beltrão, Goio-Erê, Ubiratã, Campina da Lagoa, Iretama, Roncador e Fênix, os quais hoje já estão desmembrados.

A convergência das três frentes pioneiras para a Mesorregião configurou a exploração da terra nessa área. Os nortistas avançaram com a cultura do café, enquanto os caboclos e os colonos do sudoeste trouxeram a cultura de subsistência e a criação de suínos. Por sua vez, os sulistas, principalmente fazendeiros provenientes da região de Guarapuava, expandiram fazendas de gado para a região de Campo Mourão, além da exploração madeireira e da erva-mate.

A exploração da erva-mate e da indústria madeireira ocorreu com maior intensidade a partir do avanço da frente pioneira do Paraná Tradicional sobre a Mesorregião Centro-Occidental. Em um primeiro momento, “As madeiras eram extraídas em pequena escala somente para liberar espaço para as lavouras. Seu uso era limitado, geralmente utilizadas como carvão” (ONOFRE, 2005, p. 79).

Realizando estudo sobre a vegetação original do Paraná, Romariz (2007) aponta para a existência de mata com árvores imponentes com 25 a 30 metros de altura, com grossos troncos a exemplo de perobas, pau-d’alho, figueiras brancas, cedros brancos, etc. Além dessas espécies citadas pela pesquisadora, na região ainda se encontravam grandes extensões de terra com canela, pinho, imbuia, ipê e o pinheiro de araucária. A mata de araucária era expressiva. A árvore se distinguia do resto da floresta e dela se podia obter madeira resistente, celulose para a fabricação de papel, além do seu fruto, o pinhão (SIMIONATO, 1999).

Essa riqueza natural da região atraiu as madeireiras a partir do momento em que a importância econômica da extração das reservas florestais cresceu. Com elas, chegou à região um contingente populacional de outras localidades do Paraná e do Brasil, que impulsionaram o desenvolvimento socioeconômico:

Apesar da atividade extrativista madeireira ser caracterizada como nômade, no caso de Campo Mourão, grande parte da população que chegou à região para a exploração fixou residência. Esse fato ocorreu em virtude do deslocamento madeireiro paranaense já ter ocorrido, retirando a madeira do primeiro e segundo planalto, restando o terceiro planalto, onde se localiza Campo Mourão. (ONOFRE, 2005, p. 87).

O declínio do auge da indústria madeireira, com o esgotamento das reservas florestais, somado com a valorização das terras na região, isso fez com que os madeireiros iniciassem a dedicação à produção agrícola com as lavouras de mercado. Essas lavouras precedem as lavouras de subsistência, as quais se originaram da cultura dos caboclos ali residentes e dos colonos provenientes do sudoeste do estado somados aos colonos nortistas, que cultivavam arroz, feijão, milho intercalados entre os pés de café (YOKOO, 2009).

Simionato (1999), ao tratar da ocupação da região de Campo Mourão, relata que os alimentos consumidos pela povoação eram coletados e produzidos localmente. A natureza oferecia o mel, as frutas e os animais silvestres provenientes da caça e da pesca. Eram produzidos abacaxi, algodão, arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, entre outros.

A pesquisadora ainda relata detalhadamente que “[...] criavam-se nos grandes quintais, as galinhas, patos, porcos e cabritos [...] Nas matas havia abundância de animais de caça [...] pescava-se peixes [...] As frutas eram fartas” (SIMIONATO, 1999, p. 41). Sobre a criação de porcos, trazida principalmente pelos caboclos e colonos vindos do sudoeste, esta tinha grande expressão na região. Ainda apresentando dados sobre a produção pecuária na região do Censo Agropecuário do IBGE de 1948, a autora comprova que, enquanto existiam cinco mil cabeças de bovinos, mil e oitocentos cabeças de equinos, mil e oitocentos de caprinos, dois mil de patos marrecos e gansos, mil e oitocentos de muares e havia cento e cinquenta mil de suínos. Dessa forma, a cultura de subsistência somada com a suinocultura eram as produções mais expressivas da região na época.

Com relação à região norte da mesorregião Centro-Occidental, houve uma tentativa do avanço da cafeicultura. Apesar do avanço de pequenas, médias e até mesmo grandes propriedades para a produção de café, essa cultura não teve grande expressão na mesorregião como no Norte do Estado. Além da localização geográfica (ao sul do paralelo 24⁰)⁴, mais dois fatores foram responsáveis pela menor produção cafeeira na região:

[...] - significativa presença de imigrantes sulinos, sem tradição no plantio de café;

⁴ As regiões localizadas abaixo do paralelo 24⁰ sofrem maiores incidências de geadas, que acabam matando os pés de café, dificultando a produção cafeeira nessa região.

- o processo de ocupação sistemática da área, se deu, em grande parte, no decorrer da década de 1960, quando a cafeicultura se apresentava pouco atrativa e já se colocava em prática políticas oficiais de desestímulo à lavoura. (HESPANHOL, 1990, p. 62).

Para além dos fatores citados acima, temos, somados a eles, a baixa fertilidade do solo e a maior incidência de geadas à medida em que se avança para a porção sul da mesorregião. Assim, a cultura de subsistência e a suinocultura trazida pelos caboclos e colonos do sudoeste, bem como o extrativismo vegetal e a criação de gado que avançou com os fazendeiros guarapuavanos tiveram maior influência na região do que a cultura cafeeira proveniente do norte paranaense.

Ocorreu, porém, que, a partir da década de 1960, a economia agrícola da região começou a se alterar. Nesse período, a agricultura tradicional é gradativamente substituída pela mecanizada (YOKOO, 2009). A partir da década de 1970, com o avanço da modernização da agricultura, sobre a qual trataremos com maior detalhe nos próximos capítulos, ocorre, com maior intensidade, a substituição das culturas de subsistência pelas pastagens e, posteriormente, principalmente pelo cultivo da soja, do trigo, do algodão e do milho.

Essa alteração da economia agrícola se deu de forma acelerada. A partir de incentivos financeiros para as novas lavouras e as atividades de suporte, que foram carreados pelo estado. Temos a proliferação das agroindústrias por meio da criação de cooperativas. O cooperativismo foi um “[...] dos elementos fundamentais para sustentar o processo de modernização da agricultura de várias regiões, especialmente do Sul do país” (HESPANHOL, 1990, p. 112). Nesse panorama, surgem as cooperativas agroindustriais da região, incluindo a COAMO.

Houve grande expansão de uma nova economia agrícola nos municípios da região de Campo Mourão. A economia agrícola regional, hoje, está voltada para a produção de grãos com ênfase da soja, do milho e do trigo e a forte expansão da cana-de-açúcar. Mesmo assim, a paisagem agrária da região é muito heterogênea, pois ela não se compõe apenas do avanço desses cultivos. Em municípios como Campo Mourão podemos visualizar relevos aplainados onde prevalecem as monoculturas, as grandes propriedades e a quase ausência de mata nativa. Ao mesmo tempo é possível visualizar, em outros municípios, como Iretama, um relevo muito acidentado, em que notamos predominância de culturas de subsistência,

pequenas propriedades e a presença de rios margeados por mata nativa, ilustrados nas Fotografias 3 e 4:



Fotografia 3: Produção de soja
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Janeiro de 2010



Fotografia 4: Pequenas propriedades de gado
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Janeiro de 2010

Há, portanto, uma configuração heterogênea da paisagem, em que, de um lado, avançam as monoculturas, com a proliferação do agronegócio e a concentração fundiária, e, de outro lado, resistem as culturas de subsistência, as pequenas propriedades, o trabalho de base familiar no campo. O processo de ocupação e colonização alterou, de maneira significativa, a paisagem regional. Os atores sociais que participaram do avanço das madeireiras com o extrativismo vegetal, do estabelecimento de pequenas propriedades para o cultivo de culturas de subsistência, do advento da modernização da agricultura que trouxe consigo alterações na estrutura fundiária e na produção agrícola, construíram e ainda constroem as características físicas e socioeconômicas do que é hoje a Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense.

1.2 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O ESPAÇO DA PEQUENA PROPRIEDADE

A agricultura de subsistência, com remanescentes da mata nativa, com o trabalho camponês, sobretudo, resistiu em pequenas propriedades na região. Isso porque, nas grandes extensões de terra, onde o relevo apresenta apenas pequenas ondulações, o trabalho mecanizado foi instituído com maior facilidade. Assim, a

modernização da agricultura afastou as pequenas propriedades de subsistência para as encostas dos morros.

A pequena produção baseada no trabalho camponês, dedicada à produção de subsistência que avançou com caboclos e colonos, configurou, inicialmente, a estrutura fundiária da mesorregião em questão. Posteriormente, os projetos de colonização do governo, com o objetivo de erradicar os caboclos e povoar as terras devolutas entre os Rios Ivaí e Piquiri, foram criadas novas colônias, as quais foram constituídas de inúmeros lotes rurais. Havia pouca uniformidade entre os lotes, que variavam de 10 a 200 hectares em uma colônia e de 30 a 150 em outra (L. BERNARDES, 2007).

Essa estrutura passa a ser alterada com grande intensidade a partir da modernização da agricultura em meados da década de 1970. Durante esse processo ocorre o aumento concentração fundiária e a substituição do trabalho humano pelo mecanizado.

Em sua tese de doutoramento, Serra (1991) descreve o processo de alteração do espaço agrário paranaense a partir da década de 1960 como a soma de inúmeros fatores, os quais foram somados com o processo de modernização da agricultura. Com o esgotamento das terras devolutas, inicia-se o processo de concentração fundiária e de expropriação dos trabalhadores rurais. Posteriormente, a erradicação dos cafeeiros, para a implementação de novas culturas (por exemplo, algodão, soja, trigo), expropriou mais famílias agricultoras.

Serra (1991) soma, a esses fatores, a implementação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais, que trouxe consigo direitos aos trabalhadores do campo, o que trouxe também encargos para os proprietários de terra, que, em reação, iniciaram a substituição desses trabalhadores pelas máquinas agrícolas. E, ainda, as geadas que ocorreram durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Elas foram caracterizadas pelo pesquisador como o “golpe de misericórdia” para a lavoura cafeeira que, com seu fim, proporcionou o avanço da concentração fundiária e levou um número ainda maior de trabalhadores rurais ao desemprego.

O último e decisivo fator, como caracteriza Serra (1991), foi a modernização da agricultura. Esse fator expande o avanço capitalista no campo com bases em uma agricultura empresarial e em processos produtivos tecnológicos, com a concentração fundiária e com o êxodo rural. Para o pesquisador, portanto, a modernização “[...] desestruturou de um lado mas estruturou de outro; enquanto

outros fatores produziram efeitos mais localizados, a modernização deu respostas mais abrangentes, a ponto de dar origem a uma nova fisionomia para o espaço agrário” (SERRA, 1991, p. 169).

A nova estrutura fundiária, um dos reflexos dessa modernização, ocorreu de maneira intensa e acelerada. Hespanhol (1990), ao pesquisar o avanço das culturas de soja e trigo na região de Campo Mourão, ressalta que essa região, no momento dos processos de ocupação e colonização, abrigava um número significativo de pequenos estabelecimentos rurais. Depois, porém, durante os primeiros anos da década de 1970, ocorre a grande expansão das culturas de soja e trigo baseada no processo produtivo tecnológico oriundo da modernização da agricultura.

O autor ainda assevera que a expansão da monocultura na região e a alteração tecnológica nos processos produtivos exigiram áreas maiores para viabilizar a agricultura moderna. Além disso, as políticas agrícolas foram seletivas e priorizaram os médios e grandes produtores. Nesse quadro, as pequenas propriedades da Mesorregião Centro Ocidental rapidamente foram perdendo espaço para as grandes propriedades rurais.

Esse quadro de concentração fundiária segue persistindo, conforme apontaram os dados do Censo Agropecuário do IBGE do ano de 2006. O índice de Gini no Paraná avançou de 0,741 em 1996, para 0,770 em 2006. Isso ocorreu porque o número de estabelecimentos decresceu na maioria das Mesorregiões paranaenses (Centro Ocidental, Centro Oriental, Noroeste, Norte Pioneiro, Oeste e Sudoeste).

Na Mesorregião Centro Ocidental, os estabelecimentos com menos 10 ha passaram de 36.266, na década de 1970, para 8.388 em 2006; os estabelecimentos de 10 a menos de 100 ha passaram de 17.536 para 10.384; já em relação aos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha, aumentaram de 969 em 1970 para 2.278 em 2006; aqueles com mais de 1.000 ha cresceram de 48 em 1970 para 67 em 2006 (IBGE, 2009). Tais dados comprovam a permanência da concentração fundiária na Mesorregião. Nesse sentido, como consequência dessa concentração fundiária, os maiores declínios do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários foram registrados na Mesorregião de estudo com uma taxa de 28,3% negativos em 2006 (IBGE, 2009).

A despeito dessa concentração fundiária, os dados do Censo Agropecuário de 2006 demonstraram que a agricultura baseada no trabalho familiar segue

resistindo à expansão capitalista no campo. Essa resistência ocorre porque, mesmo ocupando áreas menores do território, esse segmento segue em crescimento, retendo a maior parte do pessoal ocupado em estabelecimentos rurais e com grande produção agropecuária mesmo em áreas menores.

Os dados do Censo Agropecuário do ano de 2006 embasam as considerações da corrente de teóricos que defendem a resistência da produção baseada no trabalho familiar. No Brasil, apesar da continuidade da concentração fundiária (em que 75,7% do território pertence à agricultura não familiar), o número de estabelecimentos de agricultura baseada no trabalho familiar cresceu de 4,139 em 1996 para 4,551 milhões em 2006, gerando um VBP 89% superior à agricultura não familiar (IBGE, 2006).

A pequena produção camponesa, ocupando uma área de 24,3%, representa 84,4% dos estabelecimentos. Esses estabelecimentos passaram de 85% em 1996, para 88% em 2006 e a área total passou de 31% em 1996 para 32% em 2006. Ainda, mesmo em um espaço menor, são responsáveis por 38% do valor bruto da produção (VBP) e 74,4% do pessoal ocupado, que cresceu de 77% em 1996 para 79% em 2006. Nesse quadro, enquanto a agricultura baseada no trabalho familiar ocupa 15,3 milhões de trabalhadores em seus estabelecimentos, a agricultura não familiar ocupa 1,7 milhão (IBGE, 2009).

Com relação à produção, são responsáveis por 87% do cultivo de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café e 34% do arroz. Provém desse segmento também 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% dos bovinos, principais produtos da agricultura que chegam até as mesas de toda a população (IBGE, 2009).

No Paraná, o Censo Agropecuário de 2006 apresenta que 81,63% são estabelecimentos de agricultura baseada no trabalho familiar, mesmo ocupando uma área de 27,8% da área total. Os dados por Mesorregião explicam o resultado total do estado do Paraná. A Mesorregião, por sua vez, não foge desse quadro em que o número desses estabelecimentos é maior que os não familiares mesmo ocupando uma área menor, como demonstra a Tabela 1:

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor em relação à agricultura familiar – Paraná - 2006

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (Abs.)			NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Noroeste	37 723	8 400	29 323	100,0	22,3	77,7
Centro-Ocidental	21 310	4 540	16 770	100,0	21,3	78,7
Norte Central	54 272	12 865	41 407	100,0	23,7	76,3
Norte Pioneiro	29 661	6 305	23 356	100,0	21,3	78,7
Centro-Oriental	19 174	4 549	14 625	100,0	23,7	76,3
Oeste	53 216	9 464	43 752	100,0	17,8	82,2
Sudoeste	44 479	4 947	39 532	100,0	11,1	88,9
Centro-Sul	41 368	7 780	33 588	100,0	18,8	81,2
Sudeste	39 390	4 725	34 665	100,0	12,0	88,0
Metropolitana de Curitiba	30 458	4 569	25 889	100,0	15,0	85,0
Paraná	371 051	68 144	302 907	100,0	18,37	81,63

Extraído de: Censo Agropecuário - IBGE, 2006
Organização: Nota Técnica - IPARDES, 2009

Na Mesorregião em estudo, são 16.770 os estabelecimentos agropecuários de agricultura de base familiar, representando 78,7% do número de estabelecimentos. Esses dados reforçam a resistência desse tipo de agricultores. Mesmo com 16.770 estabelecimentos, eles ocupam nessa região apenas 24,73% da área dos estabelecimentos agropecuários, enquanto 4.540 dos estabelecimentos não familiares ocupam uma área de 75,27% da área. Apresenta-se, nesse contexto, a concentração fundiária pelos estabelecimentos não familiares e, em um movimento contrário, a resistência em menores áreas da agricultura de base familiar em uma região em que o avanço da modernização da agricultura pressupõe o fim desse segmento (IBGE, 2009).

A Tabela 5 apresenta apenas os dados da Mesorregião Centro Ocidental, com as particularidades de seus municípios. Os dados da Tabela 2 revelam a resistência dos agricultores baseados no trabalho familiar até mesmo em municípios como Campo Mourão, onde a modernização da agricultura avançou com maior intensidade, trazendo consigo as grandes propriedades, as culturas de grãos que substituíram as pequenas propriedades e as culturas de subsistência da região.

Tabela 2 - Estabelecimento e área da agricultura familiar, na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná – 2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Centro Ocidental Paranaense	16 770	274 779	4 540	836 397
Goioerê	7 724	132 081	1 718	312 042
Altamira do Paraná	604	10 567	144	25 234
Boa Esperança	476	9 347	111	20 204
Campina da Lagoa	1 164	19 250	279	54 151
Goioerê	657	9 704	186	37 681
Janiópolis	655	10 186	109	22 172
Juranda	626	10 713	177	18 930
Moreira Sales	750	9 695	108	23 007
Nova Cantu	986	15 979	144	30 998
Quarto Centenário	268	5 092	86	23 663
Rancho Alegre D'Oeste	392	7 616	87	20 271
Ubiratã	1 146	23 931	287	35 731
Campo Mourão	9 046	142 698	2 822	524 355
Araruna	1 025	15 980	203	20 752
Barbosa Ferraz	1 346	17 958	215	37 837
Campo Mourão	497	7 899	347	55 956
Corumbataí do Sul	451	5 552	73	10 284
Engenheiro Beltrão	656	12 059	178	31 584
Farol	266	4 103	68	17 993
Fênix	340	5 890	124	11 548
Iretama	1 166	16 585	373	47 763
Luiziana	442	7 286	282	80 748
Mamborê	753	13 542	263	54 485
Peabiru	423	8 245	240	32 653
Quinta do Sol	292	5 138	110	28 246
Roncador	1 100	17 584	194	44 636
Terra Boa	289	4 876	152	49 868

Extraído de: Censo Agropecuário - IBGE, 2006

Organização: TEIXEIRA, J. C. 2010

Em nenhum município a área de estabelecimentos familiares supera a área dos estabelecimentos não familiares, porém o número de estabelecimentos baseado no trabalho familiar é maior em toda a região. Em municípios como Iretama, que possuem mais de mil de estabelecimentos familiares, podemos compreender que o avanço da modernização no campo não encontrou espaço propício. A observação da paisagem rural desses municípios indica que o acentuado relevo não propiciou o avanço, em larga escala, das culturas mecanizadas de grãos, características da região. Nesse sentido, permaneceram, nessas localidades, as pequenas propriedades de base familiar, que também trabalham com outras atividades agropecuárias, possíveis de se realizar nesses locais.

1.3 O CAMPONÊS COMO CATEGORIA SOCIAL E REGIONAL

Com a expansão do capitalismo durante o século XIX, e seu posterior avanço sobre o campo, crescem os questionamentos sobre o destino do modo de produção camponês, isso porque, em Marx, nessa expansão, os trabalhadores são expropriados dos seus instrumentos de trabalho e dos objetos utilizados para a realização do mesmo trabalho. Nesse sentido, os trabalhadores (proletários) passam a vender sua força de trabalho em troca de um salário para aqueles que detêm os instrumentos e os materiais e que necessitam dessa força de trabalho (capitalistas) para a produção de mercadorias, retirando, assim, dessa força de trabalho assalariado seu lucro⁵.

O avanço dessas relações capitalistas no campo acirra as discussões sobre a resistência ou o desaparecimento de relações não capitalistas, como a produção baseada no trabalho familiar camponês. Nessas relações, a exploração do trabalho assalariado não ocorre, uma vez que a família divide os trabalhos a serem realizados para sua própria manutenção e sobrevivência.

Para a corrente de teóricos da qual se destacam os trabalhos de K. Kautsky e V. Lênin, essas relações não capitalistas não encontram espaço para a sua permanência dentro da lógica de produção capitalista. Dessa forma, o avanço das relações de mercado e dos processos de modernização e industrialização, em função da expansão capitalista no campo, traria consequências como o desaparecimento do camponês via proletarização.

Em contrapartida, teóricos como o pesquisador russo Alexander Chayanov e os pesquisadores brasileiros José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, dentre outros, ressaltam a importância do modo de vida e produção camponês como uma relação não capitalista benéfica para a sociedade. Para Chayanov (1974), que dedicou sua pesquisa sobre a organização econômica da produção familiar camponesa, o equilíbrio interno das unidades camponesas era compreendido através do balanço entre trabalho e consumo.

⁵ Compreendemos que essas discussões são mais amplas e profundas, portanto, para melhor entendimento, ler: MARX, K. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

O trabalho e o consumo estão diretamente ligados à composição familiar. Nesse caso, busca-se o equilíbrio da unidade camponesa com o número de familiares disponíveis para o trabalho e a quantidade de consumidores dentro dessa unidade. Segundo Chayanov (1974), a utilização do trabalho familiar para a satisfação de suas necessidades está relacionado também à área da unidade de trabalho. O tamanho dessa área pode ser maior ou menor, dependendo da agregação ou do desmembramento referentes a matrimônios e a outras relações de parentesco. E, quanto menor a área para manter a família com o trabalho agrícola, maior a necessidade de empregar a força de trabalho disponível em outras atividades não agrícolas.

A busca por outras atividades, para além das atividades agrícolas, não significava, para Chayanov (1974), a proletarização do camponês na realidade de tempo e espaço estudada pelo autor. A necessidade de inserção no mercado de trabalho obedecia a uma outra lógica que não a capitalista. Assim, essa inserção não possui a mesma lógica de acumulação capitalista com a obtenção de lucro. Para ele, a busca de alternativas ocorre em função da liberação da força de trabalho de indivíduos da família que não estão ocupados com a produção agrícola e que devem auxiliar, com seu trabalho, na subsistência da unidade camponesa. Assim, a lógica do trabalho dessa unidade está ligada prioritariamente à satisfação das suas necessidades.

A realidade estudada por Alexander Chayanov era uma realidade europeia, em um espaço e tempo diferentes da realidade brasileira. Diferentemente do camponês europeu, o campesinato no Brasil não se caracteriza como o resíduo de um sistema feudal. Ele também não pode ser entendido como um trabalhador assalariado proveniente da expansão capitalista no campo. José de Souza Martins (1986) refutou a ideia de que o regime de colonato substituiu o regime escravagista como uma forma de trabalho assalariado.

O entendimento é o de que, para os colonos, “[...] o salário não era a única base da existência, pois tinham a sua sobrevivência, a sua reprodução, assegurada pela agricultura intercalar” (MARTINS, 1986, p. 127). Além disso, por vezes esses colonos possuíam recursos acumulados dessa atividade com seus excedentes. Por essa razão, Martins (1986) explica que os fazendeiros, que baseavam suas

atividades econômicas no lucro do capital e na renda fundiária, sofreram mais que os colonos com a crise de 1929⁶.

Para o pesquisador, se os colonos fossem apenas trabalhadores assalariados, eles teriam sofrido graves consequências como os fazendeiros. Além disso, produzindo seus próprios meios de vida, os colonos estabelecem relações não capitalistas. Assim, o autor afirma que o regime de colonato se caracteriza pela transição para o trabalho livre, mas não para o trabalho assalariado. E, ainda, a grande questão da expansão do capitalismo no campo não foi o advento do trabalho assalariado, mas, sim, a propriedade capitalista da terra.

O campesinato tradicional, no Brasil, origina-se às margens de um sistema escravista, exportador e baseado no latifúndio. O campesinato brasileiro, ao contrário do camponês europeu, não teve direito ao acesso à terra. Historicamente, o camponês brasileiro luta para entrar na terra. Para Martins (1983), as lutas em busca de seus direitos avançaram mais rapidamente que as políticas sociais para o campo brasileiro.

O acesso à terra no Brasil, dificultado pelo latifúndio e resultado do sistema de sesmarias, segundo Serra (1991), foi agravado pela Lei de Terras de 1850⁷. Na transformação da terra em mercadoria, a luta camponesa é, dessa forma, uma luta anticapitalista, na medida em que o capital se apropria da terra mediante o pagamento da renda da terra. Nesse sentido, a apropriação capitalista da terra a transforma em equivalente de capital, sendo possível a subordinação do trabalho agrícola (MARTINS, 1983). Assim:

O próprio capital impôs, no Brasil moderno, a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. *É a terra de trabalho contra a terra de negócio*. O que unifica as aspirações e lutas de um colono gaúcho, de um posseiro maranhense e de um índio Tapirapé é essa resistência obstinada contra a expansão da apropriação capitalista da terra; mesmo que cada um, cada categoria social, construa sua própria concepção de propriedade, o seu próprio regime de propriedade anticapitalista: a propriedade camponesa, a propriedade comunitária e a posse. (MARTINS, 1991, p. 56, grifo do autor).

⁶ A crise econômica mundial, que culminou na quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, em 1929, trouxe sérias dificuldades para a agricultura brasileira, que era baseada principalmente na exportação do café.

⁷ “A chamada Lei de Terras (Lei nº 601) definiu todas as terras devolutas como propriedade do Estado, cuja ocupação se sujeitaria à compra e venda” (MARTINS, 1986, p. 122).

Martins (1991) trata da questão política no campo, das violentas lutas contra a expropriação dos lavradores da terra em função da expansão capitalista. O pesquisador lembra que a terra é um bem natural e, para os lavradores brasileiros, ela é uma dádiva divina, é um bem de todos e o trabalho é que legitima sua posse. Assim, a terra de negócio é a terra apropriada pelo capital e a terra de trabalho é aquela em que o trabalhador toma posse, onde não há a exploração do trabalho alheio. A luta camponesa pela terra, portanto, é uma luta contra o capital, que subordina, explora e expropria o trabalho familiar camponês.

Compreende-se o campesinato no Brasil como uma relação não capitalista de produção, em função do trabalho baseado na força familiar, da luta pelo acesso à terra, que, historicamente, lhe foi negada. Trata-se de uma luta contra a apropriação capitalista da terra, buscando o acesso da mesma para a manutenção de seu modo de vida e produção – modo de produção esse que busca, com o trabalho e com seus frutos, a melhoria da qualidade de vida da família e a liberdade como principais objetivos.

Para Oliveira (2007), o modo de vida e produção camponesa é criado pela própria expansão capitalista e isso ocorre porque, ao expandir-se, o capital, contraditoriamente, reproduz também relações não capitalistas, necessárias para a sua própria manutenção e avanço.

[...] como o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão (não implanta a um só tempo trabalho assalariado em todos os setores e lugares), ele tende, particularmente onde e quando a vanguarda dessa expansão capitalista está apenas no comércio, a desenvolver, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

O modo de vida e trabalho camponês, como relações não capitalistas, se fortalece frente ao desenvolvimento dessas relações capitalistas. Vale afirmar, nesse sentido, portanto, que, quanto mais a modernização da agricultura avança no campo, mais se faz a resistência do trabalho familiar camponês, como foi demonstrado anteriormente. Oliveira (2001) ainda afirma que a expansão capitalista no campo, ao expropriar os camponeses de sua terra de trabalho, leva à união

desses trabalhadores, gestando o fortalecimento desses indivíduos frente à própria expansão do capital.

Esse fortalecimento ocorre sobre as características camponesas que se constituem numa força de trabalho familiar, na socialização de seus produtos, na parceira, em uma jornada de trabalho específica, na sua cultura, dentre outras questões que o definem. Ao tratar das diferenças e das semelhanças entre operários e camponeses, Martins (2003) nos deixa importantes considerações sobre aspectos do modo de produção e vida camponesa.

Na tentativa de pontuar as características do campesinato, citamos aqui, resumidamente, a exposição realizada por Martins (2003). O trabalho camponês é independente, seu vínculo com o capital está expresso na venda para o mercado do fruto de seu trabalho. O camponês é livre na medida em que ele é detentor não só da sua força de trabalho, mas dos instrumentos de trabalho e, quando não os possui, é dono da vontade de quanto produzir, como produzir e para quem vender. Além disso, ao inserir-se no mercado, o que ele vende é o produto do seu trabalho e não o trabalho em si, pois para ele essa separação não existe. Dessa forma, o camponês se coloca no mundo a partir do que produz.

Martins (2003) ainda compreende que o camponês está voltado para a sua família, para a sua comunidade. Nas palavras do autor ele está voltado para “dentro” e não para “fora”, para o mundo regido pela produção de mercadorias e das relações dela derivadas. Ao contrário do operário, o camponês não é constituído pelo antagonismo de classes, os antagonismos sociais que destroem os camponeses. A luta camponesa é a luta contra o capital, uma luta anticapitalista, da qual a maior delas é a luta pela terra.

Martins (2003) explica que a relação do camponês com o capital se dá pela exploração oculta de seu trabalho na extração da renda fundiária com o pagamento de renda da terra. O conflito, portanto, está posto contra a expropriação, a exploração, a privação ao acesso a terra e contra o capital personificado no proprietário de terra. O campesinato não é uma classe dotada de consciência de classe e isso tende a dispersar os interesses e objetivos camponeses. Por fim, Martins (2003) explicita que o campesinato, como classe fragmentária, é teoricamente uma classe conservadora, em que seus valores estão centrados na família, na terra, na religião, na comunidade e no trabalho.

Essas características ilustram que o camponês vive em outra lógica. É aí que o camponês apresenta resistência frente ao modo capitalista de produção no campo, pois resiste contra a possibilidade de ser destruído pelo capital. Dessa forma, o camponês se recria, evolui, se desenvolve, não se mantém no atraso, e não sujeita a sua terra, a sua produção e seu trabalho ao capital. Paulino (2003) realiza uma pesquisa com camponeses no Norte do Paraná e aponta para a resistência dessas relações não capitalistas (campesinato) na região. Ela explica que:

[...] os camponeses produzem a partir de uma lógica distinta, já que a acumulação capitalista não se constitui em componente de sua forma de produzir. [...] Isso porque a extração da mais-valia não se constitui no fundamento da atividade camponesa, o que significa que a acumulação adquire sentido diverso, retornando sempre sob a forma de aumento da produtividade do trabalho e melhoria das condições de vida da família. (PAULINO, 2003, p. 22).

A luta campesina é, portanto, a luta pela terra e pelas condições para viver nela. É a luta pela vida, pela reprodução de suas relações sociais, por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, “[...] o aumento dos posseiros revela que uma parte do campesinato expropriado recusa a proletarização e procura abrir na posse da terra reconquistada o espaço para a continuidade do trabalho camponês, familiar” (OLIVEIRA, 2001, p. 37).

Essa resistência não é sinônimo de atraso, não significa manter-se estagnado, pois é uma resistência que corresponde à defesa de seu modo de produção, de suas relações sociais, de sua cultura, de sua identidade, características que evoluem com o passar do tempo, como qualquer outra classe social, mas que continuam lutando pelos seus direitos.

Apesar dessa luta pela recriação de suas relações sociais e pelo seu reconhecimento, o camponês está sujeito aos desdobramentos do capitalismo, em que:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 26 et seq).

Concordamos com Shanin (2008, p. 37) quando ressalta que: “Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição”. Assim, portanto, modo de vida e produção caracterizam como categoria social o camponês.

Bombardi (2003), assim como Shanin, Martins e Oliveira, entendem que o conceito de camponês deve ser compreendido inserido no modo capitalista de produção e não como uma classe social autônoma que não está ligada às relações de mercado, sujeita ao capital.

Para Bombardi (2003) são três as questões que devem ser postas para o entendimento do conceito de camponês. A questão de ordem econômica, em que o camponês deve ser compreendido como pertencente ao modo de produção capitalista que continuamente o reproduz. A questão de ordem política, que trata da luta camponesa pela permanência e pelo acesso à terra. A última questão, de ordem moral, diretamente relacionada às outras, refere-se a uma ordem moral camponesa.

A ordem moral camponesa se pauta no direito das pessoas e não no das coisas. Para a pesquisadora, que se baseia na teoria da economia moral de Eric P. Thompson, essa ordem moral possui uma série de valores diversos dos nossos. Nesse sentido, a vida de um indivíduo está completamente ligada à vida do outro, com fortes laços de solidariedade, em que todos se conhecem e se responsabilizam pelos outros (BOMBARDI, 2003).

Para Marques (2004), o modo de vida camponês deve ser entendido como algo dinâmico e que só pode ser compreendido inserido na sociedade mais ampla, até mesmo em escalas extranacionais e globais. Em seu estudo, a pesquisadora reflete a partir de quatro perspectivas distintas que buscam refletir sobre: qual o lugar das comunidades campesinas na sociedade moderna capitalista, qual o lugar físico ocupado por essas comunidades no Brasil, como entender a relação entre tradição e modernidade no campo conceitual e qual o lugar que podem vir a ocupar os modos de vida tradicionais na modernidade.

Marques (2004) entende que a reprodução da cultura camponesa ocorre como movimento contraditório, dentro da sociedade moderna, a partir da sua inserção periférica em relação à lógica social dominante. O mundo tradicional, como coloca a autora, situa-se às margens da expansão da economia capitalista. Os camponeses ocupam o interior do Brasil, as áreas de frente de expansão, no interior

ou no entorno dos latifúndios e ainda em sítios ou bairros rurais mantendo relações com cidades mais próximas.

Assim, “[...] o modo de vida tradicional se caracteriza por uma sociabilidade territorializada, preferencialmente em escala local, informada por um sentimento de pertencimento ao lugar” (MARQUES, 2004, p. 153). A autora ainda coloca que essa escala pode se estender, na realidade brasileira, dependendo da extensão da composição familiar. Dessa forma, o modo de vida tradicional é repassado e reproduzido entre gerações de práticas e valores, e apresenta mudanças com maior lentidão relacionado à modernidade.

A modernidade, por sua vez, obedece uma lógica diferenciada. Emergindo entre os séculos XVI e XVII, ela combina uma tensão entre regulação e emancipação social, conforme Marques (2004). Com a modernidade, as mudanças e a instabilidade das relações sociais são tidas como normais. Além disso, a relação mais estreita com o mercado traz a perda de vínculos com a terra. O modo de vida camponês, por sua vez, em uma lógica contrária, busca o enraizamento local, o vínculo com a terra e relações sociais mais sólidas.

Essas relações sólidas podem ser ilustradas pelo que nos informa Santos (1978), ao realizar pesquisa sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital, retratando um grupo de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul, produtores de vinho, aos quais ele denominou de Colonos do Vinho. Santos (1978) cita o exemplo de ajuda mútua de vizinhos na lavoura, em que ela aparece como:

[...] um processo grupal, concorrendo as pessoas espontaneamente para prestar o auxílio necessário. Depois de findo o trabalho, geralmente dias mais tarde, é costume aqueles que foram auxiliados oferecerem uma festa para recompensar os outros e agradecer-lhes, solidificando-se assim a solidariedade do grupo. A retribuição à ajuda é uma obrigação coletiva: sempre que ocorrer tal situação, a família que recebeu ajuda deverá, juntamente com todos os outros, auxiliar a outra família em necessidade. (SANTOS, J., 1978, p. 35).

Nesse sentido, Santos (1978), entendendo o campesinato como personagem subalterno, que reage de forma fragmentária contra a dominação do capitalismo, descreve que esses personagens constroem uma utopia comunitária, utopia essa baseada em fortes laços de solidariedade, como ilustrado acima. Essa solidariedade passa pelo trabalho, pelo lazer e pelas instituições locais, as quais

reforçam a resistência da disseminação da lógica da mercadoria nas relações pessoais entre eles.

Essa solidariedade de grupo, para Candido (2001), é condicionante para a adaptação dos camponeses que buscam a sua sobrevivência. O autor realiza um estudo detalhado sobre as características da vida caipira tradicional e as mudanças a ela auferidas na realidade paulista. Candido (2001) utiliza o termo caipira expressando um modo de ser, um modo de vida e não como um conceito de atraso.

O pesquisador identifica no caipira paulista três reações de adaptação ao avanço da modernidade: a primeira é a aceitação dos traços impostos e propostos, a segunda é a aceitação apenas dos traços impostos e a terceira é a rejeição de ambos. A primeira e a terceira reação correspondem, para Candido (2001), ao indivíduo ou família que, por algum motivo, não pertencem mais ao seu grupo.

A segunda reação, a qual, para o pesquisador, é a que mais interessa para seu trabalho, é uma reação de pequenos lavradores, sitiantes ou parceiros que procuram se ajustar ao que o autor chamou de mínimo possível de civilização, procurando preservar ao máximo sua tradição: “Daí qualificá-los como grupos que aceitam, da cultura urbana, os padrões impostos – aquilo que não poderiam recusar sem comprometer a sua sobrevivência” (CANDIDO, 2001, p. 273). Esses mesmos grupos podem, porém, rejeitar aquilo que é proposto e que deixa margem para a opção.

Nesse sentido, os caipiras paulistas sentiram a necessidade de adaptação ao avanço da modernidade, mas, sobretudo, como uma maneira de garantir a conservação das suas próprias formas tradicionais. Lembrando que Moura (1986) adverte que essas adaptações não devem fortalecer o preconceito de que o camponês é igual a atraso, ou que vive fora do tempo, extremamente ligado a costumes arcaicos, observando inocente o capitalismo passar, inovar e transformar. Para a autora, a vida familiar do camponês, as relações de parentesco, a religiosidade e heranças “[...] são regidas por códigos flexíveis o suficiente para adaptar as mais diversas relações que surgem” (MOURA, 1986, p. 27).

Ao tratar da sabedoria tradicional camponesa, E. Woortmann (2004) descreve a forma como o agricultor camponês trata a terra e respeita os desígnios da natureza. E. Woortmann (2004) explica que existe uma moral específica do camponês em tratar a terra. Para ele, Deus é dono da terra e ela é uma dádiva que deve ser respeitada.

A pesquisadora detalha as características dos saberes tradicionais desses indivíduos. Exemplo disso é a forma como o lavrador dialoga com a terra para compreender o que ela quer produzir. Assim, ele compreende que, em determinadas áreas, certos tipos de alimentos produzem bem, que, em outra região, eles não se desenvolveriam. Além disso, Deus controla o ritmo das chuvas e, caso ela não venha, significa castigo. E. Woortmann (2004) explica que esse aspecto ilustra a humanização da natureza com a visão espiritual e holística do lavrador em relação a ela.

Ainda E. Woortmann (2004), demonstra que o camponês possui um modo específico de organizar sua propriedade. E essa organização obedece aos desejos da terra. É importante ressaltar que esse saber não é obtuso e atrasado, mas, sim, cauteloso. O cuidado com a lavoura e com o trato da natureza significa, também, preocupação com a família. A autora entende que o camponês não pode pôr em risco a reprodução social de sua família com a utilização de uma inovação tecnológica.

Dedicando seus trabalhos à compreensão dos valores culturais camponeses, E. Woortmann (1995) explica que as formas de parentesco, como matrimônio, herança, compadrio, são formas de manutenção do patrimônio. E explica que isso é assim porque o patrimônio camponês – sua terra – não é considerado mercadoria, uma coisa. A terra faz parte da família, pois dela provém a capacidade de resistência e de reprodução familiar camponês. Ela representa liberdade. É terra de trabalho e não terra de negócio, como descreveu Martins (1991).

Na realidade da Mesorregião Centro Ocidental tem se mostrado a realidade da resistência camponesa. Mesmo em uma região com altos índices de pobreza e, conseqüentemente, com baixos índices de desenvolvimento onde ocorre a plena expansão das monoculturas, do agronegócio e de outras características delegadas à modernização da agricultura, o trabalho baseado na família ainda resiste.

Além de possuir o maior número de estabelecimentos, como demonstrado anteriormente, a agricultura familiar possui maior número de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, mesmo possuindo uma área menor que a agricultura não familiar, como demonstrado na Tabela 3:

Tabela 3 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à agricultura familiar e mesorregião geográfica – Paraná – 2006

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (Abs.)			PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Noroeste	116 381	41 423	74 958	100,0	35,6	64,4
Centro-Ocidental	64 498	23 460	41 038	100,0	36,4	63,6
Norte Central	189 708	90 047	99 661	100,0	47,5	52,5
Norte Pioneiro	91 152	37 800	53 352	100,0	41,5	58,5
Centro-Oriental	60 638	23 908	36 732	100,0	39,4	60,6
Oeste	147 233	37 108	110 125	100,0	25,2	74,8
Sudoeste	127 473	20 316	107 157	100,0	15,9	84,1
Centro-Sul	124 051	28 535	95 516	100,0	23,0	77,0
Sudeste	112 416	16 222	96 194	100,0	14,4	85,6
Metropolitana de Curitiba	83 534	17 949	65 585	100,0	21,5	78,5

Extraído de: Censo Agropecuário – IBGE, 2006

Organização: Nota Técnica – IPARDES, 2009

Assim, possuindo o maior número de estabelecimentos e ocupando o maior número de pessoal nesses estabelecimentos, os agricultores familiares camponeses da região seguem buscando alternativas para resistir ao forte avanço da expansão capitalista no campo. Citamos os exemplos da Associação de Produtores de Corumbataí do Sul (APROCOR) e a Cooperativa Vale do Rio Cantu (COOVRKAN). A APROCOR reúne pequenos produtores familiares do município de Corumbataí do Sul e a COOVRKAN dos municípios de Altamira do Paraná, Iretama, Mato Rico, Nova Cantu e Roncador. Ambas as cooperativas buscam estimular a produção dos agricultores familiares em municípios onde eles resistem e buscam formas de se fortalecer.

Conforme o exposto, compreende-se que esses trabalhadores do campo, baseados no trabalho familiar, como os camponeses, devem ser compreendidos a partir da realidade onde estão inserido. Deve-se evitar o olhar míope que engessa tal grupo social, pois devemos compreendê-lo como grupo em evolução, o qual caminha em uma outra lógica. O campesinato regional, portanto, é entendido por seus aspectos econômicos, políticos e de ordem moral, como apontou Bombardi (2003).

Um campesinato, que, mesmo fragmentado, busca alternativas para garantir a sua resistência, mas alternativas que funcionem dentro da sua lógica de trabalho e

de vida. Trata-se de alternativas que, por vezes, ocorrem em grupo, ao exemplo de algumas cooperativas regionais, e, por vezes, ocorrem através de iniciativas apenas do grupo familiar dentro da própria propriedade. São, porém, sempre alternativas que buscam a resistência em seu espaço, com o trabalho baseado na produção familiar e que, mesmo sobrevivendo em situações difíceis de pobreza, deixando até mesmo a própria terra, a ela retorna, em razão do seu enraizamento e de sua relação com o local de onde veio.

2 O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DO LOCAL E DO CAMPONÊS

A dinâmica econômica traz, em seu bojo, o crescente desequilíbrio entre as mais diversas regiões do mundo. Nesse sentido, contraditoriamente, enquanto determinadas áreas crescem economicamente, outras tendem a aumentar os níveis de pobreza. Em uma tentativa de diminuir essas disparidades existentes, entra em pauta a discussão sobre a noção de *desenvolvimento*, ganhando maior proporção após a Segunda Guerra Mundial, conforme aponta Oliveira (2002), como resultado dos diversos prejuízos causados.

Fazendo uma retrospectiva, Oliveira (2002) ressalta que a Organização das Nações Unidas (ONU) é criada nesse período para garantir o crescimento das nações. Apontamos, aí, os primeiros ensaios e a criação de organismos, programas e políticas voltadas para o desenvolvimento. É importante lembrar que, nessa retrospectiva, o pesquisador ressalta que crescimento e desenvolvimento econômico ainda não eram compreendidos como fatores distintos.

Ocorreu, porém, que, com a relevância econômica do termo desenvolvimento, passou-se a questionar a validade da similaridade entre crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido, desenvolvimento começa a ser compreendido como distinto de crescimento. Enquanto crescimento valora questões econômicas, desenvolvimento busca melhorias nas esferas tanto econômicas quanto sociais, a exemplo da qualidade na saúde, na educação, entre outras, segundo Oliveira (2002).

Dessas contradições nasce o conceito de desenvolvimento sustentável, oficializado pelo Relatório de Brundtland, em 1987, como demonstra Cruz (2008). O novo conceito foi criado porque o conceito de *crescimento econômico* passa a ser questionado em função da preocupação com a escassez e com a consciente utilização dos recursos naturais, propondo, assim, um *desenvolvimento sustentável*, que pressupõe os aspectos econômico, social e ambiental. Porém:

O reconhecimento, pelas sociedades, dos efeitos perversos do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico, que desconsideram os desdobramentos indesejados desse processo sobre a vida no planeta, fez do conceito de desenvolvimento sustentável um paradigma a partir do final do século XX, período em que se consolida o processo de globalização. (CRUZ, 2008, p. 99).

A partir da formulação do conceito de desenvolvimento sustentável crescem os questionamentos sobre a utopia dessa forma de desenvolvimento. E crescem os questionamentos porque aumentam as contradições da globalização e do modo de produção capitalista vigente em relação à noção de sustentabilidade. Nesse sentido, Cruz (2008) aponta para o surgimento do conceito de desenvolvimento local, não como sinônimo e nem como contradição de desenvolvimento sustentável, mas com o mesmo objetivo: o desenvolvimento humano e social, com possibilidades mais reais e menos utópicas.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento local surge como resposta às contradições do modelo econômico vigente, onde as desigualdades são criadas e reforçadas, com regiões mais ricas e regiões mais pobres. Dessa forma, ao realizar pesquisa sobre os referenciais de desenvolvimento local, Endlich (2007) explica que “O desenvolvimento local é uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual num contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras” (ENDLICH, 2007, p. 11).

Ainda para Endlich (2007), esse desenvolvimento pode ser endógeno, quando o processo é realizado sem a intervenção de fatores externos, ou exógeno, com grande dependência dos fatores externos, porém qualquer iniciativa de desenvolvimento local possui fatores endógenos e exógenos quando baseada na atual conjuntura econômica. Afinal, as localidades não podem sobreviver, e nem devem ser tratadas dessa forma, isoladas do contexto mundial. Elas inevitavelmente se relacionam com outras escalas, como forma de sobrevivência e também de resistência.

Barquero (1993), que é referência para o estudo de desenvolvimento local, realiza algumas discussões, trazendo exemplos de pequenas cidades espanholas. O desenvolvimento local, para o pesquisador, como apontou Endlich (2007), baseia-se em experiências espontâneas das localidades. Ele enfatiza essas experiências em contraposição com a estrutura produtiva das grandes cidades, que até mesmo são privilegiadas com intervenções do Estado. Ao trazer a realidade espanhola como exemplo, o pesquisador explica que:

Em la última década, las ciudades medias se han convertido en uno de los motores del crecimiento económico, a pesar de que los objetivos de las políticas regionales siguen dando prioridad a las grandes ciudades. No se trata sólo de las capitales de provincia, de

ciudades com tradioción industrial y con población significativa, sino también de centros urbanos, de menor dimensión y, frecuentemente, con una débil historia industrial, integrados em comarcas rurales que enfrentan los retos de la competitividad mediante acciones de política económica local. (BARQUERO, 1993, p. 177).

Exemplos dessas cidades, que buscam ações locais para seu desenvolvimento como forma de resistência à estrutura produtiva vigente, são Lebrija, Estepa e Berga, todas cidades espanholas. Apesar de as políticas locais dessas cidades possuírem alguns pontos frágeis, elas são exemplos da busca pela reestruturação produtiva citada pelo pesquisador. Lebrija, em particular, lembra algumas cidades brasileiras que passaram por problemas na produção agrícola e que buscaram alternativas para o desenvolvimento.

Lebrija, identificada pelo autor como uma agrocidade, portanto baseada na agricultura, sofreu com a crise da agricultura nos anos 1970. Os problemas com a produção agrícola trouxeram à cidade novos papéis, que buscaram reverter as perdas sofridas. Criam-se políticas locais específicas para a nova realidade, políticas que foram iniciadas por uma equipe municipal, eleita através das primeiras eleições democráticas. Assim, a cidade transforma-se em uma agrocidade que se industrializa, como expõe Barquero (1993), com as estratégias de desenvolvimento local. Mesmo tendo ainda a atividade agrária como base de seu sistema produtivo, Lebrija possui, como importantes atividades industriais locais, as indústrias alimentícias e têxteis.

Formando associações que se agrupam na comunidade de Bajo Guadalquivir, criam-se programas como o Programa Operativo Integrado (POI), que se desdobra em mais cinco subprogramas e Barquero (1993) aponta, dentre eles, um programa específico para o Turismo. Apesar das dificuldades, Lebrija impulsiona-se com o desenvolvimento local e traz novas alternativas de renda mediante recursos públicos e privados da própria comunidade.

Lebrija lembra casos de cidades brasileiras baseadas na atividade agrícola, onde o processo de urbanização do campo e avanço da modernização da agricultura delegou a esse espaço novas atividades, a exemplo das atividades não agrícolas. É preciso, contudo, refletir sobre cada caso, uma vez que as realidades são heterogêneas e as respostas para cada uma são diferentes. Essa reflexão cabe principalmente quando estamos tratando de turismo. O turismo, fortemente apontado

como alternativa de desenvolvimento local de áreas rurais, é atividade bastante complexa e precisa ser analisada com maior profundidade.

Nesse sentido, Endlich (2007), ao tratar das realidades das pequenas cidades brasileiras, avança em questionamentos baseados em “[...] o que pode se dizer que tem em comum as diversas formas dessas estratégias de desenvolvimento local/endógeno?” (ENDLICH, 2007, p. 13).

Para a autora citada, não se trata mais de experiências espontâneas, mas de políticas de desenvolvimento local, isso porque inúmeros problemas não podem ser resolvidos localmente e, nesse sentido, surgem políticas para tentar resolver esses problemas. É preciso compreender, portanto, que:

O desenvolvimento local precisa ser pensado em articulação com escalas mais amplas. Pensar o local separado de outras dimensões espaciais encobre a natureza do desenvolvimento que é articulado com processos gerais, portadores de instabilidade por causa da mobilidade intensa do capital financeiro, que definem e redefinem os investimentos. O local, nos tempos atuais, não precisa, nem deve, permanecer isolado. Por outro lado, as sociedades locais não podem tomar rumos ditados por outras escalas, abdicando da gestão do próprio espaço. A escala global deve representar oportunidades de articulação para sociedades presentes nas escalas locais. (ENDLICH, 2007, p. 27).

Pensar o desenvolvimento local sem a articulação de organismos, programas e políticas em outras escalas é negligenciar as relações existentes entre elas. Como no caso do turismo como alternativa de desenvolvimento para as áreas rurais e seus atores sociais, deve-se lembrar das influências pelas mais diversas escalas, que, por mais que não contribuam financeiramente, regem determinados direcionamentos dados ao planejamento da atividade localmente.

Calvente (2005) menciona claramente essa questão ao tratar do turismo como alternativa de renda e fator de desenvolvimento local no Norte Velho do Paraná. Ao mencionar as escalas da internacional à local, Calvente (2005) cita algumas políticas e órgãos que, de diversas formas, influenciam a iniciativa local. Dentre eles, cita-se, em escala internacional a Organização Mundial do Turismo (OMT), em escala nacional o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), em escala estadual o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), na escala regional cita-se a Paraná Turismo, e em escala local Calvente (2005) cita os próprios empreendimentos de turismo. Essas relações entre as

escalas trazem estímulos importantes, todavia o processo de globalização que também as perpassa:

[...] impacta as relações hierárquicas entre as diferentes escalas geográficas, rompendo com padrões históricos constituídos. A fluidez das ações hegemônicas e sua capacidade cada vez maior de penetrar os mais recônditos rincões do planeta impõem desafios a todo e qualquer projeto de desenvolvimento local, associado ou não à atividade do turismo. (CRUZ, 2008, p. 104).

Considerando o desenvolvimento local como a conjuntura de fatores endógenos e exógenos, os quais pressupõem a relação entre comunidade local e a intermediação do mercado e do Estado, compreende-se que a grande relação entre as escalas estimula as potencialidades locais, como também promove dificuldades ao seu pleno desenvolvimento. E a busca pelo desenvolvimento das localidades e seus atores sociais que sofreram, a exemplo da Mesorregião Centro - Ocidental paranaense, com o avanço da modernização do campo, coloca em pauta o turismo como fator dinamizador socioeconômico.

2.1 A REVALORIZAÇÃO DAS RURALIDADES E O TURISMO COMO ATIVIDADE NÃO AGRÍCOLA

Em regiões como a Mesorregião Centro Ocidental paranaense, nas quais a modernização da agricultura trouxe o desenvolvimento desigual, como já citado anteriormente, surgem tentativas de revalorização do modo de produção e vida rural como alternativa para desenvolver áreas menos favorecidas. Dentre as alternativas mais citadas estão as atividades não agrícolas, a exemplo do turismo. Conforme José Graziano da Silva (1998), essas atividades vêm crescendo gradativamente no campo, configurando a esse espaço uma urbanização acentuada.

A complexidade apresentada hoje pelo espaço rural e as discussões que permeiam os conceitos de rural/urbano e campo/cidade resultaram em posicionamentos favoráveis e contrários às correntes que defendem a intensa urbanização do espaço rural, como apontam os estudos de José Graziano da Silva (1998). Esses posicionamentos díspares, para muitos pesquisadores, a exemplo de

Marques (2002), ocorrem porque, apesar da complexidade delegada ao espaço rural, atualmente, em função do avanço da urbanização sobre esse espaço, o rural continua resistindo com suas especificidades e características próprias, as quais vêm sendo revalorizadas pela modernidade.

Marques (2002) discute a revalorização do rural a partir das discussões entre rural/urbano e campo/cidade. A autora expõe que as definições de campo e de cidade estão relacionadas a duas abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. A primeira trata da oposição entre campo e cidade, em que o campo está ligado ao atraso e a cidade ao moderno. Já a abordagem referente ao *continuum* trata do avanço da urbanização, que modifica a sociedade em geral, avançando sobre o campo e trazendo-o mais próximo da realidade da cidade.

Endlich (2006) avança sobre as reflexões das questões sobre o rural e o urbano ou campo e cidade. Em seu estudo, Endlich (2006) aponta que, desde a Antiguidade, com a divisão socioespacial do trabalho, originou-se a contraposição entre rural e urbano. Naquele contexto, os limites físicos entre cidade e campo eram mais evidentes, em razão de que as cidades se encontravam muradas. Com o processo de crescente urbanização da sociedade moderna, os espaços urbano e rural, porém, se confundem cada vez mais, e defini-los hoje se torna uma tarefa difícil.

Nesse sentido, Endlich (2006) apresenta e discute sobre metodologias que se esforçam para definir esses espaços. Utilizam-se critérios como as delimitações administrativas; a demografia em que o rural é expresso pela dispersão e o urbano pela aglomeração, ou ainda na expressão em número de habitantes por quilômetro quadrado e a ocupação econômica da população como critério de definição.

Para Endlich (2006), é preciso compreender o urbano e o rural como um processo social-histórico. É preciso compreendê-los como um modo de vida. Baseados nessas discussões, compreendemos que o rural extrapola os limites do campo, assim como o urbano passa pelos limites da cidade. É possível, portanto, encontrar características do mundo rural na cidade e características do mundo urbano no campo, uma vez que, atualmente, como ressaltou Endlich (2006), não se pode negar o avanço da condição urbana sobre os mais diversos espaços.

A complexidade dos conceitos e das definições sobre o campo e a cidade, sobre o rural e o urbano e o avanço do modo de vida urbano resultam, para Marques (2002), ora na idealização do passado e na valorização do tradicional, ora na

valorização do progresso da modernidade. A autora explica que, no final dos anos de 1970, as condições de vida insalubres da cidade fazem com que as discussões cidade e campo sejam retomadas, isso porque o campo passou, cada vez mais, a representar o local de reencontro com a natureza, com a vida tranquila e saudável. É preciso, porém, compreender que o campo não pode ser confundido com natureza, uma vez que o campo é espaço que foi secularmente cultivado e artificializado pelo homem, como ressalta Marques (2002).

A disseminação de uma imagem bucólica do campo, tido como lugar onde é possível encontrar uma melhor qualidade de vida completamente oposta à vida estressante da cidade, aumenta a revalorização do modo de vida e produção rural em objeto de consumo. Essa revalorização do rural é disseminada como uma tentativa de reduzir a pobreza de áreas menos desenvolvidas, mas que possuem como objetivo principal a propagação das relações capitalistas no campo por meio da inserção de novas atividades agrícolas e não agrícolas nesse espaço (CANDIOTTO; CORRÊA, 2007).

Compreendemos, nesse sentido, que há gradativamente uma exaltação às características do rural em detrimento da vida conturbada e estressante da cidade. Assim, as ruralidades tornam-se mercadorias no avanço da urbanização no campo. A tentativa de utilizar as atividades de lazer, turismo, preservação ambiental, dentre outras, as quais buscam uma valorização do que é próprio do meio rural, mercantiliza esse espaço. Não apenas as paisagens bucólicas do campo e outros bens materiais são consumidos por meio dessa mercantilização, como também os bens imateriais são colocados à disposição desse mercado. Assim, as chamadas novas ruralidades são, na verdade, formas de apropriação e de mercantilização das ruralidades.

A noção de ruralidades vem sendo adotada por alguns teóricos, a exemplo de Carneiro (1998), em decorrência das dificuldades em delimitar o espaço rural do espaço urbano. Assim, ruralidades e urbanidades são compreendidas como fenômenos do rural e do urbano. Para a socióloga, a ruralidade não pode ser compreendida apenas pelo avanço da sociedade urbano-industrial no meio rural, mas também pelo consumo da mesma, dos bens simbólicos e materiais do mundo rural.

É necessário, segundo Carneiro (1998), mais do que redefinir fronteiras entre rural e urbano, pois é preciso buscar, a partir dos agentes sociais, os significados

das práticas sociais que aumentam gradativamente no campo como na cidade. Importante ressaltar é que Carneiro (1998) compreende as ruralidades como a revalorização das características do campo pela urbanidade contemporânea.

Compreendemos, porém, que as ruralidades podem ser definidas como objetos e ações próprias do rural, fazendo parte da identidade de sua população (CANDIOTTO; CORRÊA, 2007). Tais características existem secularmente, independentemente da busca atual pela população urbana dessas características. Consideradas arcaicas e atrasadas, as ruralidades são revalorizadas e recebem novas roupagens para o consumo:

Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma idéia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural. Nesse sentido, há uma rápida incorporação e divulgação da retórica como se esta fosse fundamentada na realidade empírica, mostrando que teorias passam a orientar a prática sem necessariamente serem desenvolvidas com base em constatações empíricas. (CANDIOTTO; CORRÊA, 2007, p. 232).

Para exemplificar a exaltação e a mercantilização das ruralidades, apresentamos, aqui, o trecho da música “Simplicidade”, uma composição de John Ulhoa (2005), interpretada pela Banda Pato Fu. A música foi utilizada pela TV MINAS, em um vídeo institucional, veiculado em meio televisivo durante o ano de 2010, como forma de promover o interior de Minas Gerais. Ao mesmo tempo em que são apresentadas imagens do campo mineiro, os seguintes versos são declamados: “Vai diminuindo a cidade, vai aumento a simpatia. Quanto menor a casinha, mais sincero o bom dia, mais mole a cama em que durmo, mais duro o chão que eu piso, tem água limpa na pia, tem dente a mais no sorriso” (ULHOA, 2005). Ao fim da apresentação, utiliza-se o *slogan* “Minas é o mundo, o mundo da gente”.

Uma das imagens apresentadas durante o vídeo promocional está congelada na Figura 4 deste trabalho. Escolhemos a seguinte imagem em função do seu forte apelo em relação às características específicas do espaço rural. Nela está representado o reencontro com a natureza, ilustrado pelas flores, pelo verde e pela cachoeira ao fundo da imagem. Em segundo plano nos deparamos com a porteira de madeira e com o telhado com telhas de barro, e, na parte inferior da figura,

podemos identificar o chão batido. Por fim, no primeiro plano da imagem identificamos a casinha, da qual tratam os versos da música. A casinha branca, com janela de batentes azuis, que passa a sensação de que a qualquer momento um morador tranquilo e despreocupado se debruçará para observar a paisagem serena.



Figura 4: Vídeo Institucional da TV Globo Minas
 Fonte: TV GLOBO MINAS. Disponível em: <<http://globo.minas.globo.com/GloboMinas>>. Acesso em: jun. 2010.

Os versos da música também exaltam as ruralidades, e o fazem pressupondo que, em pequenas cidades do interior, os laços de solidariedade aumentam e com eles aumentam a simpatia e a sinceridade. O mundo torna-se mais real e puro com uma cama mais mole, um chão mais duro, com a água limpa da pia, o ar despoluído e o silêncio típico do interior. Para finalizar, o vídeo complementa que “Minas é o mundo”, remetendo a uma noção de escala global, inserida em um contexto de modernidade, mas sem deixar de ser local ao enfatizar que é “o mundo da gente”.

Marques (2002) explica, nesse quadro, que o campo ainda é um espaço com menos mediações que o espaço urbano e a intensidade mais próxima das relações “[...] verificados no primeiro depende, sobretudo, de como os grupos sociais que sobre ele atuam se relacionam com a terra, podendo implicar questões de territorialidade e sentimento de localidade” (MARQUES, 2002, p. 109). Para Marques (2002), isso tudo se dá em função da alienação do modo de vida urbano e da idealização do modo de vida rural, em que a imagem do campo remete ao passado, à tradição e a cidade remete ao futuro, ao moderno, faltando, nessa passagem, o presente marcado pelas tensões sociais.

A idealização do campo e das ruralidades, e sua mercantilização, não permitem visualizar esse espaço com seus inconvenientes e sem o mínimo de conforto. Nesse sentido:

[...] os urbanos valorizam o rural como paisagem, e buscam um rural sem os inconvenientes tradicionais do campo (mau cheiro, insetos, sujeira, animais peçonhentos, trabalho pesado), e com o máximo de conforto das cidades (infra-estrutura, boas estradas, TV, internet, piscina, ar condicionado, etc.). É de se entender, portanto, que existe uma diferença entre as ruralidades “reais” e as ruralidades idealizadas pela mídia, pelos empresários e pelos políticos, que influenciam a percepção dos habitantes urbanos, atraindo-os para o consumo do espaço rural. (CANDIOTTO; CORRÊA, 2007, p. 239).

Dessa forma, o “Novo Rural” e as “novas ruralidades” tratam das mudanças do campo sem tratar das suas permanências, seus inconvenientes e valorizando todo o seu conforto e nova roupagem. Pesquisadores como Marafon (2009), Marques (2002), Carlos (2004), dentre outros, apontam e enfatizam as permanências no campo, ao tratarem das discussões referentes às relações entre campo e cidade. Marafon (2009), ao tratar das permanências e mudanças do campo brasileiro, ressalta as dificuldades ainda existentes nesse espaço.

Para Marafon (2009), como permanências no campo pode-se citar a expansão dos complexos agroindustriais (CAIs) e os problemas sociais e ambientais resultantes dessa expansão. Ainda permanece a concentração fundiária, conseqüentemente a exclusão do acesso à terra, a luta pela terra, a precarização das relações de trabalho, o desgaste e perda dos solos, a poluição da água, dentre outros.

Carlos (2004), ao discutir questões sobre o campo e a cidade, apresenta o espaço como mercadoria, que mantém as lutas sociais tanto no campo quanto na cidade, exemplificados pela luta dos sem-terra e dos sem-teto. Para a geógrafa, “[...] a análise do mundo moderno nos impõe o conhecimento do espaço enquanto noção e enquanto realidade - nesta dimensão sua produção revela-o enquanto mercadoria – isto é a reprodução do capital realiza a mercantilização do espaço” (CARLOS, 2004, p. 12). Graziano da Silva (1998) trata da urbanização do campo, nesse sentido, como a mercantilização do espaço agrário, do tempo livre e do modo de vida e produção das famílias rurais com a inserção das atividades não agrícolas.

Graziano da Silva (1998), ao tratar do processo de urbanização do campo brasileiro, ressalta que esse processo ocorre com maior intensidade em meados da década de 1970, primordialmente com a proliferação dos Complexos Agroindustriais (CAIs). O pesquisador defende que inúmeros foram os fatores que facilitaram esse processo de urbanização do campo, dos quais ele cita quatro fatores principais.

O primeiro fator está relacionado às transformações nas relações sociais de produção, em que o trabalho assalariado se torna cada vez mais qualificado, e a gradativa tecnificação e ligação aos CAIs da produção familiar. Em segundo lugar, aponta-se a crescente infraestrutura básica oferecida pelas cidades no que tange ao saneamento, água encanada, hospitais, escolas e outros, os quais, segundo Graziano da Silva (1998), atraem os moradores do campo para a cidade em função da ausência dessa infraestrutura no espaço rural.

Cita-se em terceiro lugar, pelo pesquisador, o aumento de profissionais provenientes das cidades e que assumem funções dentro de empresas rurais e agroindustriais em decorrência da consolidação dos CAIs. Nesse sentido, o trabalho rural também se urbanizou, isso na medida em que novas tecnologias são introduzidas na produção agropecuária e em decorrência da grande importância hoje das “atividades de escritório”, como aponta Graziano da Silva (1998). Em quarto e último lugar, ressalta-se a gradativa tecnificação dos agricultores familiares camponeses. Essa característica permite à família camponesa uma dedicação menor às atividades agropecuárias e, os demais membros da família, principalmente mulher e filhos, podem se dedicar a outras atividades.

Dessa forma, para Graziano da Silva (1998), a partir da década de 1980, as atividades não agrícolas crescem consideravelmente, urbanizando, assim, o campo. Para o autor, o campo não é mais caracterizado apenas pelas atividades agropecuárias, uma vez que “[...] ganham importância outras dimensões, como as de moradia, de transformação industrial e inclusive as não-produtivas no sentido estrito do termo, como o lazer e a preservação ambiental” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 183).

O autor ainda afirma que as políticas para combater a pobreza no campo não devem se pautar apenas na utilização de alternativas que são próprias desse espaço. As tentativas devem concentrar seus esforços no contexto do avanço da urbanização. Na concepção de Graziano da Silva (1998), isso significa dizer que se

devem buscar alternativas para além das atividades tradicionais (criação de animais e produção agrícola), a exemplo das atividades de serviços, como lazer e turismo.

O avanço da urbanização e a proliferação de atividades não agrícolas no campo, seja por meio da iniciativa privada ou da iniciativa pública, delegam a esse espaço características específicas, que formaram, para Graziano da Silva (2002), o “Novo Rural” brasileiro. Importante é ressaltar que Graziano da Silva deixa clara sua posição a favor de um *continuum* urbano-rural, na perspectiva urbano-centrada, em que se ressalta a tendência de urbanização física do espaço rural (CANDIOTTO e CORRÊA, 2007). Nessa perspectiva, para Graziano da Silva (2002), o “Novo Rural” brasileiro, que pode ser compreendido como um campo mais urbanizado, em que avançam, a exemplo, as atividades não agrícolas, está composto por quatro grandes grupos de atividade, os quais são:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o *agribusiness* brasileiro;
- b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os “**sem-sem**” como já os chamamos em outras oportunidades, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso *agribusiness*;
- c) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
- d) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados. (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. ix, grifos do autor).

Graziano da Silva (2002) explica que, no grupo “d”, a palavra “novas” está entre aspas porque muitas dessas atividades são antigas, mas não eram exploradas economicamente. Essas atividades, delegadas atualmente ao campo em um “Novo Rural”, eram atividades consideradas de “fundo de quintal” ou *hobbies* pessoais dos agricultores camponeses. Para Graziano da Silva (2002), hoje essas atividades são importantes alternativas para o campo brasileiro.

Como atividades agrícolas que vêm ganhando importância nesse quadro de urbanização do campo, o autor cita a piscicultura, a criação de “aves nobres”, a criação de rãs, a criação de outros animais para corte, a produção orgânica de ervas medicinais, a produção orgânica para o mercado internacional diferenciado, dentre outras. E, como atividades não agrícolas, Graziano da Silva (2002) cita o Turismo

Rural, a fazenda-hotel, os complexos hípicas, os leilões e exposições agropecuárias e as festas de rodeio.

Em trabalho conjunto, ainda tratando do “Novo Rural”, Graziano da Silva e Del Grossi (2002b) descrevem, com maiores detalhes, a categoria de Turismo Rural. Para os autores, estão inclusos nesse segmento: os pesque-pagues, os hotéis-fazenda, as fazendas-hotel⁸, o agroturismo, o aproveitamento para lazer de represas geradoras de energia elétrica, e a comercialização de saberes e fazeres tradicionais, como o artesanato, as feiras e as festas populares.

Chamamos a atenção para o agroturismo, o qual está ligado aos agricultores camponeses e suas propriedades. Graziano da Silva e Del Grossi (2002b) apontam essa modalidade como alternativa de renda, atividade em que os agricultores recebem turistas em suas propriedades, contudo sem realizar grandes readequações para recebê-los e sem abandonar suas atividades agrícolas. Nesse sentido, Graziano da Silva e Del Grossi (2002b) defendem os conceitos de *part-time farmer* e *pluriatividade*, dos quais trataremos a seguir.

É também importante ressaltar que, para sustentar esse novo quadro, o autor considera que são necessários cinco grupos de políticas para o desenvolvimento do “Novo Rural”, dentre eles destacamos as políticas de geração de renda e ocupações não agrícolas, as quais são foco do nosso trabalho. Nesse sentido, essas políticas devem fomentar a pluriatividade do universo agrícola das famílias rurais e os outros usos para o espaço rural, a exemplo do turismo, em que haja também “[...] a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nos novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 122).

⁸ Na fazenda-hotel, a fazenda abre suas portas para receber hóspedes no campo. Os hotéis-fazenda, por sua vez, não são propriedades agropecuárias, mas apenas hotéis construídos com as características de fazendas localizados nesse espaço.

2.2 A PLURIATIVIDADE DO UNIVERSO AGRÍCOLA E O TURISMO COMO ATIVIDADE ALTERNATIVA DE RENDA

A utilização de outras atividades para além das agropecuárias, pela produção familiar, não é recente. Pesquisadores como Kautsky (1980) e Chayanov (1974) já mencionavam o uso dessas alternativas. Chayanov (1974), como já afirmamos anteriormente, citava que as funções não agrícolas representavam para a agricultura camponesa um recurso de manutenção de suas condições. Kautsky (1980), por sua vez, compreendeu esse quadro como sinônimo de proletarização.

Para Kautsky (1980), no desenvolvimento do capitalismo apenas duas classes permaneceriam: a burguesia e o proletariado. Nesse sentido, a expansão desse sistema não permitiria a existência de relações baseadas no trabalho familiar, o que delegava ao agricultor camponês o seu desaparecimento. Kautsky interpretou as mudanças ocorridas no campo conforme as doutrinas marxistas sobre o capitalismo. Assim, o pesquisador trata do avanço do capitalismo na agricultura, em que o antagonismo de classes estaria no cerne da discussão, resultando, assim, na proletarização do campesinato (PAULINO, 2002).

As mudanças ocorridas no final do século XIX trouxeram uma nova organização à produção camponesa. Em decorrência do sistema capitalista, avança a sazonalidade da agricultura e a inserção no mercado de consumo e trabalho por parte do campesinato. Essa nova configuração liberou grande número de mão de obra camponesa, para exercer funções em outras atividades. Kautsky, nesse sentido, compreendia que, quanto mais os camponeses dependessem de outras atividades, as quais ele denominava de trabalho acessório, menos tempo dedicariam à sua própria produção, o que resultaria na sua proletarização (PAULINO, 2002).

Kautsky compreende, contudo, que o excedente de mão de obra que abandona as unidades de produção poderia se caracterizar como um entrave para o avanço do capitalismo no campo. A causa disso seria o fato de que, ao introduzirem no campo operários para substituir a falta de mão de obra, os próprios capitalistas acabam por recriar pequenos proprietários de terra, evitando, nesse processo, o desaparecimento da classe camponesa (SANTOS, 2009).

Graziano da Silva, em suas produções, transporta a tese de proletarização do campesinato para a realidade brasileira. Para ele, apesar da importância e do

avanço das pequenas propriedades, o campesinato está fadado à proletarização. Essa proletarização, no Brasil, ocorre de forma singular, uma vez que o capitalismo no campo avançou de maneira insuficiente para Graziano da Silva (SANTOS, 2009). O pesquisador utiliza o conceito de agricultor familiar e não o de camponês, no mesmo sentido de Ricardo Abramovay e outros pesquisadores da mesma corrente teórica. Para Abramovay (1992), o conceito de camponês dá lugar ao conceito de agricultor familiar, ao passo que esses indivíduos começam a se inserir fortemente ao mercado, iniciando processo de tecnificação e de capitalização, respondendo, assim, com maior facilidade às políticas governamentais.

Para Graziano da Silva e Del Grossi (2002b), esse agricultor, completamente atrelado ao mercado, dedica menor tempo às suas atividades agrícolas principais e o faz em detrimento da utilização de novas tecnologias para a realização de seu trabalho. O tempo que era gasto com as atividades agrícolas principais, para os pesquisadores, agora é aproveitado pela família para a realização de outras atividades, estas com o objetivo de auxiliar na renda familiar e de fortalecer sua permanência no campo. Essa nova modalidade foi compreendida, por muitos pesquisadores, como *part-time farming* ou agricultura em tempo parcial, em que nela:

[...] há que sublinhar sua indiscutível conexão com o processo de industrialização, em que pese o fato de que, historicamente, amplos setores do campesinato têm sido parcialmente incorporados ao setor industrial e de serviços, trabalhando alternativamente em suas pequenas explorações ou como assalariados em fábricas situadas em seu entorno. (ANJOS, 2003, p. 14).

Anjos (2003) indica que, no fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, o conceito de *part-time farming* era questionado como um processo de transição, em que as explorações camponesas estavam desaparecendo. Com o avanço dos estudos e das reflexões realizadas acerca desse fenômeno, na década de 1980, ocorreu um “giro” intelectual e político acerca desse conceito. Anjos (2003) explica que isso ocorreu devido ao fato de que, nos países desenvolvidos, acontecia uma alteração em relação às discussões sobre os problemas da agricultura e do mundo rural.

Nesse sentido, começou a ser utilizada a expressão *pluriatividade*, a qual agora correspondia a um fenômeno positivo de desenvolvimento do campo e de

seus atores sociais. A pluriatividade começou a ser compreendida como um fator de fortalecimento da agricultura de base familiar e não mais como um vetor de transição para a proletarização. Segundo Alentejano (2001), a produção familiar, ao liberar determinados membros da família para exercer outras atividades para além das agrícolas, reforça a renda familiar, enquanto outros membros se dedicam às atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade, então, se refere à combinação de atividades realizadas pelos membros da família, em que determinado membro:

[...] pode dedicar-se até integralmente ao trabalho agrícola, enquanto outros trabalham em outras atividades, o que não caracterizaria agricultura em tempo parcial – referida apenas ao chefe da exploração -, porém enquadra-se na noção de pluriatividade, se falarmos não apenas de indivíduos pluriativos, mas, fundamentalmente, de unidades familiares calcadas no trabalho pluriativo. (ALENTEJANO, 2001, p. 157).

Alentejano (2001) apresenta conceitos distintos sobre agricultura em tempo parcial e pluriatividade. Nesse sentido, para o pesquisador, enquanto a pluriatividade está relacionada à unidade de produção familiar baseada no trabalho pluriativo, a agricultura em tempo parcial se refere apenas às atividades exercidas pelo chefe da exploração no tempo em que ele mesmo não está mais trabalhando na atividade principal da unidade. Assim, Schneider (2003) lembra que os conceitos de *part-time farming* e pluriatividade não são sinônimos.

O termo *part-time farming* surge da corrente e do contexto do campo inglês, enquanto o de pluriatividade tem origem nas correntes e realidades francesas. Nesse sentido, compreendemos que, enquanto a agricultura em tempo parcial surge em determinado tempo histórico no qual ela é entendida como a transição do trabalho camponês para o trabalho proletário, o conceito de pluriatividade substitui o conceito de agricultura em tempo parcial para tratar da combinação de atividades e rendas por parte dos agricultores como fator de desenvolvimento do campo.

Carneiro (1996), embasada pela corrente francesa, estuda casos de pluriatividade na França. A pesquisadora trata sobre camponeses da aldeia de Theys, localizada nos Alpes, que, em função do avanço dos hábitos urbanos e da modernização da agricultura, buscaram outras alternativas, a exemplo das atividades de turismo. Na realidade francesa, os camponeses deixavam suas propriedades para trabalhar em uma estação de esqui que se instalou na localidade.

É preciso, contudo, ressaltar que as propostas para o campo brasileiro são as atividades de turismo dentro da propriedade camponesa.

É nesse quadro em que se baseiam Graziano da Silva e Del Grossi, em suas produções sobre o “Novo Rural” brasileiro, os quais compreendem que a pluriatividade pode ser fator de fortalecimento para a agricultura familiar camponesa. Os pesquisadores citam esse fenômeno em seu Projeto Rururbano, como a saída para esses indivíduos permanecerem no campo. O citado projeto se refere ao “Novo Rural”, do qual versamos anteriormente, que trata do acentuado processo de avanço das atividades não agrícolas no campo.

Para os pesquisadores, a ocupação dos agricultores com a produção agrícola ocorre atualmente em parte do tempo que antes era utilizado com essa produção. Por essa razão, os autores empregam os termos *part-time famer* ou *part-time farming*, que significam agricultor em tempo parcial ou agricultura em tempo parcial. A razão para o trabalho ocorrer em tempo parcial na lavoura da pequena propriedade camponesa, ainda segundo os pesquisadores, está na aceleração do processo de queda da renda agrícola, em função da queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, após a década de 1970.

Nesse sentido, muitos teóricos, a exemplo de Graziano da Silva e Del Grossi, acreditam que, em virtude de inúmeros problemas, como a diminuição da renda decorrente dos baixos preços auferidos aos produtos primários, e da industrialização no campo, atividades não agrícolas despontam como mecanismos para auxiliar a fixação do homem no campo. A introdução dessas atividades na propriedade camponesa é compreendida por Graziano da Silva e Del Grossi (2002b) como o processo de *mercantilização do tempo livre*, dessas famílias.

Isso significa, para os autores, que a fabricação de doces, de utensílios domésticos para o autoconsumo e as suas atividades de lazer (como a caça, a pesca, o artesanato), são agora comercializados como outra mercadoria qualquer. Nesse sentido, a *mercantilização do tempo livre* diz respeito tanto às relações de produção como às de trabalho. Para Graziano da Silva e Del Grossi (2002b), isso pode representar “[...] as famílias rurais crescentemente dependentes dos capitais associados não apenas aos mercados agrícolas, mas a uma matriz de múltiplas atividades (pluriatividade) de seus membros” (GRAZIANO DA SILVA E DEL GROSSI, 2002b, p. 48). Os pesquisadores, nesse quadro, deixam claro seu posicionamento sobre o conceito de agricultura familiar fortemente ligada ao

mercado e sobre a proletarização camponesa, mesmo que, dentro de sua propriedade, sem abandonar, porém, a produção agropecuária.

Dessa forma, os autores tratam da pluriatividade como alternativa de sobrevivência, em que a família agricultora realiza múltiplas atividades em sua propriedade no período em que não estão ocupadas com o trabalho agrícola, atividades exercidas como fonte de reforço da renda familiar. O turismo, então, é apontado por Graziano da Silva e Del Grossi, em seus trabalhos, como atividade não agrícola, que surge, para a família camponesa, como atividade pluriativa no campo. Uma vez que, no processo de industrialização da agricultura, o Brasil é mais urbano do que rural, segundo as propostas de Graziano da Silva e Del Grossi (2002b), não há mais espaço para uma agricultura de base familiar pautada apenas na produção agropecuária. Os pesquisadores, nesse sentido, dentro da atividade turística, citam o segmento do agroturismo como potencial a ser explorado pelos indivíduos, aos quais se referem como sendo agricultores familiares.

É preciso, contudo, considerar alguns impasses para a execução do turismo como alternativa de renda dentro da propriedade camponesa. Afinal, não podemos deixar de salientar que o turismo, além de atividade social, também é atividade econômica submetida à lógica da produção e de reprodução do capital e se coloca como mais um reflexo do avanço do capitalismo, transformando o campo também em espaço de realização de lazer e de negócios, ao passo que:

Muitos territórios passam a ser dominados pelo turismo por oferecer atrativos para a demanda e aos gestores e operadores turísticos oportunidade para alocarem seus investimentos e retirarem mais-valia dos espaços, do trabalho humano. Os territórios são meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo. (CORIOLANO, 2006, p. 370).

Para sua realização, o turismo demanda investimentos. Carlos (1999) considera que a atividade turística submete o espaço a uma lógica de consumo, através da reprodução ampliada do capital. Assim, cada vez mais e de forma mais intensa, são criados espaços similares para a comercialização do produto turístico. E, nesse sentido, o agravante é que a identidade e a cultura de grupos sociais entram no processo de compra e venda, em que:

[...] o espaço tem papel fundamental na medida em que cada vez mais entra na troca, como mercadoria. Isso significa que áreas inteiras do planeta, antes desocupadas, são divididas entrando no processo de comercialização. Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito de troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas. (CARLOS, 1999, p. 25).

Nesse sentido, a atividade turística demanda a apropriação de critérios de consumo específicos para que ela se realize. Percebemos, portanto, um possível impasse para que essa atividade aconteça a partir do campesinato. Ao apontar atividades de *hobbies* como atividades potenciais para o turismo, Graziano da Silva e Del Grossi (2002b) negligenciam o fato de que todas as atividades que se colocam como sendo atividades sem grande peso para a agricultura camponesa, que serviriam para atrair os turistas, são fundamentais para a sobrevivência e a reprodução das relações sociais no campo. A pesquisadora Paulino (2003), em seus apontamentos, enfatiza que as atividades como horticultura, criação de pequenos animais e outras atividades de subsistência são caracterizadas como fonte de renda principal para os camponeses do noroeste do estado do Paraná.

Ao tratarmos do turismo como outra opção de renda dentro da propriedade camponesa, precisamos considerar o contexto das tensões já vividas no campo brasileiro, em que ela se insere. Nesse caso, o acesso à terra se coloca como o primeiro impasse para os camponeses virem a ser pluriativos, da forma que defendem Graziano da Silva e Del Grossi (2002b). Cabe afirmar isso porque receber turistas dentro das propriedades elimina grande grupo de camponeses que sequer têm acesso a elas. É preciso, ainda, destacar que a realidade do Brasil não é um retrato específico da região sul brasileira (a exemplo dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina), lugar em que o turismo no campo se desenvolve com maior destaque. As dificuldades e as diversidades regionais não admitem diagnósticos generalizados e homogêneos.

Para facilitar o acesso de agricultores camponeses à possibilidade de investir na atividade turística, o Estado cria políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁹. Dentro desse

⁹ O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do governo federal e busca auxiliar a agricultura de base familiar e os empreendimentos relacionados a ela, através de financiamentos e de outras assistências técnicas dadas aos produtores. Dele se desmembram vários outros programas, a exemplo do PRONAF – Turismo Rural.

mesmo programa temos seus desdobramentos, como o PRONAF – Turismo Rural, que, por sua vez, destina auxílios do governo na tentativa de impulsionar as atividades de turismo dentro das propriedades de base familiar no campo. Considerando, mais uma vez, que a realidade do campo brasileiro é heterogênea, por inúmeras vezes essas políticas podem não beneficiar todos de forma igualitária. Nesse sentido, por exemplo, ao tratar da Política Nacional de Turismo:

A diversificação do produto turístico, embora apareça como um objetivo, pode ser entendida como uma estratégia da política, já que o objetivo, nesse caso, é diversificar os fluxos para determinadas porções do território nacional. Essa política de turismo revela um aspecto seletivo, do ponto de vista espacial, quando sugere a difusão de novos pontos turísticos, privilegiando aqueles localizados em “regiões de melhor nível de desenvolvimento”. As regiões mais pobres, assim, continuariam em desvantagem, do ponto de vista de um possível uso de seu território pelo turismo. (CRUZ, 2001, p. 59).

Nessa perspectiva, Martins (1994) verifica que as políticas públicas do Estado por ora se revelam alheias à verdadeira realidade, o que nos faz questionar sobre a eficácia de programas que estimulam o agricultor camponês sem que, ao menos, a maioria deles possua terra para trabalhar. Por isso o pesquisador adverte que:

No mínimo, na história contemporânea do país, há desproporções acentuadas entre a gravidade do problema e a intensidade do discurso, entre as dificuldades sociais e a consciência das dificuldades. Ora o problema é grave e a consciência é superficial; ora o problema é menos intenso e a consciência é dramática. De modo que as políticas públicas em relação às questões sociais parecem se desenvolver no intervalo entre o apogeu dos problemas e o apogeu da consciência social a eles relativa. O que dá ao Estado, em particular, a característica de uma agência aparentemente não afinada com as demandas sociais. (MARTINS, 2001, p. 03).

Assim, enquanto o turismo rural está em voga com uma demanda crescente e se coloca, para muitos teóricos, como a atividade que vai auxiliar o camponês, inúmeros impasses para a realização dessa atividade dentro das possibilidades camponesas são ignoradas, a exemplo da estrutura mínima exigida pela atividade. Assim, a tentativa de estimular a agricultura camponesa por meio de programas se torna vazia quando grupos sociais no campo não têm sequer acesso à terra e, ainda, o Estado, com suas políticas públicas, não possui afinidade com os problemas sociais, como já apontou Martins (2001). Nessa lógica, Carlos (2004)

apresenta que o investimento em determinados setores, bem como o de serviços, cresce em detrimento da exclusão das unidades camponesas, uma vez que:

[...] o Estado tem um papel fundamental no espaço tanto na cidade como do campo pelo direcionamento das políticas públicas que estimulam os setores competitivos da economia a partir dos centros urbanos interferindo objetivamente na reprodução espacial, seja financiando a agricultura capitalista e deixando de lado as pequenas unidades camponesas que produzem a alimentação básica dos trabalhadores, seja direcionando a localização industrial, ou ainda investindo em infra-estrutura capaz de permitir o crescimento do setor de serviços. (CARLOS, 2004, p. 02).

Nesse sentido, como apresentou Carlos (2004), é estimulando a agricultura capitalista que se encontram, na modernização do campo, a evolução de quadros de pobreza em inúmeras regiões do país. Como exemplo, temos a Mesorregião Centro Ocidental paranaense, objeto de nossa pesquisa. Essa região apresenta uma realidade heterogênea em relação à realidade dos discursos da evolução do campo mediante a sua modernização. Ocorre que, a exemplo dos estudos realizados pelo IPARDES (2004), a mesorregião apresenta altas taxas de pobreza, superiores a 30% do total de famílias, enquanto, em outra ponta, as agroindústrias regionais faturam somas consideráveis com a produção agropecuária, como demonstrado anteriormente.

Assim, cabe avaliar o posicionamento da atividade turística no campo nesse quadro de baixo desenvolvimento da região. Cabe questionar se o turismo avança com a participação camponesa ou com a participação dos empresários localizados no campo. Avançamos nesses questionamentos porque a atividade está inserida em um processo de comercialização voltado para o mercado, a exemplo dos estudos realizados nos Estados Unidos, que, como enfatizou Ruschmann (2000), demonstram que os turistas não abdicam de determinado conforto.

Essa realidade é contrastante ao passo que, se, por um lado, regiões do país crescem economicamente com a modernização da agricultura, incluindo o turismo no espaço rural como um desses agentes modernizadores, por outro lado encaramos o aumento da pobreza em outras regiões do Brasil, pois:

De maneira sutil ou mais intensa, o capital expande-se, reproduz-se, concentrando-se nas mãos (e nas contas bancárias.... aplicações.... investimentos....) de uma minoria que conseguiu, e consegue, as

condições necessárias para tal. Nem todos conseguem acumular capital na mesma quantidade. Muitos nem conseguem acumular capital! Por isso, muitas famílias não têm casa, carro, um terreno urbano ou rural, máquinas para trabalhar na lavoura; muitas não têm assistência médica e odontológica. (SAQUET, 2006, p.12).

Essa argumentação em Saquet (2006) nos apresenta as contradições vividas pelos atores sociais das mais diversas regiões brasileiras. De um lado existem aqueles que possuem maiores condições de reprodução de suas relações sociais e, de outro, aqueles que vivem à margem de condições mínimas de sobrevivência. O autor ainda completa que:

Nesse sentido, há uma característica que é de fundamental importância, pois marca profundamente a vida cotidiana de muitas famílias agricultoras, provocando a pobreza de muitos e a riqueza de poucos, que é a subordinação e a exploração que também acontecem clara e disfarçadamente. A primeira ocorre em atividades produtivas agropecuárias ou industriais que têm trabalho assalariado e a segunda, nas que têm trabalho familiar. (SAQUET, 2006, p. 12).

Nesse sentido, tratar do turismo no espaço rural como alternativa para o camponês exige um olhar atento e criterioso sobre as dificuldades vividas nesse espaço e por seus atores sociais. É necessário apontar que no controle do Estado estão as classes dominantes, os capitalistas, as oligarquias ainda existentes, com seus interesses e ideologias. Nesse sentido, Martins (1994, p. 13) argumenta que “[...] a sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado”. Ainda José Murilo de Carvalho (2001) acrescenta que o Estado acaba por reduzir seu papel na sociedade, deixando na mão do mercado o controle da vida econômica e social.

Posto isso, procuramos compreender de que forma o turismo pode se estabelecer como atividade alternativa para os camponeses da região. Considerando as dificuldades vividas por esses atores sociais do campo brasileiro e as especificidades da atividade turística. Para a realização da atividade, como enfatizou Cruz (2001), é necessário haver uma estrutura mínima para a recepção dos turistas. Receber turistas em sua propriedade significa, para o camponês, demandar tempo e dinheiro para dar atenção ao turista e para adaptar a propriedade.

2.3 O TURISMO NO ESPAÇO RURAL

A evolução das urbanidades no campo, com a inserção cada vez mais intensa de atividades não agrícolas nesse espaço, unida à busca do poder público por alternativas para desenvolver regiões e grupos sociais rurais menos favorecidos e a procura da população urbana em consumir o espaço rural e suas ruralidades, tudo isso intensifica a propagação das atividades de turismo no campo. Essa conformação a que Graziano da Silva (2002) se referiu como “Novo Rural”, que inclui o turismo como atividade alternativa para o desenvolvimento do campo, deve ser investigada como real possibilidade para o espaço rural e para os agricultores familiares camponeses, afinal:

É preciso problematizar acerca dessas novas atividades desenvolvidas no campo, entendidas como de *novo rural*. A proposta de volta ao campo e revalorização da natureza são valores rurais? Esse retorno ocorre de uma perspectiva urbana. Ele só é aceitável, por parte da sociedade, tendo em vista o conforto, a acessibilidade, o vínculo com a cidade e com a mídia que veicula valores urbanos. Ou será que as pessoas voltariam para o campo sem eletricidade e outros confortos, já incorporados como necessidades, com base em referenciais urbanos? O que impulsiona atividades consideradas como do *novo rural*? A demanda é basicamente urbana. (ENDLICH, 2006, p. 29).

Ao tratar da evolução da sociedade urbana e seu modo de vida, Endlich (2006) nos convida a refletir sobre esses questionamentos. É necessário compreender as características básicas da atividade turística e de sua demanda, carregada de valores e costumes urbanos, os quais buscam diversidade de lugares e culturas sem abrir mão de um mínimo de conforto. Devemos partir da premissa de que vivemos em uma sociedade capitalista marcada pelo mundo do consumo, da mercadoria.

O turismo entendido como prática social, nesse sentido, também é fundamentalmente prática econômica. É atividade que comercializa cada vez mais diversos espaços mundiais, como apresenta Carlos (1999), e também os bens imateriais que compõem esse espaço. Concordamos com Santos (2009), ao afirmar que o turismo surge no fim do século XIX, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, que transforma tudo em mercadoria.

Conforme apontou Santos (2009), o turismo realizado no campo não deixa de possuir suas características de atividade econômica capitalista de consumo do e no espaço. Essa atividade possui como base a apropriação das especificidades do espaço rural e de suas ruralidades para posterior comercialização. Dessa forma, existem os mais variados modos de apropriação e mercantilização desse espaço e de suas características imateriais. Nesse sentido, quando tratamos de turismo no espaço rural, estamos nos referindo a toda atividade turística que se realiza nesse espaço.

Segundo Joaquim (2003), as primeiras manifestações de turismo no espaço rural surgem na Europa, mais especificamente na França por volta de 1971 e a partir de então se espalha mundialmente. No Brasil, a primeira iniciativa foi a da Fazenda Pedras Brancas, no município de Lages, em Santa Catarina, fazenda que, em 1986, recebeu um grupo de turistas para nela pernoitar e participar dos trabalhos no campo, conforme apresenta Rodrigues (2003). No Paraná, a atividade inicia-se em 1992, na região de Arapongas, segundo os dados da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU). O maior desenvolvimento da atividade no país ocorre com a evolução da busca pela população urbana de volta ao rural, ao reencontro com a natureza, sendo também uma alternativa ao turismo de “sol e mar”.

As discussões terminológicas sobre as atividades turísticas realizadas no espaço rural são muitas, isso em detrimento do vasto campo de atividades que nele se realizam, como já apontamos acima. Alguns conceitos convergem, porém, para o entendimento de que toda atividade realizada em espaço rural se denomine Turismo em Espaço Rural e nele estão incluídos, por exemplo: o turismo religioso, o turismo de eventos, o turismo de negócios, o turismo de aventura, o ecoturismo, o turismo rural, entre outros. Já as atividades que estão mais intimamente ligadas ao meio rural, o estilo de vida e a cultura de seus habitantes são denominadas de Turismo Rural, conforme Tulik (2004).

Para a questão de classificação, Rodrigues (2003) divide ainda a categoria de Turismo Rural em dois grandes grupos relacionados ao patrimônio rural. O primeiro grupo é de cunho histórico e se refere ao Turismo tradicional (que engloba os subgrupos de um turismo de origem agrícola, outro de origem pecuarista e um terceiro de origem europeia). O segundo grupo é de natureza contemporânea e se refere ao Turismo Rural contemporâneo (englobando os hotéis-fazenda, as pousadas rurais, os spas rurais, as segundas residências campestres, *campings* e

acampamentos rurais, turismo de caça e pesca, turismo rural místico ou religioso, turismo rural científico-pedagógico e turismo rural etnográfico).

Para Rodrigues (2003), a primeira modalidade está relacionada às grandes fazendas pecuaristas ou de café e as propriedades de imigrantes europeus, mais simples, menores e com conotação familiar. A segunda modalidade de Turismo Rural contemporâneo se coloca em oposição ao Turismo Rural tradicional, por possuir equipamentos mais recentes e ser uma alternativa ao turismo de “sol e mar”. Esse entendimento decorre do fato de que o Turismo Rural contemporâneo, ao contrário do tradicional, se desenvolve com mais intensidade a partir da década de 1970, em uma tentativa de atender à demanda crescente que trocava o turismo no litoral brasileiro pelo interior do país. Esse contexto, para Santos (2009), ressalta que o turismo rural está ligado ou à cultura de imigração e às grandes fazendas ou aos empreendimentos capitalistas no campo.

Nesse sentido, Tulik (2004), ao tratar do Turismo em Espaço Rural, utiliza a seguinte classificação: turismo alternativo; turismo no espaço rural/turismo na área rural; turismo em áreas rurais e naturais; turismo na natureza; turismo cultural; agroturismo; turismo rural. Nessa classificação, Tulik (2004) diferencia o turismo rural do agroturismo, o que nos chama mais a atenção no esforço de esclarecer as características particulares dessas duas modalidades, ao passo que Graziano da Silva, em suas produções, cita o agroturismo como alternativa de renda para a família camponesa.

Tulik (2004) descreve o turismo rural como uma atividade que deve estar ligada aos bens materiais e imateriais do campo, como exemplo, a paisagem rural, a gastronomia, músicas, danças, etc. A autora compreende, porém, que essa modalidade de Turismo no campo hoje se manifesta na sua maioria por meio de hospedagem que acaba por reproduzir estruturas e entretenimentos urbanos, a saber: os hotéis-fazenda, spas, parques aquáticos e discotecas.

Por sua vez, o agroturismo, para a geógrafa, que representa, ao lado do turismo rural, uma das modalidades dentro do turismo no espaço rural, se define como:

- [...] - à atividade da propriedade: exploração agrícola ou criação ativa de gado;
- ao turismo como atividade complementar da renda do proprietário e das demais atividades da propriedade;

- à organização e gestão familiar, ou seja, turismo organizado e servido por agricultores e criadores de gado, estritamente ativos, sendo obrigatória a presença do proprietário;
- ao alojamento nas edificações existentes na propriedade;
- à participação do turista em atividades da propriedade, sob a forma de animação complementar ou, ainda, comprando produtos locais, pressupondo-se, também, o contato direto do visitante com o meio rural (TULIK, 2004, p. 38)

Nesse sentido, essa atividade deve se realizar como alternativa de renda dentro de determinada propriedade agrícola que baseia sua produção no trabalho familiar em que o proprietário está sempre presente e o turista participa das atividades realizadas no local. Dessa forma, optamos em utilizar o conceito de agroturismo, uma vez que, como apontou Santos (2009), o agroturismo deveria se manifestar como alternativa para as famílias camponesas e como fator de desenvolvimento no campo.

Para Graziano da Silva e Campanhola (2000), o agroturismo não deve ser compreendido como sinônimo de atividades realizadas em propriedades de empresários urbanos que não têm relação alguma com o rural, como maneira de auferir lucro com a demanda crescente de turismo. Os autores ressaltam a importância do agroturismo como uma atividade que acontece dentro da propriedade rural, isso porque, segundo eles, ela funciona como vetor de desenvolvimento das áreas rurais, ao contrário das atividades de turismo que se realizam fora da propriedade.

Ao realizar importante trabalho sobre questões acerca do agroturismo e desenvolvimento regional, Portuguez (1999) também aponta para uma grande confusão conceitual sobre as atividades de turismo que se realizam no espaço rural. Portuguez (1999) entende que essa convergência ocorre em função das diferentes realidades em que a prática turista se instala. Como já colocamos anteriormente, a atividade turística no espaço rural tem seu início na Europa e, posteriormente, se espalha mundialmente.

O pesquisador, nesse sentido, explica que o campo europeu e as definições usadas para conceituá-lo possuem uma realidade completamente diferente da brasileira, conseqüentemente a atividade turística nesse espaço não se manifesta da mesma maneira em realidades opostas.

Segundo Tulik (2004), o termo agroturismo (originalmente *agriturismo*) surge na Itália, onde essa atividade mais se desenvolveu. Após sofrer com forte êxodo

rural em 1996, o país cria a Associação Nacional de Agricultura com o objetivo de desenvolver o campo por meio do turismo. O agroturismo cresceu consideravelmente no sul da Itália, que se encontrava muito menos urbanizado que a região norte, ainda conforme Tulik (2004). Como alternativa ao turismo de massa, essa atividade concentrou suas características na comercialização da paisagem rural com forte apelo para o reencontro com a natureza, com a culinária regional, com o esporte e com a cultura.

A imigração italiana, visualizada mais significativamente no sul do Brasil, sobretudo nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, marcou fortemente esses espaços com sua cultura. Por esse motivo, o turismo no espaço rural desses estados, em grande parte, está ligado à imigração europeia, no que Rodrigues (2003) conceituou como sendo Turismo tradicional de origem europeia.

As paisagens rurais dessas áreas, pautadas nos parreirais para a produção de uva e vinhos, na gastronomia relacionada às massas italianas, aos cafés coloniais, dentre outros aspectos, são características implementadas pela atividade turística primordialmente no sul do Brasil. E dessas reproduções de outras realidades, de outras realidades no campo é que surgem não só problemas de conceituação da atividade realizada nesse espaço, mas impede seu avanço como aporte de desenvolvimento em outras regiões, uma vez que:

No Brasil, o turismo rural se instala, pioneiramente, no Sudeste e Sul do país, assumindo, desde sua implementação, um turismo associado ao europeu com destaque para a cultura de imigração e produção de uvas, vinhos e queijos, enquanto atrativos ao consumo turístico. A implicação da reprodução deste modelo aqui, no Brasil, é a limitação, por parte do que planejam e implantam esse turismo, em relação aos atrativos potenciais limitados à produção de uvas e fabricação de vinhos. Tal modelo não comporta outras atividades agrícolas que não estejam encaixadas neste formato. O que é lamentável em virtude dos múltiplos desdobramentos relacionados às atividades agrícolas e que poderiam se tornar, também, atrativos. (SANTOS, T., 2009, p. 40).

Santos (2009) demonstra sua preocupação no engessamento de determinadas áreas rurais, isso ocorrendo em detrimento da utilização de modelos trazidos de outras localidades e impostas a diferentes realidades como fator de desenvolvimento. Reforçamos, nesse sentido, que as realidades são heterogêneas, principalmente no Brasil, e utilizar o turismo como reprodução de outros espaços e

culturas como vetor para o desenvolvimento de áreas rurais pode resultar em fracasso ou até mesmo em reproduções de outros modos de vida que não da própria localidade em questão.

O poder público, por vezes, parece negligenciar esse quadro. Pode-se afirmar isso porque a sua preocupação, nas mais diversas escalas, em desenvolver as diferentes realidades rurais brasileiras, pautadas no turismo, ocorre, em parte, pela crescente procura da demanda turística por esses espaços. Não raro, é possível encontrar discursos em documentos públicos, na mídia, dentre outros veículos de informação, que o turismo cresce como atividade econômica, podendo ser vetor de desenvolvimento em regiões menos favorecidas.

Segundo o Ministério do Turismo (2008), a atividade turística praticada no campo pode auxiliar no desenvolvimento econômico e social, valorizando os patrimônios e os produtos locais. Ao mesmo tempo, o Ministério ressalta que é necessário tomar uma série de medidas para estruturar, desenvolver, promover e comercializar adequadamente o atrativo turístico.

No Estado do Paraná, o Plano de Desenvolvimento do Turismo no Paraná 2008-2011 aponta que, na Política Estadual de Turismo referente aos anos de 2003-2007, o fluxo de turistas e a receita gerada cresceram como resultado da eficácia da mesma política. O fluxo turístico na ordem de 7,3 milhões de pessoas cresceu 29% de 2002 a 2006 e a receita gerada atingiu 1,5 bilhão, crescendo mais que 60% no mesmo período.

Para o Plano referente aos anos de 2008-2011, o governador da gestão 2007-2010, Roberto Requião, deixa clara a sua expectativa em relação à atividade e demonstra a importância da mesma para a diversificação da economia de municípios e regiões: “O Turismo se impõe como um dos fatores indutores de desenvolvimento do Estado, pois reduz as desigualdades sociais e combate a pobreza através da geração de emprego e renda” (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2007).

O “[...] conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade [...]” (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2007), é definido pela Secretaria de

Estado do Turismo como Turismo Rural na Agricultura Familiar¹⁰. E essas práticas realizadas pela agricultura familiar no Estado são definidas como Turismo Rural na Agricultura Familiar, que se caracterizam por:

[...] todas as atividades turísticas que ocorrem na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos. (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2007).

A Secretaria de Estado do Turismo (2007) enfatiza que se compromete em desenvolver o Turismo Rural para valorizar a ruralidade, preservar o meio ambiente e proporcionar a inclusão social, dando oportunidade de emprego e renda principalmente aos agricultores familiares. Nesse sentido, compreendemos que em todas as escalas existe a preocupação em desenvolver as áreas rurais, que sofreram com o avanço do capitalismo no campo, pautadas na atividade do turismo.

Existem inúmeras discussões a respeito do turismo como vetor de desenvolvimento de áreas rurais e como alternativa de renda para a agricultura familiar camponesa. Nesse sentido nos questionamos se o discurso político corresponde à realidade. Regiões mais pobres, que sofreram um desenvolvimento desigual com o avanço da modernização da agricultura, possuem real possibilidade de utilizar o turismo como alternativa de renda para os agricultores camponeses? É possível desenvolver essas regiões a partir do turismo?

Para Graziano da Silva e Campanhola (2000), o turismo pode ser considerado como forte ferramenta para o desenvolvimento, desde que fortaleça a escala local. Assim, ele deve ser de iniciativa local, de gestão local, com impacto local, valorizando as paisagens e culturas locais, integrando iniciativa privada com a comunidade local. O turismo, para os autores, pode valorizar o território, uma vez que auxilia na preservação do ambiente natural e do patrimônio histórico e cultural, desde que gestado de maneira correta.

É preciso, porém, chamar a atenção para as complexidades geradas por essa atividade no meio rural. Tulik (2004) enfatiza que a pluriatividade e a especialização

¹⁰ É preciso esclarecer que, com base nas discussões já realizadas, nosso posicionamento conceitual se refere ao agroturismo como alternativa de renda para a agricultura camponesa, embora os mais diversos autores e programas/políticas estatais utilizem outros conceitos.

de funções acarretam determinados problemas que acabam por acentuar as dificuldades já existentes no campo. Para a pesquisadora, a atividade pode trazer um número cada vez maior de proprietários que não residem no local, que adquirem propriedades no campo para trabalhar com o turismo. Nesse sentido, muitas vezes o proprietário do empreendimento não possui identidade com o local e, ainda, quando o proprietário é local e se utiliza do turismo como alternativa, pode ocorrer a descaracterização da atividade ao passo que o turismo se torne a atividade principal do produtor e as atividades agropecuárias acabem sendo deixadas de lado.

Outro trabalho importante é a pesquisa realizada por Santos (2009) no Circuito Italiano de Turismo Rural no município de Colombo, no Paraná. A pesquisadora aponta que o turismo não deve ser o único responsável pelo desenvolvimento de determinadas regiões e nem pelo agravamento dos problemas socioeconômicos. É preciso considerar, contudo, que o turismo:

[...] não está descolado do processo de produção e reprodução do capital e por isso não podemos atribuir ao turismo um poder que ele sozinho não tem, qual seja, minimizar as desigualdades sociais. Delegar ao turismo esse papel indiscriminadamente soa como ideologia ou mera irresponsabilidade, dado que os efeitos para a população residente do turismo planejado para o capital são invariavelmente o agravamento das desigualdades sociais já existentes. (SANTOS, 2009, p. 31).

Nesse sentido, reforçamos nossos questionamentos para a validade do discurso público e privado sobre os benefícios do turismo e sua real possibilidade de efetivação. As ações do Estado voltadas para dar suporte ao agricultor familiar camponês na implementação do turismo como alternativa de renda são eficazes? Essas ações atingem as porções mais pobres do território brasileiro, na busca pelo desenvolvimento? Procuramos voltar nossos olhares para a Mesorregião Centro-Ocidental paranaense em um esforço de identificar a aplicação, na prática, dos discursos sobre o turismo no campo.

3 O TURISMO NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL DO PARANÁ

O turismo que ocorre na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense, assim como em inúmeros outros lugares em que ele se manifesta, deve ser observado e interpretado como mais um desdobramento da produção e da reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, a atividade turística, que avança cooptada pelo mercado e está assentada na lógica capitalista, deve ser refletida impreterivelmente a partir de suas contradições.

A atividade do turismo faz parte da sociedade moderna e se coloca como uma de suas características marcantes, porque ela está baseada nas relações de consumo ao transformar o lazer em mercadoria, que, por sua vez, torna-se objeto de consumo durante as viagens. Santos (2009), ao tratar do processo histórico que contextualiza o surgimento dessa típica atividade moderna, relata que, inicialmente, o surgimento do turismo está atrelado às conquistas trabalhistas do fim do século XIX, em que o lazer passa a ser concedido aos trabalhadores.

Com a expansão do sistema capitalista, a partir do século XIX, a economia se diversifica em larga escala. O aperfeiçoamento das ferrovias para a realização de viagens com os mais diversos motivos faz surgir a atividade turística moderna, conforme as reflexões promovidas por Santos Filho (2008). Foi nesse contexto, como argumenta Cruz (2001), que o turismo foi aos poucos se desprendendo da noção de lazer e ligou-se, cada vez mais, à ideia de viagem:

Entre as inúmeras definições de turismo, há que se destacar aquela adotada por um organismo oficial, de injunção global, que é a Organização Mundial do Turismo (OMT). Segundo essa organização, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta. (CRUZ, 2001, p. 4).

Cruz (2001), afirma que o turismo não é apenas sinônimo de viagem. É preciso aprofundar as discussões na complexidade de seu conceito e, como afirmou Santos (2009), refletir o turismo dentro da realidade social em que ele está inserido, como um produto das práticas sociais e não como um fenômeno em si. Nesse

sentido, entendemos, assim como apontou Santos (2009), que o turismo, para além de uma atividade econômica, é uma atividade produtiva do e no espaço, um fenômeno social e uma prática social que se realiza a partir do deslocamento do indivíduo no espaço e no tempo.

Como atividade econômica, o turismo está regido, principalmente, pelo mercado, mas compreendendo a atividade, também, como prática social. A intervenção pública tem importante papel no desenvolvimento da atividade. Nessa perspectiva é que entram as políticas públicas de turismo e para o turismo, em que:

O desenvolvimento do turismo em determinado lugar exige, também, a implementação de uma infra-estrutura urbana mínima (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia, pavimentação, etc., para falar dos mais básicos), a qual dará subsídio ao desenvolvimento desta atividade; o que explica a parceria entre o poder público e privado.

Ora, o papel das políticas públicas é democratizar o acesso a bens e serviços, neste sentido, o turismo proposto tem (do ponto de vista do ideal) como objetivo principal, gerar desenvolvimento e melhoria de condições de vida nos lugares onde ele se realiza, tendo em vista, sobretudo, a população residente. Quando o turismo acontece à revelia, sem interferência do poder público na administração da atividade, costuma agravar a desigualdade social, ao invés de servir como aporte de desenvolvimento. (SANTOS, 2009, p. 25).

Nesse sentido, Cruz (2006), ao tratar das questões referentes às políticas públicas de turismo no Brasil, afirma que o tema recebe maior visibilidade a partir dos anos de 1990. Com o governo de Fernando Collor de Mello (gestão 1990-1992) e logo após se estendendo aos governos de Fernando Henrique Cardoso (gestão 1995-2002) e Luiz Inácio da Silva (gestão 2003-2010), o Brasil inicia processo de organização de políticas públicas em decorrência do crescimento significativo da atividade em âmbito mundial e nacional.

Surge, nesse cenário, o interesse público em tratar o turismo como vetor de emprego e renda para a população, dada a importância econômica que a atividade vinha alcançando. Nesse contexto, cresce cada vez mais a interferência pública sobre a indução da atividade turística no país. Exemplo disso é a criação, nos anos de 1990, da Política Nacional de Turismo e de outros programas para regiões específicas do país, que, de muitos modos, buscavam o desenvolvimento regional e a diminuição das desigualdades sociais. Para isso, o instrumental público do setor

foi reforçado com o fortalecimento de linhas de crédito já existentes bem como a criação de novas linhas, conforme apresenta a pesquisa realizada por Cruz (2006).

A busca pelo incentivo da atividade turística, por meio de políticas públicas, não ficou apenas no âmbito normativo, mas também delineou um rearranjo espacial, o qual propiciou a expansão do turismo em território brasileiro. Em áreas com recursos turísticos, a atividade foi estimulada, enquanto nas áreas mais pobres, a atividade não foi desenvolvida, aumentando cada vez mais as disparidades econômicas e sociais sobre o território. Esse quadro, segundo Cruz (2006), diverge com a proposta pública de utilizar o turismo como vetor de desenvolvimento de áreas mais pobres.

Beni (2006), ao tratar das políticas públicas brasileiras, explica que o setor turístico seguia a lógica do setor industrial e que essas políticas, conduzidas por uma cúpula nacional, traduziam a visão de poucos. Além disso, a participação das escalas estaduais e municipais restringia-se à execução de planos. Essa questão aponta para a utilização de interesses individuais que, na forma do poder público, inviabilizam o turismo em escalas menores e demonstra a negligência pública para com as menores escalas do território brasileiro.

Para buscar modificar esse cenário, o governo, no ritmo em que se encontravam as iniciativas em meados de 1990, inicia processo de abertura das discussões entre todas as esferas. Em busca da descentralização das políticas públicas, e para delegar maior poder aos municípios, o poder público cria então o programa que mais próximo chegou da escala local, mas que não necessariamente foi efetivo, que foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Lembremos que essa iniciativa ocorre em função de um modelo elaborado pela OMT, que propunha a descentralização e a maior participação de estados e municípios no setor turístico.

Cruz (2006) lembra que o PNMT não implicou a criação de uma infraestrutura e ficou apenas no plano normativo. O referido programa apresentou falhas na sua implantação, uma vez que, possivelmente, desconsiderava a diversidade do território nacional e delegou às escalas locais a criação de uma infraestrutura e a capacitação de recursos técnicos, encargos que as escalas locais não tinham condições de assumir.

Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva ocorre a criação do Ministério do Turismo e a política para o setor ganha novos rumos. Inicia-se o Plano Nacional de

Turismo 2003-2010, que substituiu o PNMT pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), o qual buscou a junção dos municípios turísticos, criando, nesse sentido, regiões turísticas brasileiras. A ideia de regionalização do turismo compreende a busca por desenvolver o país e suas regiões de forma a equilibrar as disparidades existentes entre elas, comercializando por meio da atividade as características específicas de cada região.

Se, porém, por um lado, a aglutinação regional pode fortalecer as características regionais, por outro lado, somar iniciativas e partilhar resultados não é tarefa fácil para os poderes públicos municipais. Não é fácil porque o jogo de interesses existentes em cada município pode divergir ou convergir com o jogo dos demais municípios da região turística, resultando em dificuldades para gerir a atividade em escala regional.

Nesse sentido, Beni (2006) esclarece que a regionalização avança apenas no sentido de viabilizar a união de produtos turísticos, uma vez que facilita o *marketing* desses destinos, ampliando os fluxos turísticos para essas regiões. Essa metodologia, para o pesquisador, não trabalha a atividade de forma a ser instrumento de desenvolvimento em longo prazo. Assim, as políticas públicas cada vez mais se distanciam do objetivo de desenvolver as porções mais pobres do território brasileiro, servindo apenas de ferramenta mercadológica.

Segundo Cruz (2006), apesar da busca pelo fortalecimento regional, por meio das políticas públicas de turismo e para o turismo, tais políticas brasileiras sempre tiveram conotação econômica e economicista. Para a autora, tais políticas refletiram pontos de luz em regiões que já possuíam potencial turístico e delegaram para segundo plano regiões mais pobres e sem perspectivas.

Essa visão economicista do poder público, conforme os apontamentos de Cruz (2006), negligencia a vida cotidiana, que já ocorre no território e o compreende como um produto mal acabado, o qual requer intervenção pública para tornar-se competitivo no mercado turístico. Além disso, o poder público trata a atividade turística como ferramenta, que, por si só, é capaz de diminuir as desigualdades regionais. Por fim, a pesquisadora aponta para as dificuldades encontradas, quando da implementação do turismo, em função das heranças existentes no território. Uma delas são as divisões político-administrativas, que não devem ser ignoradas. Os interesses de cada município podem divergir do interesse coletivo regional.

Nesse contexto, o turismo deve ser visto como um meio e não como um fim dentro das políticas públicas. Ainda, ao tratarmos de desenvolvimento regional, deve haver uma convergência de interesses entre os administradores municipais em uma ação combinada da iniciativa pública e privada. Para além, o conhecimento do território deve ocorrer, para que um planejamento adequado e as políticas públicas alcancem seus objetivos para o desenvolvimento regional.

Seguindo a lógica da política nacional, a qual busca descentralizar a atividade e delegar às menores escalas maior autonomia, o estado do Paraná inicia processo de criação e execução de suas próprias políticas e programas. Surge, nesse cenário, o Plano de Desenvolvimento do Turismo no Paraná 2008-2011 (baseado na Política Estadual de Turismo 2003-2007), o qual, seguindo as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, cria dez regiões turísticas no estado, que podem ser visualizadas no mapa a seguir:

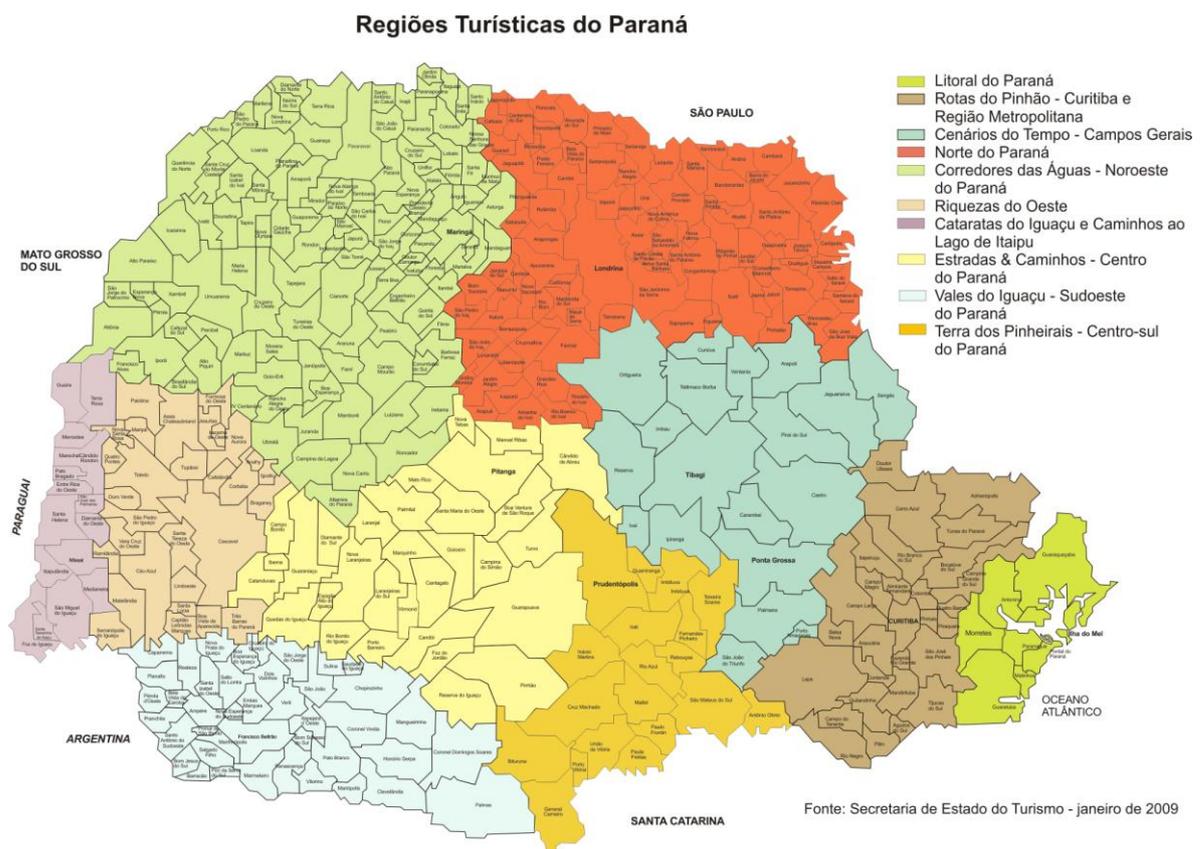


Figura 5: Paraná - Regiões Turísticas do Paraná, 2008
 Fonte: Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br>>. Acesso em: out. 2010.

Unindo municípios com características históricas, físicas e culturais similares, as regiões turísticas paranaenses surgem com o objetivo de aglutinar as potencialidades turísticas de cada município, e buscar, de forma coletiva, aumentar as possibilidades de desenvolvimento da atividade, promovendo o turismo regional.

A Mesorregião Centro-Occidental paranaense está inserida na região turística denominada Corredores das Águas – Noroeste do Paraná, sinalizada pela cor verde no mapa anterior. A região turística Corredores das Águas reúne um total de 115 municípios paranaenses, sendo a Rede de Turismo Regional (RETUR) a instância de governança responsável pela região, cujo presidente, o sr. Manoel Jacó Garcia Gimenes, foi o precursor dos primeiros trabalhos relacionados ao turismo na Mesorregião em questão. Essa instância de governança, orientada pelo Plano de Desenvolvimento do Turismo no Paraná 2008-2011, dá origem a seu Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011, em que, entre outros objetivos, busca estruturar e desenvolver, de forma eficaz, as atividades turísticas locais, incrementando a economia regional e oportunizando a inclusão social de sua população.

Entre os macroprogramas, programas e projetos que existem na referida região turística, ressaltamos o Projeto Rota dos Morros & Colinas, que ocorre na Microrregião turística Coração do Paraná, a qual recebe essa intitulação, em referência ao formato de coração que a união de seus 25 municípios desenha em território paranaense, como demonstra a Figura 6. O citado projeto, localizado na Mesorregião Centro-Occidental, recebe esse nome por suas características físicas, já mencionadas anteriormente nesta pesquisa, em que o relevo acidentado da localidade é rico em extensas regiões de morrarias. O referido projeto tem como objetivo implementar a atividade turística no campo da Mesorregião, como complementação de renda para seus agricultores camponeses, ressaltando suas belezas naturais e o modo de vida no campo.



Figura 6: Microrregião Turística Coração do Paraná
Fonte: Rede de Turismo Regional (RETUR). Disponível em:
<<http://www.turismoregional.com.br/>>. Acesso em: jun. 2009.

O turismo na Mesorregião, acompanhando as tendências das políticas nacionais que começam a surgir na década de 1990, começa a ser visto como fator de desenvolvimento e alternativa, em meados do ano de 1994, quando o então secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Campo Mourão, o sr. Manoel Jacó Garcia Gimenes, percebe o possível potencial do setor em gerar emprego e renda. Segundo entrevista concedida ao Jornal *on-line* Inturnet, da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA), o sr. Jacó Gimenes declarou ter observado a dinâmica da região e percebeu que alguns produtores rurais, sem orientação, começaram a trabalhar com o turismo. A partir da percepção desse quadro, o secretário iniciou processo de investimentos em projetos para fomentar o turismo regional.

Conforme a ex-presidente¹¹ do Conselho Municipal de Turismo de Campo Mourão (COMTUR), sra. Isolde Silveira Tonet, as primeiras iniciativas ocorreram quando o prof. Jacó Gimenes tomou conhecimento do PNMT, em sua gestão dentro da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do município. As possibilidades em utilizar o turismo como vetor de geração de empregos e renda baseavam-se em uma política pública própria para o setor e poderiam alavancar a atividade regional.

O PNMT previa a criação dos Conselhos Municipais de Turismo para o desenvolvimento da atividade em escala municipal, e que, portanto, traria as decisões do setor para a própria população envolvida, descentralizando, enfim, a atividade. Em Campo Mourão, sob a coordenação do prof. Jacó Gimenes, é criado o COMTUR e o Fundo Municipal de Turismo, o qual recebia auxílios financeiros do poder público para desenvolver o turismo na região.

O COMTUR era constituído por membros do município que possuíam algum vínculo direto ou indireto com o turismo, a exemplo dos empresários do setor, de profissionais, da comunidade acadêmica, dentre outros. Referente às tomadas de decisões de toda a Mesorregião, participavam do Conselho duas lideranças de cada município, para que também pudessem discutir seus interesses e promover de forma coletiva o turismo regional, segundo relatos da ex-presidente.

Com a saída da secretaria, o prof. Jacó Gimenes dá continuidade ao processo de fomento do turismo na região por meio de iniciativas próprias, contando com a parceria da Associação Comercial de Campo Mourão (ACICAM). A sra. Isolde

¹¹ Em depoimento coletado no mês de julho de 2010 (Duração: 1 h 23 min e 4 s).

S. Tonet conta que a promoção de palestras, cursos, auxílios técnicos, entre outras atividades, para todos os interessados na área, continuaram a ser promovidas pelo prof. Jacó. Uma de suas iniciativas foi a criação do Curso de Pós-Graduação em Turismo e Meio Ambiente, realizado pela Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). Durante uma de suas aulas, relata a depoente, um dos alunos, ao apresentar o mapa da Mesorregião, usa o termo Coração do Paraná, em função do desenho que os municípios da região formavam, o qual é utilizado até hoje.

Desde então, o prof. Jacó Gimenes trabalha com atividades ligadas ao turismo, sendo fundador do Instituto de Cultura e Desenvolvimento de Campo Mourão, entidade privada, onde são realizados cursos, palestras, dentre outras atividades do setor. Há quase vinte anos, o prof. Jacó realiza atividades com o objetivo de desenvolver o turismo regional.

Para o prof. Jacó Gimenes, uma pequena propriedade na região pode receber turistas, inicialmente sem precisar utilizar grandes recursos financeiros. Segundo ele, na condição de Presidente da RETUR, é necessário que haja tempo e vontade (JORNAL INTURNET, 2003). Em contrapartida, ele lembra que, antes de anunciar um atrativo, a exemplo de uma cachoeira, é preciso que ocorra um planejamento com o envolvimento de profissionais do setor público e privado, para que o atrativo não seja depredado. O sr. Jacó Gimenes entende que o turismo pode aproveitar e valorizar a paisagem, gerando oportunidades de emprego e renda para seus atores. (JORNAL INTURNET, 2003).

Em se tratando mais especificamente do Norte do Paraná, ele cita que, em comparação com o Sul e o Centro do país, a região não tem atrativos em abundância. O Norte paranaense, explica o professor, está aprendendo a desenvolver uma metodologia de aproveitar tudo o que é possível para criar roteiros e outras atividades. Para finalizar, o professor cita a pousada rural Parque das Gabirobas e a fazenda-hotel Água Azul como exemplos de empreendimentos rurais bem sucedidos, que se desenvolveram a partir dos produtores rurais, sem auxílio do governo nas escalas federal, estadual ou municipal.

Nessa perspectiva, acreditando no grande potencial da região, o atual presidente da RETUR busca desenvolver o turismo regional por meio de inúmeras iniciativas. Muitas delas, principalmente as que se referem ao turismo que acontece no campo, estão ligadas aos agricultores camponeses da Mesorregião. As

atividades turísticas que buscam explorar as paisagens de morros, os inúmeros rios que por elas passam, as propriedades camponesas que compõem essa paisagem e as atividades que dentro delas ocorrem são motivo de grande esforço por parte do poder público em trazer desenvolvimento e renda para os atores sociais do campo.

3.1 A PROPRIEDADE CAMPONESA E O TURISMO COMO COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA

A revalorização das ruralidades, movimento crescente em função do avanço da urbanização, encontra na atividade turística um meio de reencontro dos habitantes da cidade com o imaginário bucólico do mundo rural. Nesse sentido, o turismo como alternativa de renda para a agricultura camponesa é fortemente apontado, principalmente pela esfera pública, como vetor de desenvolvimento de porções mais pobres do território brasileiro e como ferramenta de fixação desses atores sociais no campo.

Aliando a crescente demanda cidadina pelas atividades turísticas no campo e a necessidade de fortalecer a agricultura campesina, o poder público busca a formatação e implementação de políticas públicas voltadas para essa questão específica. Com o objetivo de fortalecer as menores escalas, municipalizando e posteriormente regionalizando as ações do setor, a esfera pública procura atingir também os atores sociais do campo, uma vez que:

A formatação das Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil e a elaboração de um Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, demonstram o comprometimento governamental em desenvolver o Turismo Rural com base nas vocações locais e regionais, valorizando a ruralidade, conservando o meio ambiente, dando oportunidade de emprego e renda, principalmente para os agricultores familiares, e conseqüentemente, proporcionando inclusão social. (PROGRAMA DE TURISMO RURAL DO PARANÁ, 2007).

Seguindo as políticas públicas do setor em escala nacional, como as Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil e o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, o estado do Paraná cria o Programa de

Turismo Rural do Paraná. Assim, com as políticas de regionalização para a diversificação e estruturação da oferta turística, em relação ao que tange a roteirização e a segmentação para desenvolver a atividade no estado, os roteiros turísticos no campo são estimulados como forma de fortalecer a agricultura camponesa.

Conforme o Programa de Turismo Rural do Paraná (2007), 28% dos roteiros turísticos comercializados por agências do setor são de Turismo Rural. Nesse sentido, compreendendo que a atividade, portanto, possui relevância no cenário turístico do Paraná, o Programa possui como objetivo, dentre outros, fortalecer o campo, permitir a capitalização do agricultor de base familiar e proporcionar a inclusão social. Dessa forma, para o Programa, “[...] a dinâmica do setor agropecuário paranaense torna-se um importante instrumento de articulação com os outros setores econômicos, fazendo do Estado um espaço de oportunidades” (PROGRAMA DE TURISMO RURAL DO PARANÁ, 2007).

O incentivo público para o avanço do setor turístico, tanto na escala nacional, quanto na estadual, motivou as ações locais na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense. As iniciativas do atual presidente da RETUR, na região de Campo Mourão e atualmente em todo o noroeste do estado, foram baseadas em tais incentivos estatais. Nessa perspectiva, surge o Projeto Turístico Morros & Colinas. Importante é ressaltar que esse cenário pode ser interpretado como abordagem realizada por Cruz (2007), pelo esforço do poder público brasileiro em diminuir a pobreza por meio do turismo.

O Projeto Morros & Colinas reuniu agricultores camponeses de pequenos municípios da Mesorregião, entre eles, Altamira do Paraná, Campina da Lagoa, Iretama, Luiziana, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas e Roncador, em que cada município possui uma média de quinze propriedades de agricultores camponeses envolvidas com o projeto¹².

Iretama, um dos muitos pequenos municípios com baixo IDH-M de 0,699 (IPARDES, 2010), é rico em uma paisagem de morrarias em função de seu relevo acidentado e também é palco da resistência da agricultura camponesa, com um total

¹² Dessa forma, buscando avaliar se o avanço das iniciativas de turismo na região ocorre com a participação camponesa, entramos em contato com o poder público de um dos municípios participantes, o município de Iretama, em função das possibilidades da execução da pesquisa de campo.

de 1.166 estabelecimentos familiares, contra 373 estabelecimentos não familiares, segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2008). Conforme o Diretor do Centro de Produção¹³, o sr. Aparecido José da Silva, “[...] o forte mesmo aqui para o pequeno agricultor, até agora no momento, é a produção de leite. Mais de 50% trabalham na produção de leite”¹⁴

O diretor do Centro de Produção relata que deseja desenvolver o turismo no município com os agricultores camponeses e, portanto, foi buscar inicialmente, auxílio junto ao prof. Jacó Gimenes. Dessa forma, houve uma mobilização entre os camponeses que tinham interesse em implementar a atividade, somando um total de quinze propriedades. Os trabalhos do referido projeto deram início com a realização de palestras, cursos dentre outras atividades com os envolvidos.

Com a finalidade de buscar recursos junto aos financiamentos bancários¹⁵, uma vez que o Projeto Morros & Colinas não apontava garantias financeiras, foi desenvolvido no município o Projeto Sítio Nota 10, criado pela prefeitura de Iretama. Essa iniciativa foi necessária porque o gerente do banco busca garantias para liberar os financiamentos: “Porque de repente o gerente vai falar: ‘Vô financiá turismo pra vocês, mas vocês fazem parte de um projeto de turismo? Então, junto com a RETUR, vocês vão ter mais um amparo, que é o Sítio Nota 10”¹⁶.

O projeto possui, conforme os relatos do depoente, o objetivo de incentivar, por meio de premiações, os proprietários a organizar o espaço da propriedade em que a estrutura esteja com boa aparência, para a possível recepção de visitantes, em que a propriedade “que estiver mais bem cuidada durante o ano, ela vai ganhar um prêmio. Todas vão ganhá um prêmio, né, um certificado de mérito, e as três melhores propriedades vão ganhá um prêmio, que a gente vai ver o que vai ser”¹⁷.

Em função de todos os participantes do projeto possuírem suas propriedades, compreendemos que os camponeses expropriados da posse da terra não encontram possibilidades em incluir o agroturismo aos moldes sinalizados por Graziano da Silva (1998). Assim, portanto, aqueles camponeses que não a possuem, estão relegados

¹³ O Centro de Produção, segundo o sr. Aparecido José da Silva, é uma horta pertencente à prefeitura, a qual fornece alimentos para as escolas do município.

¹⁴ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 39 min. e 50 s).

¹⁵ O sr. Aparecido conta que o banco exige a existência de um projeto que apresente garantias para a realização dos financiamentos.

¹⁶ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 39 min e 50 s).

¹⁷ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 39 min e 50 s).

a trabalhar como assalariados em empreendimentos turísticos e se beneficiar com os respingos da atividade, como asseverou Froelich (2000).

Com relação aos recursos, apesar do entusiasmo que demonstra o sr. Aparecido, ele confirma não ter conhecimento de nenhuma política pública que possa auxiliar o desenvolvimento da atividade no município junto aos agricultores, afirmando que “Não, nós não temos. Porque a nossa ideia aqui é criar o Conselho de Meio Ambiente e de Turismo também, porque daí muitas políticas públicas você consegue através de um conselho”¹⁸. Assim, inicialmente, conforme seus relatos, os agricultores trabalharão com recursos próprios. Nessa perspectiva, esse quadro ilustra o que Cruz (2006) apontou sobre as políticas públicas brasileiras, as quais estão sempre no plano normativo e não criaram nenhuma infraestrutura que pudesse auxiliar o desenvolvimento da atividade turística nos municípios.

Quando questionado sobre quais as maiores dificuldades enfrentadas até o presente momento para alavancar o turismo no município com os agricultores camponeses, o diretor do Centro de Produção relata que o maior problema está na infraestrutura, ao explicar que a falta de pessoal dentro do poder público se coloca como um dos entraves:

Olha na realidade, assim, dificuldade não vô dizê que a gente teve, maior dificuldade nossa aqui é, vamo dizê, assim é o tempo. Nós somos em cinco aqui, só que um é inseminador, tem ali o Jorge que é otro veterinário, o Renato da assistência técnica e o Luis é o Secretário. Mas sempre aqui dentro tem que ficá um. Nosso município é grande, então de repente, o tempo nosso, a falta de funcionário, assim, eu digo que seria a maior dificuldade. Mas a gente trabalha sábado, trabalha domingo, pra nós não tem problema, a gente quer que o negócio aconteça e a gente gosta de fazê o que nós fazemos¹⁹.

A despeito das dificuldades, é perceptível, na fala do funcionário público, a sua vontade em trabalhar com a atividade turística em Iretama. Ele coloca a importância do concurso público, o qual trará funcionários permanentes, garantindo, dessa forma, a continuidade do projeto: “Então a gente ficou mais entusiasmado, porque é um projeto que mesmo outro prefeito entre e ele não dê muito incentivo,

¹⁸ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 39 min e 50 s).

¹⁹ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 39 min e 50 s).

nós tamo lá pra segurar as pontas e dar continuidade, mesmo que ele corte algum incentivo”²⁰.

A continuidade dos trabalhos realizados pelos funcionários públicos pode resolver um dos muitos entraves existentes entre os camponeses e a atividade do turismo como alternativa, como a paralisação ou finalização de projetos em função da saída ou troca desses funcionários. Apontamos, a exemplo desses entraves, uma família de camponeses do distrito de Águas de Jurema, em Iretama²¹. A propriedade da família possui 72 hectares, onde se produz soja e aveia e há área de pastagem para o gado leiteiro, conforme relatos do agricultor entrevistado²². O mesmo agricultor relata que quase toda família trabalha na propriedade. Aqueles que não estão exercendo nenhuma função nela trabalham no Thermas de Jurema Resort Hotel. Segundo seu depoimento: “Um deles é recepcionista e otro trabalha no departamento pessoal. Um deles começou como ajudante no departamento e hoje é responsável pelo departamento. O otro começou como garçom e hoje é recepcionista”²³. Compreendemos que o turismo, pode, sim, beneficiar muitas camadas da sociedade e de muitos modos auxiliar no processo de desenvolvimento, porém a geração de emprego e renda, muitas vezes, segundo Froelich (2000), pode representar apenas respingos da atividade nos locais onde se realiza e:

[...] para além dos respingamentos, talvez uma das questões cruciais nesta reflexão seja perguntar se o processo de implementação do turismo em espaço rural tem condições, não só de gerar emprego e renda, como parece realmente ter, mas de **distribuir renda e diminuir as desigualdades sócio-econômicas** em um país que sabidamente ocupa uma das primeiras posições no ranking da desigualdade mundial. Para quais estratos da população rural a renda e o emprego são ou podem ser efetivamente gerados na implementação do turismo rural é algo que não se sabe satisfatoriamente e cabe pesquisar seriamente. (FROELICH, 2000, p. 9).

²⁰ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 39 min e 50 s).

²¹ O sr. Aparecido conhece as quinze famílias que possuem interesse em implementar a atividade em sua propriedade. Nesse sentido, solicitamos ao diretor do Centro de Produção que nos acompanhasse até uma delas para que pudéssemos conhecer a realidade e os anseios da mesma com relação ao turismo como complementação de renda.

²² Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 44 min e 33 s).

²³ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 44 min e 33 s).

Sobre o turismo, como possível complementação de renda, o agricultor conta que, como frequentadores de uma igreja na cidade, a família começou a receber seus participantes para eventos na propriedade. Posteriormente passaram a receber escolas, mas sem cobrar valor algum, sempre baseado apenas na amizade: “Até hoje a gente tem trazido, assim, por amizade, não tem cobrado, não tem tirado custo de tudo isso. Mas a gente tá se preparando pra ver se a gente começa realmente vendê esse trabalho”. O agricultor relata que muitos conhecidos dizem que eles devem fazer da propriedade um lugar turístico, mas o problema são os recursos. Sem recurso, segundo ele, não é possível: “Sempre as pessoas chegavam e comentavam: ‘Ô, aqui dá pra você fazer um lugar turístico!’. Mas e recurso? Pra isso tem que ter recurso”²⁴.

Apesar dos incentivos públicos e da grande disseminação do discurso de que o turismo pode ser um vetor de desenvolvimento e fortalecimento, o agricultor explica que nunca buscou recursos públicos, sempre trabalhou com recursos próprios e não tem conhecimento da existência de políticas para o turismo. Ele afirma que o poder público incentiva, por meio dos técnicos da EMATER, as pequenas propriedades a trabalhar com outras atividades para além da agricultura para auxiliar a renda familiar, mas, em contrapartida, o real auxílio técnico não existe, porque “Eles dão algumas ideias, mostram alguns exemplos, né, mas na verdade fala assim: ‘Olha, o que você acha de fazê aqui, ou algo aqui, fazê assim...não! Nunca foi sentado pra analisar esse lado”²⁵. Assim, a família não tem conhecimento de que forma e quais políticas públicas podem ajudar a implementar a atividade na propriedade.

O agricultor coloca que recurso financeiro e tempo para receber os turistas são os maiores entraves atualmente, apesar da vontade para implantar a atividade: “Queremos o turismo para fortalecer a renda, vimos os nossos vizinhos vender suas propriedades por falta de recursos, também não quero que meus filhos vão embora e o turismo pode nos trazer isso”²⁶. Esse quadro aponta para o desejo de reverter o quadro de êxodo rural e fixação da família camponesa no campo, porém, para a implementação da atividade, destacamos o que Froelich (2000) colocou com relação

²⁴ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 44 min e 33 s).

²⁵ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 44 min e 33 s).

²⁶ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 44 min e 33 s).

à baixa ou nenhuma capacidade de endividamento ou apresentação de garantias desses agricultores para a concessão de créditos e, ainda, em alguns casos, “[...] de equívocos provocados pela imagem panaceica do turismo rural como estratégia de desenvolvimento, esta poderá retirar recursos públicos, já parcos, da ‘agricultura familiar’” (FROELICH, 2000, p. 10, grifo do autor).

Como exemplo dos poucos recursos e das pequenas tentativas em implantar a atividade, o casal de agricultores conta que “A gente fez aqueles banheiros meio rápido, assim, porque o pessoal pede muito pra vir fazer acampamento e a gente nunca quis porque a gente não tinha banheiro”²⁷. Foi então que os proprietários construíram os banheiros, retratados na Fotografia 5 e receberam 50 crianças para um retiro. Como improviso, acolheram as meninas em um quarto e uma sala da casa e os meninos foram recebidos na casa de um parente dos agricultores, em um alojamento improvisado com lona.

Para eles, a realização do turismo em sua propriedade é difícil por falta de recursos financeiros e estrutura. Hoje a família trabalha com algumas áreas de diversão, com uma tirolesa na beira do rio, o cipó de macaco, pedalinhas, enfim, de maneira simples, utilizam como recurso o rio que passa na propriedade. O referido rio é o Rio Formoso, o qual também passa pelo resort localizado no mesmo município, o Thermas de Jurema Resort Hotel, que possui grande infraestrutura para receber turistas, conforme demonstraremos a seguir. Pela precariedade da infraestrutura, o agricultor afirma que atualmente a propriedade não é muito viável, sendo mais utilizada para retiros espirituais com os amigos da igreja.

Nessa perspectiva destacamos a deficiência dos banheiros construídos para receber os hóspedes, que destoa significativamente das infraestruturas dos empreendimentos turísticos da região, os quais serão demonstrados posteriormente. Rapidamente levantada e com poucos recursos, tal estrutura aponta para a dificuldade que a família possui em produzir espaços para receber os turistas de maneira confortável e agradável aos olhos.

²⁷ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 44 min e 33 s).



Fotografia 5: Estrutura de banheiros construída para receber visitantes

Autoria: Juliana Carolina Teixeira

Data: Março de 2010.

Para além, o agricultor conta que, futuramente, a família tem interesse de industrializar o leite e, junto com os trabalhos de turismo na propriedade, iniciar a comercialização dos derivados produzidos ali. Para isso, porém, existe a necessidade de captar recursos financeiros. Sobre essa questão, ele afirma que, apesar do Thermas ser um empreendimento isolado ali no distrito, algo diferente poderia atrair os turistas. No caso da propriedade desse agricultor, o diferencial que os atrairia do Thermas para sua propriedade seria a visita da propriedade para a observação de como ocorre a produção de leite no local, até a industrialização de seus derivados. O Thermas de Jurema, porém, possuindo seu laticínio próprio, já disponibiliza essa atividade aos turistas, como demonstraremos a seguir.

O sr. Aparecido, durante a entrevista, intervém assegurando ao agricultor que, pelo fato de a propriedade estar localizada na estrada que vai para o Thermas de Jurema, é possível, por meio da sinalização e da divulgação, atrair para a propriedade os turistas que por ali passam, porque “Vocês aqui tão privilegiado, porque na estrada que passa pro Thermas de Jurema, a gente vai colocá aquelas placas pra divulga que aqui tem um recanto da natureza [...] e tem tudo pra dá certo”²⁸. Além disso, a ideia é construir, nessa propriedade, uma loja que congregará

²⁸ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 44 min e 33 s).

todos os produtos dos demais agricultores da região, pois a propriedade possui melhor localização e fácil acesso. Mas o agricultor afirma que não adianta divulgar se não há estrutura.

Há dois anos o agricultor vem trabalhando com o prof. Jacó em cursos para o turismo. Ele coloca que aprendeu com o prof. Jacó que um lugar simples com acomodações simples pode receber o turista. Cabe-nos dizer, porém, que estudos:

[...] demonstram que os visitantes de áreas rurais são pessoas descontentes com as estruturas turísticas clássicas, situadas no mar ou na montanha. Eles buscam os aspectos simples e autênticos, característicos do dia-a-dia do meio agrícola sem, contudo, abdicar de um conforto razoável se comparado àquele de seu cotidiano. A adequação do meio, das propriedades e das comunidades rurais a essa alternativa de rendimento, por meio do atendimento dos visitantes originários das grandes cidades, comercializando sua autenticidade e originalidade, constitui um desafio. (RUSCHMANN, 2000, p. 63).

Além das dificuldades financeiras, a ordem moral camponesa se coloca como mais um entrave para a implementação do turismo como complementação de renda para a propriedade camponesa²⁹. Sobre essa questão, observamos a família de camponeses que mora às margens do lago da barragem da Usina Hidrelétrica Mourão, por meio da indicação da ex-presidente do Conselho Municipal de Turismo de Campo Mourão, sra. Isolde Silveira Tonet. Muito embora não participem do Projeto Morros & Colinas, eles são exemplo de camponeses que já receberam visitantes em sua propriedade, possibilitando-nos, assim, a avaliação dos impasses entre a sua ordem moral e as especificidades do turismo.

Em um total de quinze alqueires, o agricultor camponês³⁰ relata que cultiva soja em apenas seis com sua família, em função das leis ambientais do Paraná³¹, que regulamentam a utilização do restante do espaço, que abriga recursos hídricos, para áreas de preservação ambiental. Na propriedade também ocorre a criação de gado leiteiro para a produção de leite e derivados, além de outras alternativas, como a produção de bolachas caseiras e outros produtos domésticos produzidos pela

²⁹ Nessa perspectiva, nos direcionamos ao município de Luiziana, uma vez que o mesmo possui camponeses que já passaram pelo processo de recepção de visitantes em sua propriedade.

³⁰ Em depoimento coletado no mês de julho de 2010 (Duração: 58 min e 10 s).

³¹ Conforme Decreto Estadual nº 387, de 1999, do governo do Estado do Paraná.

esposa e pela filha do agricultor. É possível visualizar a localização da propriedade nas Fotografias 6 e 7 a seguir:



Fotografia 6: Propriedade em Luiziana
 Autoria: Juliana Carolina Teixeira
 Data: Julho de 2010.



Fotografia 7: Galpão de gado leiteiro
 Autoria: Juliana Carolina Teixeira
 Data: Julho de 2010.

Além das Fotografias 6 e 7, as fotografias 8 e 9 também ilustram as características das propriedades camponesas que se colocam como atrativos para o turismo: a proximidade com a natureza, com os animais típicos do campo e o modo camponês de organizar a propriedade, que tanto chamam a atenção dos turistas. A manutenção da horta cercada, com as galinhas criadas soltas pelo quintal e o pomar carregado com as frutas da época, podem ser visualizadas a seguir:



Fotografia 8: Horta cercada e galinhas soltas
 Autoria: Juliana Carolina Teixeira
 Data: Julho de 2010.



Fotografia 9: Pomar
 Autoria: Juliana Carolina Teixeira
 Data: Julho de 2010.

A história da composição dessa propriedade tem início quando o agricultor veio de Minas Gerais com os pais em 1948 para o Norte do Paraná, onde cultivaram

café. Em função das geadas que dificultaram a produção da cultura, em 1953 toda a família deslocou-se para o município de Luiziana e, em 1971, se fixaram na propriedade onde moram atualmente. Da totalidade da família, apenas o agricultor entrevistado, com sua esposa e filhos, ainda se mantém no campo. Seus pais e irmãos venderam a propriedade e buscaram fixar residência na cidade.

O agricultor, que manteve seus trabalhos no campo, relata que, quando se instalou no município com sua família, “[...] naquele tempo a pescaria era coisa de loco. Você olhava a noite aqui, você olhava a margem da água aqui, era fogo pra tudo quanto é lado”. Dessa forma, o agricultor começou a receber amigos, em sua propriedade, para pescar nos fins de semana. De alguns amigos, passou-se para um número considerável de visitantes: “Teve uma temporada aí, que, olha, nós tivemos que cortá. Chegava quinze, dezesseis carro. Se você pôr na média de quatro, cinco pessoa por carro, virava quase uma festa de casamento”³².

Uma vez que a visitação da propriedade foi indicada pela ex-presidente do COMTUR de Campo Mourão, esperávamos encontrar uma propriedade de agricultores camponeses que auferiam lucro por meio da recepção de visitantes de forma direta, porém, para a nossa surpresa, ao ser questionado sobre o valor que o agricultor cobrava dos visitantes que entravam em sua propriedade para desfrutar de seu pomar, da pescaria no rio, do banho de rio, da sombra das árvores, do acampamento no seu gramado, dentre outras qualidades da vida no campo, o agricultor respondeu que não cobrava valor algum: “Não. Nunca tivemos nem barco pra alugá, nem nada. Eu, pra falá bem a verdade, nem onde tava o pescador nós não vai. A gente não gostava de misturar o sistema do pescador com o nosso.”

Ora, para o turismo, o espaço e o que está contido nele possuem valor de troca – condição necessária para que haja o negócio entre a compra e a venda desse produto. Isso, porém, para o agricultor camponês, não ocorre. O valor de uso o impede de cobrar entrada na propriedade. Para além, a natureza ali contida é dádiva divina, como apontou Woortmann (2004) e a mesma pode ser usufruída por todos. Ainda há a sua afirmação sobre não ter interesse em “se misturar” com os pescadores, o que excluí outra característica própria do agroturismo, que é a interação do proprietário com os visitantes.

³² Em depoimento coletado no mês de julho de 2010. (Duração: 58 min e 10 s).

Para ele, todos podiam entrar e desfrutar de tudo aquilo gratuitamente, desde que fossem indicados por alguém, não sendo visitantes desconhecidos. Segundo o agricultor, os visitantes acabavam levando o queijo, o leite e outros produtos feitos na propriedade, ou seja, poder vender o que ele produzia na propriedade para quem ali viesse passar o fim de semana já valia a visita. Porém só os amigos podiam sentar na varanda e tomar um café feito na hora pela esposa do agricultor. O convite para entrar na varanda para o café é demonstração de confiança e amizade: “Aquele que vinha pescá, por exemplo, nós não misturava. Nós chamá ele aqui nem pra tomá um café aqui, por exemplo, nós não chamava. Só se fosse um cara muito amigo mesmo”³³. Ao questionarmos se ele se preocupava em receber estranhos, o mesmo respondeu que: “Não, não vinha estranho. Vinha os cara que... por exemplo, os cara que vinha de Cianorte: ‘Posso trazer meus amigo lá?’ ‘Se você se responsabiliza por ele, pode trazê.’ ‘Não, esse é amigo meu.’ ‘Então pode trazê’”³⁴.

O camponês afirma que as atividades dos visitantes foram encerradas quando houve a proibição, em função da lei ambiental paranaense, de qualquer atividade às margens do lago da usina no perímetro estipulado. Ao questionarmos o depoente sobre a falta que ele sentia dos visitantes, o agricultor disse que não sentia falta do barulho e da confusão que gerava problemas com seus vizinhos de cerca, que também ficavam incomodados com o fluxo de visitantes, fato esse que destoa da característica marcante do turismo como a circulação ininterrupta de turistas. Ele afirma, contudo, que sente falta dos amigos que iam até a propriedade passar o fim de semana e que sentavam na varanda para tomar um café. Ao contrário dos agricultores camponeses de Iretama, que buscam receber visitantes, o agricultor de Luiziana, que já passou por isso, afirma que não tem interesse algum em repetir essa experiência por meio do turismo.

Ao perguntarmos para o agricultor se ele possui interesse em receber turistas em sua propriedade para conhecer sua horta, seu pomar, as atividades da propriedade como ordenhar as vacas e trabalhar com o gado, recebendo dinheiro para isso, a resposta negativa do agricultor foi rápida e categórica. Para ele receber gente estranha na propriedade não é positivo. O agricultor relata que sua filha e

³³ Em depoimento coletado no mês de julho de 2010. (Duração: 58 min e 10 s).

³⁴ Em depoimento coletado no mês de julho de 2010. (Duração: 58 min e 10 s).

esposa não se sentiriam bem em trabalhar com estranhos observando e que isso também era perigoso nos dias de hoje. Então trabalhar com turismo:

Não! É que, pra começá, digamos assim, se for mexê, vê lá minha minina, mexe com leite lá, ela já não gosta que tem uma pessoa lá perturbando, né. Que perturba, né. Outra coisa, tem uns zóiudo que olha a vaca lá que dá 30 litro de leite por dia, no outro dia ela dá só oito (risos). Aí minha minina não gosta. Mas a gente não, no caso assim, passa um dia pra acampá, ou em otro caso não tem problema né. [...] Trabalhá com gente hoje é problema. Tem gente hoje de educação tudo diferente³⁵

A declaração do agricultor aponta para o incômodo que os visitantes poderiam causar para suas filhas e esposa durante as atividades rotineiras na propriedade. Ocorre que, como assevera Martins (2003), o camponês está voltado para sua família, sua comunidade, voltado para dentro e não para o mundo regido pelas mercadorias. Por esse motivo, o agricultor diz não ter interesse em transformar em mercadoria seu mundo, seu espaço, sua família.

As superstições também têm grande valor para ele, uma vez que muitas pessoas analisando as tarefas do dia a dia, essa interferência poderia diminuir os recursos como a ordenha dos animais. Esses aspectos apontam para os entraves entre o turismo e a ordem moral camponesa, entraves que não permitem o avanço da atividade junto a esses agricultores.

Além dos relatos dos camponeses sobre o turismo como complementação de renda familiar, destacamos as declarações fornecidas pela ex-presidente do COMTUR de Campo Mourão, sra. Isolde S. Tonet³⁶. Em suas afirmações, a sra. Isolde compreende que muitos foram os motivos que se colocaram como entraves para o desenvolvimento da atividade como forma de complementação de renda na região.

Segundo a depoente, desde 2000, ou seja, em mais de dez anos, a atividade cresceu pouco ou quase nada na Mesorregião. Ela afirma que isso está acontecendo porque o envolvimento dos políticos foi um dos entraves que dificultou os trabalhos do COMTUR. Apesar de as políticas públicas, a exemplo do PNMT, pregarem a total separação de interesses políticos em relação às atividades de organização e de planejamento da atividade pelo COMTUR, a influência política era

³⁵ Em depoimento coletado no mês de julho de 2010. (Duração: 58 min e 10 s).

³⁶ Em depoimento coletado no mês de julho de 2010 (Duração: 1 h 23 min e 4 s).

inevitável: “Tanto que, quando mudou o prefeito, esse Conselho se destituiu, porque as lideranças que constituíam o Conselho se desestimularam”³⁷.

Exemplo disso era a utilização do Fundo de Turismo Municipal. O referido Fundo estava destinado à captação de recursos e financiamentos para projetos específicos do setor, apresentados pela iniciativa privada. A entrevistada conta que, muitas vezes, as decisões de políticos, seja do prefeito, seja de secretários e outros, não favoreciam as propostas do COMTUR. Geralmente esse dinheiro era inteiramente investido na Festa Nacional do Carneiro no Buraco, evento gastronômico do município. Essa ideia divergia dos desejos do COMTUR, que possuía projetos para toda região, inclusive aqueles que diziam respeito à atividade como complementação de renda para os agricultores camponeses.

Importante é ressaltar que, dessa forma, os recursos financeiros eram poucos ou quase raros para a criação de uma infraestrutura turística na região. Os projetos turísticos eram financiados, na maioria das vezes, pelos empresários ligados ao setor, os quais possuíam os mais diversos interesses. Aqueles que possuíam alguma vontade em trabalhar com turismo deveriam buscar recursos próprios. Os agricultores camponeses também estavam inclusos nesse quadro de uso de recursos próprios. Por essa questão, a depoente declara que as propostas nesse setor não evoluíram. Uma vez que as dificuldades financeiras dos agricultores já eram grandes em relação à atividade principal da propriedade, quando se tratava de uma alternativa, a exemplo do turismo, era praticamente impossível utilizar recursos próprios. Esse quadro reforça a ideia de Cruz (2006) sobre as divergências políticas em relação ao setor:

[...] o planejamento regional requer a abdicação, por parte dos poderes públicos municipais, de parte de seus projetos individuais em prol de um projeto coletivo, que requer a superação de vaidades pessoais e o desenvolvimento da capacidade de diálogo. (CRUZ, 2006, p. 343).

Além das questões políticas estão às questões ligadas a diferente realidade da região com outras regiões brasileiras com potencial turístico. Nesse sentido, a entrevistada conta que, por coordenação do prof. Jacó, o grupo de interessados que formavam o COMTUR fez uma viagem para o estado de Santa Catarina, para

³⁷ Em depoimento coletado no mês de julho de 2010 (Duração: 1 h 23 min e 4 s).

conhecer as pousadas localizadas na região de Lajes, a fim de compreender como ocorria o turismo no campo daquela região. Isso porque, para o prof. Jacó, se o turismo gerava resultados em Santa Catarina, isso era um indicativo de que, segundo a realidade da região de Campo Mourão, o turismo também poderia ocorrer:

Então a gente foi ver como o Sebrae de Santa Catarina funcionava. Então a gente já percebeu uma diferença gigantesca. Porque, o turismo pra eles é, de fato, um grande negócio, e pra nós, aqui a nossa realidade, tanto que o próprio Sebrae, depois ele começou a converter alguns projetos, alguns cursos e algumas é, treinamentos pra essa área, porque é uma área empresarial. Não existia turismo na nossa região, então porque vai haver capacitação. Então lá era totalmente diferente, eles tem visão de que turismo é um negócio pra Santa Catarina. Então até nisso a gente tinha uma certa dificuldade³⁸.

A falta de força e interesse político, para a ex-presidente do COMTUR, foi somada à cultura dos agricultores camponeses que é muito diferenciada da realidade dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nesses locais, em regiões de clima frio, existem muitas estradas turísticas, de acesso fácil, que possuem pequenas propriedades, uma do lado da outra, e essas propriedades são organizadas com muitas flores, com os animais presos para não agredirem as plantas e o gramado bem cuidado.

É preciso considerar a especificidade da realidade da região de Campo Mourão. Considere-se, em primeiro lugar, que sua colonização, como apontado anteriormente, foi promovida de maneira heterogênea por três frentes de ocupação distintas: os colonos do sul, os fazendeiros de Guarapuava e os nortistas (mineiros, paulistas e outros), que deram tal característica para a região. Em segundo lugar, a modernização da agricultura que avançou nesse território e, posteriormente, isolou as pequenas propriedades em sua maioria em regiões de morros e colinas. Nesse sentido, as propriedades dos camponeses ficaram muito isoladas, com estradas de acesso restrito, além de não serem propriedades organizadas como aquelas do sul.

Em muitas propriedades da região, por exemplo, os animais, como as galinhas, criadas soltas na propriedade, não permitem o surgimento de muitas flores e o avanço de um gramado bonito. Nesse sentido, essas propriedades não possuem

³⁸ Em depoimento coletado no mês de julho de 2010 (Duração: 1h 23 min e 4 s).

a mesma beleza para encantar os turistas, bem como não têm acesso fácil, conforme os relatos da ex-presidente do COMTUR e como observamos na propriedade do agricultor de Luiziana.

Nesse sentido, a ocupação heterogênea da região, somada ao avanço da modernização da agricultura organizaram a paisagem de forma diferente das propriedades localizadas em Lajes, por exemplo, local em que o prof. Jacó promoveu a viagem com os interessados no turismo da região. Apesar do discurso em utilizar as características físicas da Mesorregião e a permanência das propriedades camponesas que resistiram ao processo de modernização da agricultura para o turismo, muitos impasses se colocam para que ele ocorra. As divergências políticas, os entraves financeiros, a conformação da paisagem regional (resultado de sua ocupação heterogênea) e a ordem moral do campesinato impedem o avanço da atividade com a participação camponesa, em que a mão de obra local só participa do processo de avanço do turismo regional quando está trabalhando assalariada nos empreendimentos turísticos existentes, diferentemente do agroturismo citado por Graziano da Silva (1998).

3.2 EMPRESAS TURÍSTICAS: SIMULAÇÕES DO MODO DE VIDA E PRODUÇÃO CAMPESINA

Como um dos desdobramentos do capitalismo, o turismo proporciona seu avanço no campo. Exemplo disso é a produção do espaço pelo e para o turismo, comercializado como mercadoria para quem pode fazer uso dela. Essa noção sobre o uso do espaço como mercadoria, que é produzido e artificializado, está baseada no conceito de simulacro definido por Baudrillard (1991), que trata, sobretudo, da confusão entre realidade e ilusão, o espetáculo.

A partir dessa ideia, Carlos (1999) desenvolve reflexões e trata da criação de espetáculos produzidos a partir de outras realidades para a comercialização desses espetáculos nas atividades turísticas. Para a pesquisadora, nesse sentido, há uma dissociação entre espaços onde se realiza a vida cotidiana e espaços de lazer, imaginários, produzidos, sonhados, os não lugares:

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. (CARLOS, 1999, p. 28).

Nessa perspectiva, ao contrário do lugar onde a vida acontece, o não lugar produzido pelo turismo é artificial, criando um mundo fictício, como propõe a autora. É o mundo da ilusão, em que o espaço é o palco, o cenário onde ocorre o espetáculo que metamorfoseia a realidade, apresentado para uma multidão alienada e fascinada pelas representações, que são um misto de realidade e ilusão, um simulacro, a simulação, diferente do fingimento, da imitação.

O turismo na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense avança com a utilização das representações do modo de vida e produção camponesa, como simulação, a ser comercializada por meio das atividades turísticas. A produção de não lugares, que transforma em mercadoria tais representações, configura o turismo regional. Esse quadro foi constatado ao analisarmos os empreendimentos turísticos já consolidados e divulgados pelos órgãos responsáveis pela atividade nas escalas locais, estaduais e federal.

Foram detectados quatro empreendimentos turísticos na região, por meio da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná e da RETUR. Tais órgãos são responsáveis pelo setor, e promotores das políticas públicas, que buscam o fortalecimento regional, e de seus atores sociais, por meio do turismo. As empresas turísticas são divulgadas por esses órgãos em seus fôlderes promocionais, nos mapas turísticos, nos *sites* de divulgação da atividade, entre outros meios, por se tratarem de empresas do ramo, regularmente cadastrados na EMBRATUR.

Nesse sentido, observamos tais empreendimentos, todos localizados no campo da região dos municípios de Campo Mourão, com o objetivo de identificar a presença do camponês, atestando o avanço da atividade turística com a

participação desses atores sociais no espaço pesquisado. O que encontramos foi, porém, a representação de seu modo de vida e produção, sem que, ao menos, o mesmo camponês estivesse presente.

Essa afirmativa é reforçada por meio das informações coletadas nos espaços pesquisados, os quais são: Hotel-Fazenda Água Azul, no município de Farol; Pousada A Fazendinha, em Campo Mourão; Pousada Parque das Gabirobas, em Roncador; e o Thermas de Jurema Resort Hotel, em Iretama.

A atividade turística que ocorre no Hotel-Fazenda Água Azul se dá em uma antiga fazenda de café, propriedade que acompanhou o avanço dos cafezais no norte paranaense. As atividades de lazer vão de passeios em meio à natureza preservada até momentos de recreação, que se constituem em representações da vida no campo vividas pelos colonos que ali passaram.

Cabe entender, a respeito, que, na época da produção de café, famílias de colonos trabalhavam na lavoura e residiam em pequenas casas dentro da fazenda. Cada família possuía uma pequena horta e um cercado para a criação de animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, conforme relata a proprietária entrevistada³⁹. As construções rústicas, que abrigaram a chegada da água encanada, eram extremamente simples, capazes de abrigar apenas a vida simples dos colonos. A parte externa das casas foi mantida o mais próximo do original, porém o gramado florido substituiu as hortas. Pinturas e reparos foram acrescentados para uma apresentação agradável aos olhos do turista, como é possível verificar na Fotografia 10:

³⁹ Em depoimento coletado no mês de março de 2010. (Duração: 1 h 45 min e 35 s).



Fotografia 10: Antiga casa de colonos adaptada para turistas
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Março de 2010.

Ocorre que essas adaptações não ficam apenas do lado de fora. Para melhor receber os turistas, hoje as antigas casas de colonos possuem chuveiro elétrico, quartos confortáveis com ar-condicionado, frigobar e televisão, como ilustrados na Fotografia 11. Somadas a esses aparelhos, que garantem conforto e aproximação das urbanidades, conforto que os turistas provenientes da cidade não dispensam, aparecem então as representações que revivem a vida dos colonos que se passava ali e reforça o espetáculo do modo de vida camponês. A casa de madeira, o fogão a lenha, dentre outros, confundem-se, portanto, nesse cenário. A respeito disso, compreendemos que:

Ao apropriar-se de espaços rurais, tais como de cidades e de áreas naturais, o turismo impõe a sua lógica de uso desses espaços e, a despeito dos conflitos que possam surgir desse processo, a prática turística promove, em geral, a reorganização desses espaços para que ela possa acontecer. [...] Em função de um uso turístico, esses espaços podem receber infra-estruturas relacionadas à hospedagem e à reestruturação, bem como infra-estruturas de suporte ou de apoio ao visitante. [...] Mais do que inserir objetos nesses espaços, o turismo também se apropria de objetos preexistentes, mudando seus significados. (CRUZ, 2001, p. 20).



Fotografia 11: A produção do espaço para o turismo
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Março de 2010.

Assim, nesse quadro, as representações das ruralidades e das urbanidades se misturam. Isso provoca o distanciamento da realidade e a aproximação dos sonhos, ao mesmo tempo em que dificulta ao turista a identificação do que é real e o que é ilusão. A produção do espaço é fonte para atrair turistas em busca do encontro com as representações rurais. Produz-se o espaço para garantir conforto e proximidade com uma realidade que não está mais contida ali e que agora se encontra em forma de espetáculo.

Para além de empreendimentos turísticos, como o da Fazenda Água Azul, que baseia as atividades turísticas em sua história com os colonos, existem os empreendimentos que nada têm de rural, a não ser o entorno, que são produções do espaço criadas exclusivamente para o turismo, em que se institui uma ideia de “[...] reconhecimento do lugar, mas não o seu conhecimento, reconhecem-se imagens antes veiculadas, mas não se estabelece uma relação com o lugar, não se descobre o seu significado” (CARLOS, 1999, p. 31).

A exemplo disso, citamos a Pousada A Fazendinha, em Campo Mourão. A depoente explica que a família possuía uma chácara de cinco alqueires e, em viagem para Fortaleza, no Ceará, conheceram um pequeno sítio que, nas palavras da entrevistada, tinha “cinquenta metros de frente por seis de fundo”⁴⁰. A partir

⁴⁰ Em depoimento coletado no mês de março de 2010. (Duração: 31 min e 58 s).

desse momento a proprietária batizou a sua chácara de Fazendinha, uma vez que, se um lote tão pequeno no Nordeste era um sítio, sua chácara era uma “fazendinha”.

Em ocasião de recebimento de uma família de São Paulo para se hospedar no local, os hóspedes relataram sobre a grande quantidade de pequenas propriedades paulistas que trabalhavam com o turismo. Assim, a proprietária da Fazendinha viu, naquele momento, uma oportunidade de negócio. Foi então que, juntamente com o prof. Jacó Gimenes, os donos da chácara realizaram a viagem para a região de Lajes, anteriormente relatada pela a ex-presidente do COMTUR, e conheceram a atividade turística que se realiza no campo. A partir desse momento, os proprietários decidiram transformar a chácara em empreendimento turístico, que foi inaugurado em 1998.

Em função do empreendimento, toda a chácara foi reorganizada. Até mesmo a recomposição da mata foi produzida para o consumo do turista. Os apartamentos, o restaurante, a adega, a piscina, enfim, toda a infraestrutura que existe hoje ali, e que com o tempo foi melhorada, nada tem de relação com as ruralidades, a não ser a localização no campo. A Fotografia 12 ilustra o que estamos falando. Isso reforça as idéias de Carlos (1999) sobre as questões relacionadas à produção de não lugares para o turismo, pois a estrutura (com piscina, cascata, passarela) foi constituída por novas construções produzidas apenas para a atividade turística.



Fotografia 12: Infraestrutura de piscina construída para os turistas

Autoria: Juliana Carolina Teixeira

Data: Março de 2010.

Toda essa infraestrutura, que comercializa conforto, deve estar ligada, é claro, às simulações da vida no campo, pois, afinal, o produto (o cenário a ser consumido) são as representações rurais. Nesse sentido, não podem faltar na estrutura os cavalos, o passeio de charrete, os gansos ao lado do lago, dentre outras representações que aproximam o hóspede da vida no campo. Para além disso, foi possível ainda observar simulações de outras realidades, já postas ainda como simulações, que estão representadas na adega existente na Fazendinha.

A adega para a degustação de vinhos reproduz o turismo que ocorre em estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em que a cultura da produção de vinhos é característica marcante dessas regiões. Nesse sentido, na (re)produção do turismo no campo, “[...] há uma tendência à homogeneização das atividades ofertadas ao turista, as quais passam pela cultura de imigração, produção de uvas e fabricação de vinhos, queijos e geléias, além dos espaços capitalizados” (SANTOS, 2009, p. 8). Assim, a adega de vinhos, na pousada, segue comercializando, de forma homogênea, a cultura de colonos do sul, os quais participaram da colonização da Mesorregião Centro-Ocidental, mas que não avançaram com a produção de uvas na região em grande escala, pois as características climáticas, dentre outras, tornaram a região imprópria para esse cultivo.

Ainda, o café colonial servido nos empreendimentos pesquisados também é um exemplo claro da mercantilização de uma tradição camponesa. Sobre isso, Woortmann (2006), ao tratar dos simbolismos dos saberes tradicionais camponeses, lembra que os modos da comensalidade camponesa ganham novas formas para a atividade turística. O sistema antigo de se alimentar, se refere a uma alimentação pesada para o trabalho camponês, e hoje ela está presente nos cafés coloniais para os turistas, uma vez que:

O turismo como a migração para áreas urbanas de descendentes de colonos fizeram com que a comida tradicional passasse por uma certa sofisticação. É o caso do chamado *café colonial*, hoje parte do roteiro turístico-gastronômico do Vale do Rio dos Sinos e da Serra Gaúcha. Hoje existem vários restaurantes – como o já referido *Wolf* – de renome nessa região, que servem a *comida colonial*, isto é, aquela do *sistema antigo*, para turistas e para ex-colonos urbanizados. (WOORTMANN, 2006, p. 68).

A produção do espaço para o turismo, com as representações tangíveis ou intangíveis nele contidas, são respostas às expectativas de uma demanda

crescente. Na pousada Parque das Gabirobas, além do café colonial, dentre outros confortos que remetem ao simbolismo do modo de vida camponês, é possível encontrar outras produções que respondem às suas exigências, as quais são reflexos da vida urbana. Sobre isso, temos as construções, as quais não permitem que o mesmo tenha o desconforto de entrar em contato com o barro localizado às margens do rio. Fizemos essa constatação ao nos depararmos com o calçamento na Pousada que margeava o rio, estruturado para os turistas.

Dentre várias das atividades que podem ser realizadas no local, o boia-cross é uma delas. O boia-cross consiste na descida de um rio em cima de uma boia grande, que pode ser uma boia própria para atividade ou uma câmara de pneu de caminhão. A trilha para se chegar às margens do rio, para a realização da atividade, é totalmente calçada, o que permite ao turista maior conforto, e menor incômodo, como discutido por Candiotto e Corrêa (2007), em que o desejo de retorno ao campo é esperado pelos cidadãos, mas sem seus inconvenientes. Assim, na pousada não é preciso pisar no barro para se chegar ao rio e praticar o boia-cross, como pode ser visualizado na Fotografia 13:



Fotografia 13: Calçamento para chegar às margens do rio
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Março de 2010.

Ao mesmo tempo, porém, em que o calçamento não permitia o contato com os inconvenientes da natureza, o reencontro com ela é imprescindível para turistas que buscam empreendimentos localizados no campo. Essa necessidade pode ser

verificada na quantidade de redes para descanso postas, em meio às árvores e flores na propriedade, denunciando a busca por um lugar calmo, silencioso, tranquilo, de ar puro, para se descansar e até mesmo dormir, sem compromisso algum. Nesse sentido, o turista paga não só pela estrutura física, mas por todas essas representações abstratas que o campo pode proporcionar, como demonstra a Fotografia 14:



Fotografia 14: Descanso em meio à natureza
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Março de 2010.

O reencontro com a natureza coloca-se como tônica nas visitas aos empreendimentos rurais realizadas pelos turistas. É preciso compreender, como asseverou Endlich (2009), que a revalorização da natureza ocorre a partir de uma perspectiva urbana. A visita ao campo é tida como um retorno ao ambiente natural do mundo rural na sociedade moderna. Para Santos (2006), a natureza é, porém, um valor, na medida em que é valorizada em função da história, tornando-se assim um valor social. Nesse sentido, Santos (2006) compreende que o campo tem sofrido inúmeras modificações que gradativamente o artificializam. Assim, a apropriação de uma paisagem artificializada, mas tida como natural, torna-se mercadoria para o turismo, que traz a ideia de um mundo rural natural, proporcionando um reencontro com a natureza, porém o campo hoje é um espaço cada vez mais modernizado e artificializado.

Sobre esse aspecto, e os demais tratados anteriormente, dentre todos os empreendimentos pesquisados, aquele que mais se destacou foi o Thermas de Jurema Resort Hotel, em função de sua grande artificialidade. A referida empresa trata-se de um *resort*⁴¹, portanto, mais uma “bolha” produzida pelo turismo. Como, porém se trata de um empreendimento turístico localizado no campo e, além disso, situado no município de Iretama, um dos municípios em que agricultores camponeses buscam a atividade turística como fonte complementar de renda, assinalando uma possível viabilidade para o turismo na região, observamos sua realidade.

A pequena estrada que leva para o empreendimento possui, nas margens das inúmeras curvas de seu trecho, pequenas propriedades rurais, uma ao lado da outra, em que é possível identificar o gado leiteiro pastando nos morros, os trabalhadores rurais em suas atividades rotineiras, dentre muitas outras características próprias do campo. Logo na entrada do distrito localiza-se uma grande loja de souvenirs para turistas, que aponta para a realização da atividade no local.

A localidade de Águas de Jurema é mais um dos distritos e municípios que sofrem com os índices de pobreza e baixo desenvolvimento humano, porém o êxodo rural, gradativamente, começa a ser revertido em função das vilas rurais⁴² e dos assentamentos que foram instituídos no município de Iretama, conforme relatos do sr. Aparecido José da Silva⁴³, diretor do Centro de Produção do município.

Passando pelo distrito, é possível apreender, por meio de uma breve observação da paisagem, o contraste entre o distrito e o empreendimento localizado em suas imediações. Ao entrar no Thermas de Jurema Resort Hotel, é possível se deparar com uma ponte de estrutura nova e de arquitetura moderna, muito diferente da precária ponte municipal que leva os turistas até o distrito. Em contraposição a

⁴¹ Conforme Cruz (2001), os *resorts* são empreendimentos de alto padrão, que proporcionam modernidade e conforto para os turistas, com inúmeras atividades, em uma estrutura completa em que não há necessidade de o hóspede deixar o empreendimento. Nesse sentido, não é preciso ter contato algum com a vida cotidiana que se passa no exterior do empreendimento. Por esse motivo, tais equipamentos turísticos são conhecidos como “bolhas”.

⁴² “As Vilas Rurais paranaenses surgiram em 1995, de um projeto de ação do governo estadual, objetivando amenizar o movimento migratório campo-cidade. Este modelo de assentamento rural/urbano foi implantado, sobretudo nas regiões em que o processo de tecnificação agrícola apresentou-se mais intenso no Paraná” (ANDRADE, 2005, p. 17).

⁴³ Em depoimento coletado no mês de março de 2010 (Duração: 39 min e 50 s).

propriedade da família de Luiziana, em que os visitantes entravam livremente no local, em função da característica do empreendimento, os turistas devem ser identificados e anunciados na portaria do *resort* para entrar. A grande estrutura denunciava o luxo e o requinte do local, cuidadosamente preparado para os hóspedes. Na Fotografia 15 é possível observar, em parte da estrutura do *resort*, um dos apartamentos para a recepção dos hóspedes contrasta com a pequena estrutura de banheiros criada pela família camponesa em Iretama, apresentada anteriormente.



Fotografia 15: Estrutura parcial do Thermas de Jurema Resort Hotel

Autoria: Juliana Carolina Teixeira

Data: Março de 2010.

Sabe-se, porém, que o empreendimento nem sempre possuiu a estrutura que pode ser observada hoje. O Thermas de Jurema começa sua história com a compra da propriedade e sua precária estrutura no distrito, conforme os relatos da ex-presidente do COMTUR, sra. Isolde S. Tonet⁴⁴, que acompanhou a história, do que hoje é uma empresa turística. Na década de 1970, o proprietário Delcídes Constantino Miguel e sua esposa Jurema Pompeo, compraram a propriedade, já sabendo de suas águas quentes, para implementar a atividade turística no local. Durante muitos anos foi extremamente difícil trabalhar com essa nova atividade, isso

⁴⁴ Em depoimento coletado no mês de Julho de 2010. (Duração: 1 h 23 min e 4 s).

em função da falta de energia elétrica, da precariedade das estradas rurais, dentre outras dificuldades.

A família, que atua no ramo da construção civil, durante quase vinte anos investiu recursos próprios na atividade e, aos poucos, reverteu a situação negativa em resultados positivos. A reconstituição da mata, que havia sido devastada pelos “safristas” que plantavam milho no local para a criação de porcos, foi aos poucos sendo realizada, a instalação de motores para a geração de energia elétrica também foi implementada na propriedade, dentre outras melhorias.

A sra. Isolde S. Tonet conta que um dos pontos negativos do empreendimento ter crescido tanto foi o fim da sensação de acolhimento no local. Segundo seus relatos, era extremamente acolhedor quando os proprietários e seus familiares passavam determinado período na propriedade e recebiam com a família seus hóspedes. Atualmente, os filhos do casal fundador do *Thermas* são os proprietários e responsáveis pelo empreendimento. Mas ao contrário do agroturismo, em que o camponês está sempre na propriedade acompanhando os turistas durante as atividades no local, nenhum dos familiares do *Thermas* se encontra frequentemente em meio aos hóspedes, mas sim trabalhando nos escritórios do *resort*. Uma equipe de profissionais da área, entre eles turismólogos e administradores, gerencia o *resort*, apontando para a descaracterização ocorrida no espaço em função do turismo, como já colocado anteriormente, em que “[...] os territórios são meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo” (CORIOLANO, 2006, p. 370).

Esse quadro aponta que esse tipo de ocorrência pode trazer um número cada vez maior de proprietários que não residem no local, que adquirem propriedades no campo para trabalhar com o turismo. Ou ainda, quando o proprietário é local e se utiliza do turismo como alternativa, pode ocorrer a descaracterização da atividade ao passo que o turismo se torne a atividade principal do produtor e as atividades agropecuárias acabem sendo deixadas de lado, como afirmou Tulik (2004).

O *resort*, preparado e estruturado em cada canto, em cada detalhe, se transforma no que Baudrillard (1991) chamou de espetáculo, ao tratar das questões relacionadas ao simulacro. Carlos (1999) utiliza esse conceito ao refletir sobre o turismo e afirma que o mesmo “[...] transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o ‘espetáculo’” (CARLOS, 1999, p. 26).

Esse cenário para o espetáculo mistura e confunde em um mesmo espaço o novo e o antigo, o moderno e o atrasado, o sofisticado e o rústico, sinalizando mais uma vez para a confusão, o misto da realidade e da ilusão, o simulacro. Nesse sentido, o turista, ao entrar no *resort*, localizado no campo, tem a possibilidade de deixar para trás, ao atravessar a ponte do hotel, a pobreza e os inconvenientes do campo, localizados no distrito de Águas de Jurema, uma vez que, “O turismo assim concebido reduz-se ao espaço físico do lugar, como se cada lugar não tivesse uma história social e não fosse mesmo um espaço social” (CRUZ, 2001, p. 99).

É possível entrar em um mundo ilusório, criado especialmente para o espectador, em que o mesmo tem a possibilidade de desfrutar de uma piscina com a mais moderna estrutura, como demonstra a Fotografia 16:



Fotografia 16: Estrutura da piscina com bar do Thermas de Jurema Resort Hotel
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Março de 2010.

E, ainda, é possível andar de charrete, que retrata os usos da mesma e do cavalo, que apesar de ainda servirem como meios de transporte e trabalho para muitos trabalhadores rurais, agora são utilizados para o lazer, dando sentido de um retorno ao antigo, ao passado em descompasso com estrutura moderna da piscina. Ocorre, porém, que o calçamento limpo, ainda molhado, que acabou de ser lavado, denuncia, mais uma vez, que essa visita ao campo não é realizada com os

inconvenientes desse espaço, como já colocaram Candiotto e Corrêa (2007). A calçada limpa impede que os turistas sujem os pés com o barro que por ventura pudesse estar lá, como retratado na Fotografia 17:



Fotografia 17: Charrete preparada para receber turistas
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Março de 2010.

O consumo do modo de produção e vida camponesa se faz nesse local, sem que sua presença do modo camponês seja necessário, a não ser como camponeses agora proletários do turismo, contratados pelos empresários do ramo. É possível andar de charrete e de trator, pescar, colher frutas no pomar, verduras e legumes na horta, os quais representam a lida no campo, o modo de produzir e viver do camponês. Exemplo do que estamos falando é a horta do *Thermas de Jurema Resort Hotel*, ilustrada pela Fotografia 18. A típica horta camponesa, em que as verduras e os legumes crescem em meio ao mato, para evitar sua destruição pelas pragas, é reproduzida no *resort* e tratada pelos funcionários do hotel, agora camponeses proletários do resort.

Sobre isso, observamos que é possível encontrar um morador da região exercendo uma função em quase todas as atividades do hotel. Em entrevista⁴⁵, o gerente do hotel afirmou que são empregados para trabalhar no local numerosos moradores do distrito de Águas de Jurema e da região. Inclusive, muitos deles, são

⁴⁵ Em depoimento coletado no mês de Março de 2010. (Duração: 1 h 12 min e 13 s).

provenientes de assentamentos e outras propriedades rurais localizadas próximas ao empreendimento. Tais funcionários ocupam funções dentro de escritórios, na recepção e também em trabalhos externos relacionados ao cuidado com os animais, com a horta, com o pomar, com os passeios. Em contraste, alguns cargos de maior responsabilidade são delegados a pessoas de fora, como é o caso do gerente do *resort*, que é proveniente de Curitiba. Esse caso nos remete a Froelich (2000), o qual traz questionamentos a respeito do turismo, quando afirma que esse turismo lança sobre a comunidade local apenas os respingos de seus resultados.



Fotografia 18: Horta do Thermas de Jurema Resort Hotel
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Março de 2010.

A horta, retratada na figura acima, o pomar, entre outras representações, remetem os turistas a vida no campo e reproduzem a propriedade do agricultor de Luiziana, citada anteriormente. Seus costumes em produzir alimentos e o modo como vive estavam todos simulados naquele local. Sua imagem virtual estava lá, mesmo sem que ela fosse de fato necessária. O cantinho do chá, local em que os turistas visitam uma horta de plantas medicinais e sentam para tomar um chá na volta do passeio de trator, está associada ao café na varanda do camponês de Luiziana. Apesar da extrema organização do local, muito bem preparada para os olhos do turista, apesar dos funcionários que ali estavam trabalhando para servir os hóspedes, marcando o descompasso entre tempo e espaço de trabalho e tempo e espaço de lazer, o cantinho do chá reforça os costumes camponeses exemplificados

pelo café na varanda do agricultor, que recebe seus amigos com sua família para confraternizar e demonstrar confiança.

Sentar para uma conversa, com um café na cozinha, comendo um biscoito, um queijo, um pão caseiro, ou qualquer outro produto, fruto do próprio trabalho camponês, faz parte de seu modo de vida, que acolhe os amigos e demonstra confiança. O chá no *resort* remete a esse modo de vida, em que o chá, após o passeio em um fim de tarde, trouxe aos turistas um momento de nostalgia, em que os mesmos sentaram nas mesinhas preparadas para o chá e recordaram das plantas medicinais que suas avós buscavam na horta para tratar inúmeros tipos de problemas de saúde.

Além das plantas medicinais utilizadas para o chá, muitos dos produtos consumidos ali são produzidos no próprio *resort*. A carne de pequenos animais, o leite, as frutas, as verduras, até mesmo os doces das compotas são fruto da propriedade. O gerente do hotel nos apresentou muitos pontos do *resort* em que é possível degustar tais produtos, a exemplo da adega, que comercializa queijos, salames, doces em compota, todos produzidos no local. O gerente⁴⁶ do *resort*, ao explicar que tudo era produzido ali e pouca coisa vinha de fora, leva a reflexão sobre a real possibilidade de o agricultor de Iretama, que mora próximo ao Thermas, levar os turistas para fora do *resort* e consumir o leite e o queijo em sua propriedade, como o mesmo declarou ter interesse em entrevista.

Uma vez que o *resort* produz tudo em sua propriedade, que todas as comodidades e facilidades estão ao alcance das mãos dos turistas no próprio *resort* e as únicas paradas fora do empreendimento são as lojinhas de souvenirs próximas ao hotel, únicos lugares em que alguns grupos de hóspedes param no distrito, de que forma os turistas vão chegar a esse agricultor de Iretama?

O turista hospedado em um *resort* não tem a necessidade de sair do empreendimento, embora possa fazê-lo a qualquer momento. A estratégia para manutenção do hóspede no interior do *resort* inclui entretenimento 24 horas por dia e isolamento espacial. Quer dizer, vários desses complexos hoteleiros estão localizados em trechos de praia ou outros pouco ou nada urbanizados e seus entornos não têm outra coisa a oferecer ao turista além da natureza. Mas natureza também é um produto oferecido pelo *resort*. Por que sair, então, do paraíso? (CRUZ, 2001, p. 89).

⁴⁶ Em depoimento coletado no mês de Março de 2010. (Duração: 1 h 12 min e 13 s).

Tudo está pronto e produzido no *resort*. Até mesmo a produção de leite, maior atividade realizada pelos agricultores camponeses no município, é reproduzida no hotel, em um pequeno laticínio. Haveria, assim, interesse dos turistas em andar quilômetros para visualizar algo que já está produzido ali? Isso porque, no hotel, é possível realizar um passeio de trator para chegar até a ordenha e conhecer o processo de criação do gado leiteiro.

Observamos a grande movimentação e empolgação dos turistas em contato com um desses passeios. Ao chegarem à ordenha, um dos turistas pediu para que o motorista não parasse em terreno barrento. Assim que desceram do trator, o qual possuía uma extensão para levar os turistas em local coberto, com bancos estofados, se depararam com um funcionário que preparava os animais para sua chegada.

Eles eram muito bem limpos e suas patas traseiras foram amarradas para que, durante a ordenha, nenhum turista sofresse ferimentos. Assim que eles estavam prontos, os hóspedes eram convidados a praticar a ordenha. Todos se aglomeraram em volta dos animais e, em sequência, de forma rápida, iam se posicionando um a um, para tirar fotos. A tônica do momento era a pose para a foto, em que os mesmos simulavam a ordenha. Era tudo muito rápido, enquanto um deles posicionava a máquina, outro se colocava no melhor ângulo para a foto. Esse momento era o momento de simular uma das atividades vividas pelos camponeses, o ato de retirar o leite para o próprio consumo, para auferir renda à família, em que a presença do próprio camponês não se fazia necessária. Em segundo plano, o funcionário do *resort* retirava leite para o consumo dos hóspedes no hotel, como retrata a Fotografia 19:



Fotografia 19: Pose simulada para foto
Autoria: Juliana Carolina Teixeira
Data: Março de 2010.

Nesse mundo de simulações se divertiam os turistas em um passeio muito rápido, consumido com hora marcada. O empreendimento produzia o espetáculo e, os visitantes aceitavam o lugar de espectadores. O tempo ali não era o tempo da vida cotidiana, o espaço onde se dá a vida. Era um não lugar, de não identidades, um local produzido, o qual confundia realidade e ilusão, um local de simulação do modo de vida e produção camponês. Para Froelich (2000), o turismo que ocorre no campo:

[...] indica uma demanda turística particular e um fenômeno incomum até há pouco: a valorização como atração/espetáculo de uma situação social e de uma atividade, a 'agricultura tradicional', consideradas como atraso e arcaísmo pelo discurso de modernização da agricultura, o qual se propunha a eliminá-la, (FROELICH, 2000, p. 6).

Ocorre que a produção de todo esse espetáculo, de toda a infraestrutura para reorganizar o espaço a ser consumido é resultado de uma exigência da demanda turística. Sobre isso, o proprietário do Parque das Gabirobas ressalta que toda a estrutura implementada em seu empreendimento é uma resposta às exigências de seus clientes. Tudo isso demanda recursos e investimentos que apenas aqueles que os possuem podem estruturar um bom local para a recepção de turistas. Na mesma entrevista, o proprietário ressalta que todo o empreendimento é proveniente de recursos financeiros próprios. O empresário explica que, apesar da competência de

muitos dos funcionários da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, a burocracia das políticas públicas, por exemplo, dificulta o carreamento de recursos para desenvolver o turismo em pequenas propriedades. Dessa forma, utilizar recursos próprios é a melhor forma de implementar a atividade, isso porque, para ele:

[...] o máximo que você consegue é um material, né, compartilhado, fôlder, uma revista nada de primeira grandeza. Mas o Paraná é dividido em dez regiões turísticas. Quem é que é os dodói: a região metropolitana, os municípios lindeiros e o litoral. Ali você tem material bonito. Vê se a região sul aqui, a instância de governança que congrega é Guarapuava, Pitanga, Santa Maria, veja se alguém liga pra isso. A nossa, noroeste aqui, por causa do professor Jacó Gimenes que é um batalhador, né. Nós até fomos bem conceituados porque fizemos uma avaliação aqui das instância como é que tava funcionando. A nossa ganho no setor área de network foi a melhor, a mais divulgada, a rede funciona, mas se você quisé um projeto pra fazer qualquer evento, nossa, a burocracia é tão grande e o dinheiro é tão poco.⁴⁷

A declaração do empresário esclarece dois pontos. O primeiro refere-se à questão da necessidade de possuir recursos para estruturar a atividade e, nesse caso, se não há recurso próprio, uma vez que as políticas públicas não conseguem atingir seu público, não há como implementar a atividade, conforme exigem os turistas. O segundo ponto diz respeito à seletividade das políticas públicas, que formatam produtos turísticos em regiões já bem desenvolvidas. Nesse sentido, as regiões mais pobres são relegadas a segundo plano, evitando a utilização do setor como fator de desenvolvimento para elas, como asseverou Cruz (2006) ao tratar das políticas públicas para o turismo no país.

Anteriormente, apontamos, por meio dos estudos de Doretto et alii (2003), que a região central do Paraná é uma das regiões mais pobres do estado. Municípios da Mesorregião Centro-Ocidental estão localizados nessa área e aqueles que não estão também possuem altas porcentagens de pobreza. A afirmação de que a Secretaria de Estado do Turismo do Paraná privilegia regiões mais desenvolvidas e deixa para segundo plano as regiões pobres coloca em xeque o discurso estatal em desenvolver porções do território por meio do turismo e, em consequência, seus atores sociais.

⁴⁷ Em depoimento coletado no mês de fevereiro de 2010 (Duração: 1 h e 58 s).

Uma questão que se coloca, então, é como resolver o seguinte paradoxo: o turista quer segurança, tranquilidade, paz para desfrutar de seu tempo livre; o turista quer diversão, não deseja ser incomodado com problemas, sejam estes de que natureza for; como oferecer ao turista aquilo que não se tem a oferecer? Como os países pobres podem manter ou melhorar sua atratividade turística com os latentes conflitos sociais que os afligem? (CRUZ, 2001, p. 99).

Conforme Cruz (2001), nesse sentido, o confinamento de turistas nesses empreendimentos é a única solução encontrada por seus empresários, tanto na esfera pública quanto na privada. Para a autora, as mudanças nas estruturas sociais são a única forma de reversão desse quadro e o turismo não possui esse poder. Nesse sentido, o agroturismo, proposto como alternativa de renda para agricultores camponeses, segundo Graziano da Silva (1998), não avança na Mesorregião Centro-Ocidental, mas, sim, em empresas do ramo turístico.

Muito embora existam na Mesorregião projetos como a Rota dos Morros & Colinas e que órgãos como a RETUR, além de outras atividades, busquem apoio de políticas públicas que vão da escala federal à municipal, como citamos anteriormente, o turismo regional avança apenas com os empresários que possuem condições financeiras e técnicas para tal. Os empreendimentos turísticos, localizados no campo da Mesorregião, seguem por meio de empresários do turismo, simulando o modo de vida camponês e sua produção em um misto de modernidade e de rusticidade, com boas estruturas, para atrair uma demanda cada vez mais ávida pelas representações do bucólico mundo rural, presente em seus imaginários, que, muitas vezes, mais nada possuem de rural, de natural, ou seja, são os simulacros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função do avanço da urbanização de forma crescente, as ruralidades vão sendo revalorizadas. Além disso, o processo de modernização da agricultura trouxe consequências para áreas rurais, como a concentração fundiária e o êxodo rural. Dessa forma, o desenvolvimento desigual no campo, com áreas rurais mais pobres e áreas rurais mais ricas, faz surgir um quadro em que os atores sociais das áreas menos favorecidas buscam alternativas para seu fortalecimento.

Nesse sentido, com a revalorização das ruralidades, o turismo começa a ser citado como atividade alternativa para agricultores camponeses, afirmando-se que de muitas maneiras pode auxiliar no desenvolvimento de regiões pobres. Nesse quadro se coloca a Mesorregião Centro-Ocidental. Em função de suas características físicas, de morros e colinas, da resistência camponesa na mesma e do baixo índice de desenvolvimento humano, o turismo começa a ser citado como possível solução, como vetor de desenvolvimento gerando emprego e renda para sua população.

Vimos, porém, que para a realização da atividade, estruturas especializadas são implantadas para receber uma demanda cada vez mais exigente e, além disso, a atividade está baseada nas relações de compra e venda desses espaços. Essas observações apontam para os entraves que se colocam como impedimento para o avanço da atividade junto aos agricultores camponeses na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense.

Nesse sentido, compreendemos que as dificuldades relacionadas aos recursos financeiros, impedem que muitos agricultores camponeses aloquem uma estrutura capaz de receber hóspedes de maneira satisfatória. A partir do esforço para construir os simples banheiros pela família de agricultores em Iretama, compreendemos que a necessidade de implantação de uma infraestrutura básica exige recursos que os camponeses, muitas vezes, não possuem. E, ainda, a criação de uma estrutura precária pode comprometer a atividade realizada naquele local.

Para buscar, dentre outros objetivos, amenizar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos agricultores camponeses que desejam trabalhar com o turismo, o Estado cria as políticas públicas específicas para esse setor. Porém, em função da extrema burocracia, dos gargalos existentes, como a falta de informação sobre a

existência e o papel das mesmas, dentre outros aspectos, impedem a condução desses recursos para a implantação da atividade turística nas propriedades camponesas.

Outro aspecto está relacionado às questões políticas na região. Por muitos motivos, os interesses políticos e as vaidades pessoais impedem que muitos projetos para desenvolver o turismo regional avancem. A instabilidade de cargos políticos relacionados à atividade não possibilitam a continuidade desses projetos, questão assinalada pelo sr. Aparecido José da Silva, que aponta para a importância de cargos estáveis por meio de concursos públicos para o setor. É preciso também, que os interesses individuais sejam suprimidos por um interesse maior, o desejo coletivo, que beneficie a todos. Esse quadro foi apontado pela sra. Isolde S. Tonet, quando tratou a respeito do Conselho Municipal de Turismo de Campo Mourão e a utilização dos recursos do Fundo de Turismo Municipal. Conforme seu depoimento, as tentativas e os anseios da coletividade em busca de possibilidades, por meio do turismo, acabam se dissipando em função de interesses políticos individuais.

Além disso, como um dos entraves estão às contraposições existentes entre a ordem moral camponesa e as características da atividade turística. A falta de interesse pela implantação da atividade, como alternativa de renda, do agricultor camponês de Luiziana exemplificou essa questão. Para sua ordem moral camponesa, a natureza e os benefícios da terra estão postos em sua propriedade para que os amigos e conhecidos possam usufruir dela. Utilizar o turismo como valor de troca que comercializa as tarefas realizadas pela sua família, mercantiliza sua terra, sua vida, não vai de encontro com o valor de uso que o mesmo têm por seu modo de vida e produção.

Receber pessoas desconhecidas, para eles, não é seguro atualmente, fato que dificulta o desenrolar da atividade turística aos moldes do agroturismo na propriedade camponesa. Isso porque, para o camponês, receber amigos e conhecidos que usufruam das qualidades da propriedade sem interromper a rotina da sua família é algo possível. Porém, receber visitantes estranhos a família camponesa, para auferir lucro em troca da interação do turista com a vida que se passa em seu núcleo familiar não parece ser algo viável.

É preciso ainda, considerar a especificidade da realidade da região de Campo Mourão. Considere-se, em primeiro lugar, que sua colonização, como apontado anteriormente, foi promovida de maneira heterogênea por três frentes de ocupação

distintas: os colonos do sul, os fazendeiros de Guarapuava e os nortistas (mineiros, paulistas e outros), que deram tal característica para a região. Em segundo lugar, a modernização da agricultura que avançou nesse território e, posteriormente, isolou as pequenas propriedades em sua maioria em regiões de morros e colinas. Nesse sentido, as propriedades dos camponeses ficaram muito isoladas, com estradas de acesso restrito, além de não serem propriedades turísticas organizadas como aquelas encontradas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o turismo na região avança com os empresários localizados no campo. O turismo dos empresários avança porque eles possuem recursos financeiros próprios para alavancar a atividade em suas propriedades, sem auxílio de políticas públicas. Os empreendimentos, em função da exigência de uma demanda cada vez mais crescente de turistas citadinos que buscam o encontro com um imaginário bucólico do mundo rural, seguem simulando o modo de vida camponês em suas propriedades para a comercialização de suas representações de forma material e imaterial.

Sem dispensar confortáveis estruturas, esses empreendimentos turísticos promovem um cenário misto de rusticidade e modernidade, que se colocam como espetáculos de não lugares e de não identidades para os espectadores, os turistas. Para reforçar a figura do camponês nesses locais, a participação dos mesmos, ocorre em função de sua proletarização, quando contratado como funcionário nesses empreendimentos, reforçando a simulação do seu modo de vida e produção.

Em função desses aspectos, compreendemos os impasses em relação ao turismo com a participação camponesa, a partir das informações e das observações coletadas durante a pesquisa com os camponeses, os empresários do ramo turístico no campo e do poder público responsável pela atividade. O agroturismo, atividade proposta como alternativa para os camponeses como complementação de renda encontra impasses para avançar na região. O turismo empresarial, é que segue comercializando o modo de vida camponês e a sua produção.

O turismo não possui condições de sozinho resolver problemas como a desigualdade social, isso porque o mesmo é resultado das relações sociais, sendo um produto da própria sociedade. Os resultados da atividade podem ser positivos e ou negativos, assim, tratar da atividade como solução das tensões sociais vividas tanto no campo quanto na cidade é um equívoco cometido tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

ANDRADE, A. A. V. **Vilas rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

ANJOS, F. S. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, 2003.

BARQUERO, A. V. **Política económica local**. La respuesta de las ciudades a los desafios del ajuste productivo. Madrid: Ediciones Pirâmide, S. A., 1993.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. In: CARVALHO, M. S; FRESCA, T. M. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. v. 1. Londrina: Humanidades, 2007.

BERNARDES, N. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. In: CARVALHO, M. S.; FRESCA, T. M. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. v. 1. Londrina: Humanidades, 2007.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, n° 14, p. 107-117, 2003.

BRAGUETO, C. R. O comportamento territorial do norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In: CARVALHO, M. S; FRESCA, T. M. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. v. 2. Londrina: Humanidades, 2007.

CALVENTE, M. C. M. H. **Turismo e excursionismo rural**. Potencialidades, regulação e impactos. Londrina: Humanidades, 2005.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CANDIOTTO, L. Z. P; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, 2008.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 7-13, 2004.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, A. F. A; YÁSIGI, E.; CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARNEIRO, Maria José. *Pluriatividade* no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.11, n. 32, p. 89-105, out. 1996.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, 1998.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COAMO. **Coamo fecha 2009 com receitas globais de R\$ 4,67 bilhões**. Disponível em: <http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/janfev10/digital/prestacao_contas.html>. Acesso em: Abr. de 2010.

COAMO. **Coamo prevê exportar 2 milhões de toneladas em 2010 pelo porto de Paranaguá**. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/noticia.asp?id=2050>>. Acesso em: Abr. de 2010.

CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G; ARROYO, M; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo, Contexto, 2001.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. São Paulo: Letra e Imagem, 2008.

_____. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inés Geraides; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares.** São Paulo: Roca, 2007.

DORETTO, M.; PELLINI, T.; LLANILLO, R. F.; SOARES, D.; CAVIGLIONE, J. H.; MUNHOS, P. D. **Mapeamento da pobreza do Paraná: situação segundo Municípios e Associações de Municípios do Paraná, ano 2000.** Londrina, PR: IAPAR, 2003.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, 2007.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o rural e o urbano. In: SPOSETO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Decreto Estadual 387 de 1999.**

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HESPAHOL, A. N; **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná. O caso dos municípios de Ubiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantu.** 1990. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1990.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Cartas climáticas básicas do Estado do Paraná.** Secretaria da Agricultura, Londrina, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: Nov. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico município de Iretama.** Dezembro, 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87280&btOk=ok>>. Acesso em: Nov. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Estabelecimentos rurais no Paraná crescem, concentração de terras permanece.** Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=186>>. Acesso em: Nov. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Primeiros resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná.** Nota técnica. 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/nota_tecnica_censo_agropecuario_2006.pdf>. Acesso em: Nov. 2009.

JOAQUIM, G. Turismo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2003.

JORNAL INTURNET. **Entrevista Cara a Cara**. Edição 1, 2003.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 2^a ed. São Paulo: Proposta, 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAACK, R. **Geografia física do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

MARAFON, G. Permanências e mudanças no campo: questões à geografia agrária. In: MENDONÇA, F; LOWEN-SAHR, C. L; SILVA, M. (Orgs.). **Espaço e Tempo**. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, RS: ADEMADAN, 2009.

MARQUES, M. I. N. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

_____. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis, RS: Editora Vozes, 2003.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3^a ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE "DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL, COM ÊNFASE NO AGRÍCOLA E RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI". Santiago do Chile: FAO, 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org/regional/LAmerica/prior/desrural/brasil/souza.PDF>>. Acesso em: Jul. de 2007.

_____. **O cativo da terra**. 3^a ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis, RS: Vozes, 1983.

_____. **O poder do atraso**: ensaios da sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Brasília. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo_2006.pdf>. Acesso em: Jan. 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: CARVALHO, M. S.; FRESCA, T. M. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. v. 2. Londrina: Humanidades, 2007.

MOTA, L. T.; Nota prévia: a guerra de conquista nos territórios dos índios kaingang do Tibagi. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 187-207, 1997.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, v. 5, n. 2, p. 41-48, 2002.

ONOFRE, G. R; **Campo Mourão: colonização, uso do solo e impactos sócioambientais**. 2005. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

PAULINO, E. T. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. São Paulo: UNESP, 2003. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/02/02_ELIANE_TOMIASI_PAULINO.pdf>. Acesso em: 25 maio 2008.

_____; ALMEIDA, R. A. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, 2000.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Brasil reduz desigualdade e sobe no ranking**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2390&lay=pde>. Acesso em: Fev. 2010.

RODRIGUES, A. B. Turismo Rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROMARIZ, D. A. Mapa da vegetação original do Paraná. In: CARVALHO, M. S; FRESCA, T. M. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. v. 1. Londrina: Humanidades, 2007.

RUSCHMANN, D. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A; FROELICH, J. M; RIEDL, Mário (orgs.). **Turismo e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SANTOS FILHO, J. As relações de produção na Inglaterra criaram Thomas Cook – Parte II. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 88, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, T. M. B. B. **Turismo e campesinato – embates ideológicos e culturais em Colombo/PR**. 2009. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

SAQUET, M. A. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 60-81, 2006.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-192, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO/SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Programa de Turismo Rural do Paraná**, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>>. Acesso em: Abr. 2009.

SERRA, E. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo das zonas de contato arenito-basalto. **Revista Campo Território**, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 89-111, 2010.

SERRA, E. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. CampinasSP UNICAMP, 1998.

SILVA, J. G.; CAMPANHOLA, C. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: EDUSC, 2000.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D. **O novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002b.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. **O novo rural brasileiro**: uma atualização para 1992-98. s/d. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/atualizacao.html>>. Acesso em: Nov. 2006.

SIMIONATO, E. C; **Campo Mourão sua gente... sua história**. 2. ed. Campo Mourão, PR: Bacon, 1999.

SORIANO, S. M. P.; **Expropriação e violência**: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964). 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

TYSON FOODS. **A Tyson Foods**. Disponível em: <http://www.tyson.com.br/institucional_apresentacao.php>. Acesso em: Abr. de 2010.

ULHOA, J. **Toda cura para todo mal**. Belo Horizonte, MG: BMG, 2005. 1 disco sonoro.

YOKOO, E. N; Processo da dinâmica das frentes de ocupação territorial e da paisagem agrária na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense. In: **IV Encontro de Produção Científica e Tecnológico. Campo Mourão: Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar, 2009**. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/02_YOKOO.pdf>. Acesso em: Mar. de 2010.

WESTPHALEN, M. C. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n^o 7, p. 7, 1968.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

WOORTMANN, E. F. A lógica e a simbólica dos saberes tradicionais. In: ARAÚJO, W. M. C.; TENSER, C. M. R. (Orgs.). **Gastronomia: cortes e recortes**. Brasília: Editora Senac – DF, 2006.